

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	7
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	19
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	20
Demonstração de Valor Adicionado	21

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	36
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	116
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	119
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	120
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	121

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	15.527
Preferenciais	23.044
Total	38.571
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	4.636.091	4.264.776
1.01	Ativo Circulante	473.741	456.222
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	74.223	77.708
1.01.06	Tributos a Recuperar	54.683	55.117
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	54.683	55.117
1.01.06.01.01	IRPJ e CSLL a Recuperar	54.356	55.117
1.01.06.01.02	Demais Tributos a Recuperar	327	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	344.835	323.397
1.01.08.03	Outros	344.835	323.397
1.01.08.03.01	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP	308.513	322.901
1.01.08.03.02	Ativo Não Circulante Mantido para Venda	36.152	0
1.01.08.03.03	Outros	170	496
1.02	Ativo Não Circulante	4.162.350	3.808.554
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	92.125	88.194
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	208	208
1.02.01.02.03	Títulos e Valores Mobiliários	208	208
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	91.917	87.986
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	91.917	87.986
1.02.02	Investimentos	4.070.149	3.720.171
1.02.02.01	Participações Societárias	4.070.149	3.720.171
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	65.129	92.628
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	3.822.456	3.451.262
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	182.564	176.281
1.02.03	Imobilizado	76	189
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	76	189

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	4.636.091	4.264.776
2.01	Passivo Circulante	398.864	287.428
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.557	2.288
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.557	2.288
2.01.01.01.01	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	2.557	2.288
2.01.02	Fornecedores	913	1.019
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	913	1.019
2.01.03	Obrigações Fiscais	24.182	18.948
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	24.059	18.834
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	3.958
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	15.581	62
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	8.478	14.814
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	123	114
2.01.05	Outras Obrigações	371.212	265.173
2.01.05.02	Outros	371.212	265.173
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	369.238	261.382
2.01.05.02.04	Outros	1.896	3.601
2.01.05.02.08	Passivo de Arrendamento	78	190
2.02	Passivo Não Circulante	9.049	8.883
2.02.04	Provisões	9.049	8.883
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.380	1.349
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.380	1.333
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	0	16
2.02.04.02	Outras Provisões	7.669	7.534
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	7.669	7.534
2.03	Patrimônio Líquido	4.228.178	3.968.465
2.03.01	Capital Social Realizado	2.600.000	2.480.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	2.548.153	2.719.805
2.03.04.01	Reserva Legal	351.611	351.611
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	2.196.542	2.196.427
2.03.04.10	Reservas à Disposição dos Acionistas	0	171.767
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	311.638	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.231.929	-1.231.656

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	302.203	557.875	149.536	403.030
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.021	-18.494	-10.221	-17.431
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.820	9.646	4.720	9.287
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-966	-2.072
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	308.404	566.723	156.003	413.246
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	302.203	557.875	149.536	403.030
3.06	Resultado Financeiro	-3.537	-7.024	-117	-928
3.06.01	Receitas Financeiras	-3.265	-6.547	23	-286
3.06.02	Despesas Financeiras	-272	-477	-140	-642
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	298.666	550.851	149.419	402.102
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.033	0	-928	-928
3.08.01	Corrente	1.033	0	-928	-928
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	299.699	550.851	148.491	401.174
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	299.699	550.851	148.491	401.174
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	7,244	13,3762	3,6327	9,8144
3.99.01.02	PN	7,9684	14,7138	3,996	10,7958
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	7,244	13,3762	3,6327	9,8144
3.99.02.02	PN	7,9684	14,7138	3,996	10,7958

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	296.107	546.766	148.491	401.174
4.03	Resultado Abrangente do Período	296.107	546.766	148.491	401.174

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-41.376	-21.049
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-26.240	-34.256
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	546.766	401.174
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.098	1.103
6.01.01.03	Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, líquida de impostos	-566.723	-413.246
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias	-2.459	-3.146
6.01.01.06	Juros Pagos	-7	-6
6.01.01.07	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências	12	-20.603
6.01.01.08	IRPJ e CSLL Pagos	-4.927	-460
6.01.01.09	Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social	0	928
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-15.136	13.207
6.01.02.01	Tributos a Recuperar	434	8.536
6.01.02.02	Outras Contas Ativos	326	320
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	-1.311	21.185
6.01.02.04	Fornecedores	-106	-982
6.01.02.05	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	269	374
6.01.02.06	Tributos a Recolher	-13.043	-16.176
6.01.02.07	Outras Variações no Passivo	-1.705	-50
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	193.996	161.876
6.02.01	Aumento de Capital	-14.214	-67.902
6.02.04	Dividendos e JSCP Recebidos	208.210	229.778
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-156.105	-144.195
6.03.02	Pagamento de JCP e Dividendos	-155.993	-144.072
6.03.04	Pagamento Passivo de Arrendamento	-112	-123
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.485	-3.368
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	77.708	96.878
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	74.223	93.510

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	2.719.805	0	-1.231.656	3.968.465
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	2.719.805	0	-1.231.656	3.968.465
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-51.652	-235.401	0	-287.053
5.04.06	Dividendos	0	0	-51.767	0	0	-51.767
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-235.401	0	-235.401
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	115	0	0	115
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	547.039	-273	546.766
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	546.766	0	546.766
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	273	-273	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	273	-273	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	120.000	0	-120.000	0	0	0
5.06.04	Aumento de Capital Social	120.000	0	-120.000	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.600.000	316	2.548.153	311.638	-1.231.929	4.228.178

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	2.350.938	0	-1.159.975	3.671.279
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	2.350.938	0	-1.159.975	3.671.279
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-77.192	-118.797	0	-195.989
5.04.06	Dividendos	0	0	-77.290	0	0	-77.290
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-118.797	0	-118.797
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	98	0	0	98
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	401.449	-275	401.174
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	401.174	0	401.174
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	275	-275	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	2.273.746	282.652	-1.160.250	3.876.464

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	12.258	11.862
7.01.02	Outras Receitas	12.258	11.862
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.513	-5.766
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.513	-5.766
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.745	6.096
7.04	Retenções	-1.098	-1.103
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.098	-1.103
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.647	4.993
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	576.993	426.755
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	566.723	413.246
7.06.02	Receitas Financeiras	9.918	12.942
7.06.03	Outros	352	567
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	580.640	431.748
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	580.640	431.748
7.08.01	Pessoal	12.498	11.466
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.549	10.643
7.08.01.02	Benefícios	399	419
7.08.01.03	F.G.T.S.	550	404
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	21.051	18.460
7.08.02.01	Federais	20.107	17.508
7.08.02.03	Municipais	944	952
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	325	648
7.08.03.01	Juros	248	622
7.08.03.02	Aluguéis	77	26
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	546.766	401.174
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	235.401	118.797
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	311.365	282.377

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	14.969.373	13.831.031
1.01	Ativo Circulante	4.830.762	3.848.163
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	509.156	418.813
1.01.03	Contas a Receber	2.677.658	2.723.359
1.01.03.01	Clientes	2.343.579	2.382.556
1.01.03.01.01	Contas a receber de Clientes	2.871.513	2.881.943
1.01.03.01.02	Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	-527.934	-499.387
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	334.079	340.803
1.01.04	Estoques	24.906	21.568
1.01.06	Tributos a Recuperar	567.032	350.082
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	567.032	350.082
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	322.605	144.088
1.01.06.01.02	Demais Tributos a recuperar	244.427	205.994
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.052.010	334.341
1.01.08.03	Outros	1.052.010	334.341
1.01.08.03.01	Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico US Pery	20.757	19.956
1.01.08.03.02	Bônus de Escassez Hídrica	1.138	1.138
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	12.768	14.292
1.01.08.03.04	Outros Créditos	302.759	202.090
1.01.08.03.05	Ativo Financeiro Setorial	579.742	0
1.01.08.03.06	Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	47.371	45.542
1.01.08.03.07	Recursos da CDE para Cobertura da CVA	51.323	51.323
1.01.08.03.09	Ativo Não Circulante Mantido para Venda- Investimentos em Coligada	36.152	0
1.02	Ativo Não Circulante	10.138.611	9.982.868
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.400.922	4.408.816
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	208	208
1.02.01.02.03	Títulos e Valores Mobiliários	208	208
1.02.01.04	Contas a Receber	40.776	43.483
1.02.01.04.01	Clientes	15.913	21.672
1.02.01.04.03	Outras Contas a Receber	24.863	21.811
1.02.01.07	Tributos Diferidos	563.894	560.035
1.02.01.07.01	IR e CSLL Diferidos	563.894	560.035
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.796.044	3.805.090
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	257.338	302.084
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	393.889	392.626
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	1.480.071	1.237.107
1.02.01.10.06	Ativo Financeiro Setorial	108.435	273.140
1.02.01.10.07	Ativo Financeiro Bonificação de Outorga	348.076	339.113
1.02.01.10.09	Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico US Pery	158.379	154.241
1.02.01.10.10	Instrumentos Financeiros Derivativos	74.940	69.258
1.02.01.10.11	Ativo de Contrato	974.916	1.037.521
1.02.02	Investimentos	280.681	314.579
1.02.02.01	Participações Societárias	280.681	314.579

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	98.117	138.298
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	182.564	176.281
1.02.03	Imobilizado	219.110	218.574
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	158.623	147.146
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	15.499	12.283
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	44.988	59.145
1.02.04	Intangível	5.237.898	5.040.899
1.02.04.01	Intangíveis	5.237.898	5.040.899
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	5.197.493	4.999.640
1.02.04.01.02	Repactuação Risco Hidrológico GSF	40.405	41.259

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	14.969.373	13.831.031
2.01	Passivo Circulante	3.795.944	2.952.505
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	236.473	228.829
2.01.01.01	Obrigações Sociais	236.473	228.829
2.01.02	Fornecedores	991.250	1.002.149
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	991.250	1.002.149
2.01.03	Obrigações Fiscais	498.296	352.311
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	265.122	106.762
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	178.250	21.615
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	66.532	76.837
2.01.03.01.03	Outros	20.340	8.310
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	230.800	241.836
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.374	3.713
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.080.787	473.238
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	290.670	296.582
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	187.341	189.725
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	103.329	106.857
2.01.04.02	Debêntures	790.117	176.656
2.01.05	Outras Obrigações	835.175	742.015
2.01.05.02	Outros	835.175	742.015
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	369.238	261.382
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	56.160	71.723
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	80.107	90.607
2.01.05.02.07	Passivo Financeiro Setorial	0	80.584
2.01.05.02.08	Passivo de Arrendamento	6.053	2.863
2.01.05.02.09	Bônus Escassez Hídrica	800	824
2.01.05.02.10	PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	128.853	58.483
2.01.05.02.20	Outros	193.964	175.549
2.01.06	Provisões	153.963	153.963
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	153.963	153.963
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	153.963	153.963
2.02	Passivo Não Circulante	6.945.251	6.910.061
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.600.314	4.532.508
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.199.354	1.561.793
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.090.336	419.168
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.109.018	1.142.625
2.02.01.02	Debêntures	2.400.960	2.970.715
2.02.02	Outras Obrigações	371.018	379.460
2.02.02.02	Outros	371.018	379.460
2.02.02.02.03	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	21.639	2.917
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	104.650	81.516
2.02.02.02.05	Outros	5.994	0
2.02.02.02.09	PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	213.171	269.654
2.02.02.02.10	Passivo de Arrendamento	10.441	10.250
2.02.02.02.11	Tributos a Recolher	15.123	15.123

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.02.03	Tributos Diferidos	117.619	111.200
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	117.619	111.200
2.02.04	Provisões	1.856.300	1.886.893
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.779.106	1.810.426
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	22.427	19.851
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	62.162	71.132
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.572.702	1.579.411
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	121.815	140.032
2.02.04.02	Outras Provisões	77.194	76.467
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	75.672	73.290
2.02.04.02.05	Provisões Ambientais	1.522	3.177
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.228.178	3.968.465
2.03.01	Capital Social Realizado	2.600.000	2.480.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	2.548.153	2.719.805
2.03.04.01	Reserva Legal	351.611	351.611
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	2.196.542	2.196.427
2.03.04.10	Reservas à Disposição dos Acionistas	0	171.767
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	311.638	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.231.929	-1.231.656

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.999.633	6.498.380	2.899.542	5.877.073
3.01.01	Receita de Vendas e Serviços Prestados	2.496.532	5.441.647	2.285.484	5.162.323
3.01.02	Receita de Construção	226.594	571.859	268.692	507.041
3.01.03	Receita de Ativo/(Passivo) Financeiro Setorial	256.563	449.963	337.257	185.768
3.01.04	Atualização Ativo Financeiro VNR	19.944	34.911	8.109	21.941
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.429.618	-5.331.558	-2.386.146	-4.742.745
3.02.01	Custo de Vendas e Serviços	-1.929.450	-4.167.125	-1.863.617	-3.747.162
3.02.02	Custo dos Produtos Vendidos	-6.239	-11.940	-5.909	-10.453
3.02.03	Custo dos Serviços Prestados	-267.335	-580.634	-247.928	-478.089
3.02.04	Custo de Construção	-226.594	-571.859	-268.692	-507.041
3.03	Resultado Bruto	570.015	1.166.822	513.396	1.134.328
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-127.631	-292.721	-164.619	-326.541
3.04.01	Despesas com Vendas	-25.701	-54.914	-28.500	-57.144
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-151.766	-347.666	-176.055	-339.792
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-41.306	-79.379	-58.024	-127.279
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	102.077	207.403	94.097	193.082
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-24.568	-44.561	-9.160	-25.402
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	13.633	26.396	13.023	29.994
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	442.384	874.101	348.777	807.787
3.06	Resultado Financeiro	-51.539	-149.667	-159.812	-241.077
3.06.01	Receitas Financeiras	257.051	491.453	203.041	375.863
3.06.02	Despesas Financeiras	-308.590	-641.120	-362.853	-616.940
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	390.845	724.434	188.965	566.710
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-94.738	-177.668	-40.474	-165.536
3.08.01	Corrente	-77.898	-175.109	-19.858	-85.424
3.08.02	Diferido	-16.840	-2.559	-20.616	-80.112
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	296.107	546.766	148.491	401.174

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	296.107	546.766	148.491	401.174
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	296.107	546.766	148.491	401.174
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	7,244	13,3762	3,6327	9,8144
3.99.01.02	PN	7,9684	14,7138	3,996	10,7958
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	7,244	13,3762	3,6327	9,8144
3.99.02.02	PN	7,9684	14,7138	3,996	10,7958

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	296.107	546.766	148.491	401.174
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	296.107	546.766	148.491	401.174
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	296.107	546.766	148.491	401.174

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	218.345	69.187
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	879.768	817.419
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	546.766	401.174
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	206.413	185.632
6.01.01.03	Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	464	180
6.01.01.04	Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, líquida de impostos	-26.396	-29.994
6.01.01.05	Atualização/Juros Retorno/Bonificação de Outorga	-50.327	-46.807
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias	379.793	356.432
6.01.01.08	IR e CSLL Pagos	-174.706	-93.103
6.01.01.09	Juros Pagos	-283.982	-219.777
6.01.01.10	Despesa de IR e CSLL	177.668	165.536
6.01.01.11	Despesas Atuariais	62.961	73.127
6.01.01.12	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências	-30.102	-121.452
6.01.01.14	Perda na Alienação de Ativo Imobilizado/Intangível	31.147	42.392
6.01.01.15	Atualização Ativo Financeiro - VNR	-34.911	-21.941
6.01.01.16	Instrumentos Financeiros Derivativos/Marcação a Mercado	-5.480	-2.830
6.01.01.17	Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	79.379	127.279
6.01.01.18	Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	1.081	1.571
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-661.423	-748.232
6.01.02.02	Ativos Financeiros - (Setoriais, Bonificação de Outorga)	-365.974	99.223
6.01.02.03	Contas a Receber	-19.696	-404.736
6.01.02.05	Tributos a Recuperar	-164.051	-45.155
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	13.574	50.911
6.01.02.07	Estoques	-3.338	-136
6.01.02.08	Passivo Bônus Escassez Hídrica	-24	-319
6.01.02.10	Outras Contas - Ativo	-111.944	-39.506
6.01.02.11	Fornecedores	-10.899	-34.585
6.01.02.12	Tributos a Recolher	114.225	62.315
6.01.02.13	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	26.366	-10.986
6.01.02.14	Taxas Regulamentares	1.381	9.605
6.01.02.15	Passivo Setorial	-95.051	-228.284
6.01.02.16	PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	-731	-926
6.01.02.19	Benefícios a Empregados	-69.670	-89.126
6.01.02.20	Outras Contas - Passivo	24.409	-116.527
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-549.928	-418.470
6.02.01	Adições Ativo Imobilizado	-2.668	-10.345
6.02.02	Adições Ativo de Contrato	-571.859	-507.041
6.02.04	Adições Ativo Intangível	-82	-25
6.02.05	Dividendos Recebidos	10.581	38.608
6.02.06	Alienação de Investimentos	14.100	60.333
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	421.926	-293.848
6.03.01	Amortizações de Principal de Passivo de Arrendamentos	-3.112	-4.992
6.03.02	Amortização de Derivativos	-52.730	-21.885
6.03.03	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-504.128	-42.881

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.03.04	Adições de Empréstimos e Financiamentos	1.141.317	0
6.03.05	Pagamento de Dividendos	-155.993	-144.072
6.03.07	Pagamento de Debêntures	-3.428	-80.018
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	90.343	-643.131
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	418.813	1.019.482
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	509.156	376.351

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	2.719.805	0	-1.231.656	3.968.465	0	3.968.465
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	2.719.805	0	-1.231.656	3.968.465	0	3.968.465
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-51.652	-235.401	0	-287.053	0	-287.053
5.04.06	Dividendos	0	0	-51.767	0	0	-51.767	0	-51.767
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-235.401	0	-235.401	0	-235.401
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	115	0	0	115	0	115
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	547.039	-273	546.766	0	546.766
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	546.766	0	546.766	0	546.766
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	273	-273	0	0	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	273	-273	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	120.000	0	-120.000	0	0	0	0	0
5.06.04	Aumento de Capital Social	120.000	0	-120.000	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.600.000	316	2.548.153	311.638	-1.231.929	4.228.178	0	4.228.178

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.480.000	316	2.350.938	0	-1.159.975	3.671.279	0	3.671.279
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.480.000	316	2.350.938	0	-1.159.975	3.671.279	0	3.671.279
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-77.192	-118.797	0	-195.989	0	-195.989
5.04.06	Dividendos	0	0	-77.290	0	0	-77.290	0	-77.290
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-118.797	0	-118.797	0	-118.797
5.04.08	Reversão de Dividendos Prescritos	0	0	98	0	0	98	0	98
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	401.449	-275	401.174	0	401.174
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	401.174	0	401.174	0	401.174
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	275	-275	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.480.000	316	2.273.746	282.652	-1.160.250	3.876.464	0	3.876.464

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 30/06/2026	Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	10.605.951	9.172.622
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	9.884.802	8.571.994
7.01.02	Outras Receitas	225.956	213.380
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	574.572	514.527
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-79.379	-127.279
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.384.841	-4.849.729
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-4.593.888	-4.127.181
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-790.953	-722.548
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.221.110	4.322.893
7.04	Retenções	-206.877	-185.813
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-206.877	-185.813
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.014.233	4.137.080
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	548.913	429.028
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	26.396	29.994
7.06.02	Receitas Financeiras	521.809	398.104
7.06.03	Outros	708	930
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.563.146	4.566.108
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.563.146	4.566.108
7.08.01	Pessoal	560.359	466.149
7.08.01.01	Remuneração Direta	392.703	297.250
7.08.01.02	Benefícios	149.754	150.731
7.08.01.03	F.G.T.S.	17.902	18.168
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.815.522	3.085.349
7.08.02.01	Federais	2.400.008	1.828.176
7.08.02.02	Estaduais	1.411.130	1.252.805
7.08.02.03	Municipais	4.384	4.368
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	640.499	613.436
7.08.03.01	Juros	635.189	608.870
7.08.03.02	Aluguéis	5.310	4.566
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	546.766	401.174
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	235.401	118.797
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	311.365	282.377

Comentário do Desempenho**COMENTÁRIO DE DESEMPENHO****1. INVESTIMENTOS**

Os recursos investidos pela Companhia em Imobilizado e Intangível no primeiro semestre de 2026, chegaram a R\$742,2 milhões, avançando 12,1% em relação aos R\$662,1 milhões investidos no mesmo período de 2025, evidenciados no quadro a seguir:

Descrição	30.06.2026		30.06.2025		Consolidado
					Análise
	R\$mil	%	R\$mil	%	Horizontal
Distribuição de Energia Elétrica	739.416	99,63	651.712	98,43	13,46%
Recursos Próprios	571.859	-	507.041	-	-
Participação Financeira do Consumidor	167.557	-	144.671	-	-
Geração de Energia Elétrica	2.750	0,37	10.370	1,57	-73,48%
Parque Gerador Próprio	2.750	-	10.370	-	-
Total	742.166	100,00	662.082	100,00	12,10%

1.1. Distribuição de Energia Elétrica

Do total investido, o maior volume de R\$739.416 mil foi destinado à expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão da Celesc D. Deste valor, R\$571.859 mil foram com recursos próprios (sendo R\$534.814 mil em materiais e serviços e R\$37.045 mil em mão de obra própria) e R\$167.557 mil foram com recursos de terceiros, provenientes de Participação Financeira do Consumidor em obras da Celesc D.

A participação financeira do consumidor em obra do setor elétrico corresponde ao valor aportado pelo consumidor para viabilizar a execução de obras de ampliação, reforço ou extensão do sistema elétrico necessárias ao seu atendimento. Essa participação ocorre, em regra, quando as obras solicitadas excedem os limites de investimento de responsabilidade da concessionária estabelecidos pela regulamentação da ANEEL, especialmente nos casos de novas ligações, aumento de carga ou atendimento em locais com necessidade de expansão da rede.

Após a conclusão da obra, os ativos normalmente são incorporados ao patrimônio da concessionária, conforme regras do contrato de concessão e da regulação setorial. As regras da Participação Financeira do Consumidor estão estabelecidas na Resolução Normativa nº 1.000, da ANEEL, de 07 de dezembro de 2021, dispostas nos artigos 106 a 110.

Do montante total investido, R\$688 milhões foram aplicados diretamente na rede de distribuição, com foco na ampliação, melhoria e manutenção.

Os investimentos visam aprimorar a eficiência operacional, aumentar a qualidade do fornecimento de energia elétrica e fortalecer a infraestrutura necessária para atender à crescente demanda do sistema elétrico, sendo que ainda foram aplicados em alta tensão:

- R\$70,8 milhões em linhas de distribuição;
- R\$66,9 milhões em subestações.

Além disso, foram realizados R\$46,2 milhões no sistema de medição.

Na atividade de administração, os investimentos somaram R\$50,6 milhões, sendo os principais aportes destinados à área de tecnologia da informação.

- R\$43,8 milhões investidos em Tecnologia da Informação
- R\$3,7 milhões destinados à aquisição de máquinas e equipamentos;
- R\$2,7 milhões aplicados na compra de novos veículos.

Os valores remanescentes foram destinados à melhoria das edificações administrativas e à aquisição de mobiliários.

Comentário do Desempenho

1.2. Geração de Energia Elétrica

No primeiro semestre de 2026, foram realizados investimentos em ativos imobilizados e serviços correlatos às usinas fotovoltaicas e hidrelétricas da Celesc G. Os principais estão detalhados a seguir:

- R\$711 mil foram direcionados à reforma do gerador 01 e ao canteiro de obras da Usina Garcia;
- R\$220 mil foram alocados na execução de serviços de manutenção corretiva e preventiva, bem como na estação de dados hidrológicos da Usina Pery;
- R\$200 mil foram aportados na aquisição de nova licença de software, recomposição de materiais, cercamento do reservatório e na execução de serviços de manutenção corretiva e preventiva da Usina Maruim;
- R\$159 mil foram utilizados na execução de serviços de manutenção corretiva e preventiva, e na aquisição de limnímetros para medição das variações do nível da água na Usina Caveiras;
- R\$133 mil foram empregados em serviços de implantação, montagens elétricas e no sistema de cercamento da UFV Modelo 2;
- R\$123 mil foram investidos no sistema de cercamento na UFV III - Oeste;
- R\$96 mil foram aplicados na estação de dados hidrológicos, além de aportes no serviço de execução de programas ambientais e na elaboração do projeto executivo civil da Usina Palmeiras;
- R\$92 mil foram investidos em implantação e montagens elétricas na UFV Modelo 3;
- R\$59 mil foram destinados a transformadores trifásicos, limnímetros e datalogger, visando ao acompanhamento remoto da eficiência, da produção de energia e do desempenho operacional da Usina Bracinho.

2. MERCADO ACIONÁRIO

O índice BOVESPA fechou o 2º trimestre de 2026 com desvalorização de 8,24%. O Índice de Energia Elétrica – IEE, indicador do setor de energia elétrica, apresentou queda de 3,47% no mesmo período.

Nesse mesmo período, as ações preferenciais – PN apresentaram desvalorização de 4,03%.

A tabela a seguir apresenta as cotações finais em 30 de junho de 2026 e respectivas variações percentuais das ações da Companhia e dos principais indicadores de mercado:

Descrição	Fechamento		Variação %*
	30.06.2026	2º TRI 2026	Em 12 meses
Celesc PN	138,66**	-4,03%	34,62%
Celesc ON	130,00**	0,00%	144,09%
IBOVESPA	172.024	-8,24%	23,89%
IEE	128.089	-3,47%	26,45%

*Variações percentuais com ajuste a proventos

**Valores em R\$(reais).

3. VALOR DE MERCADO DA AÇÃO

Os valores de mercado das ações da Companhia, em 30 de junho de 2026, conforme demonstrado acima, são: R\$138,66 (cento e trinta e oito reais e sessenta e seis centavos) para cada ação preferencial – PN (CLSC4) e R\$130,00 (cento e trinta reais) para cada ação ordinária - ON (CLSC3).

O Governo do Estado de Santa Catarina é o acionista majoritário, detentor de 50,2% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2% do capital total. A estrutura acionária e societária, em 30 de junho de 2026, está apresentada no organograma a seguir:



Comentário do Desempenho

ESTRUTURA ACIONÁRIA E SOCIETÁRIA DA CELESC

Junho/2026

ESTADO SC	EDP ENERGIAS	CELOS	GF L PAR FIA	AXIA ENERGIA	ALASKA POLAND FIA	OUTROS
50,18% ON	33,11% ON	8,63% ON	2,90% ON	0,03% ON	0,00% ON	5,16% ON
0,00% PN	27,73% PN	1,00% PN	12,15% PN	17,98% PN	15,34% PN	25,80% PN
20,20% T	29,90% T	4,07% T	8,43% T	10,75% T	9,16% T	17,49% T



FREE FLOAT
75%

O = Ordinárias
P = Preferenciais
T = Total

100,00% T	100,00% T	51,00% O 0,00% P 17,00% T	23,03% T	30,88% T	9,56% O 9,43% P 9,50% T
Celesc Distribuição	Celesc Geração	SCGÁS	DFESA	ECTE	CASAN
		49,00% Garça Branca Energética 40,00% Xavantina Energética		100,0% ETSE	

Fonte: Celesc/DPRI

4. PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NO CAPITAL

Em 30 de junho de 2026, a participação acionária dos investidores estrangeiros representa 0,53% do capital social total da Companhia, detendo o total de 205.370 ações, na grande maioria, ações preferenciais.

Participação dos Investidores por Residência	Quantidade de Ações	%
Investidores Estrangeiros	205.370	0,53
Investidores Nacionais	38.366.221	99,47
Total	38.571.591	100,00

5. AÇÕES DO CONTROLADOR E OUTROS ACIONISTAS

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

Acionista	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	9.229.660	59,44%	234.305	1,02%	9.463.965	24,54%
Outros Acionistas	6.297.477	40,56%	22.810.149	98,98%	29.107.626	75,46%
Total	15.527.137	100,00%	23.044.454	100,00%	38.571.591	100,00%
Ações em Circulação	6.297.477	40,56%	22.810.149	98,98%	29.107.626	75,46%

6. AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

Descrição	Ações ON – CLSC3		Ações PN – CLSC4		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Capital Total	15.527.137	100,00	23.044.454	100,00	38.571.591	100,00
Ações em Circulação	6.297.477	40,56	22.810.149	98,98	29.107.626	75,46

Comentário do Desempenho**7. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA**

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionista	Base Acionária em 30.06.2026					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,00	7.791.201	20,20
EDP Energias do Brasil S.A.	5.140.868	33,11	6.390.720	27,73	11.531.588	29,90
Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos	1.340.474	8,63	230.800	1,00	1.571.274	4,07
Geração LPar Fundo de Investimento	450.100	2,90	2.800.001	12,15	3.250.101	8,43
Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Alaska Poland FIA	-	0,00	3.534.800	15,34	3.534.800	9,16
Outros	800.452	5,15	5.945.168	25,80	6.745.620	17,49
Total	15.527.137	100,00	23.044.454	100,00	38.571.591	100,00
Total Geral	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100,00

Capital Social: R\$2.600.000.000,00 e Capital Autorizado: R\$2.600.000.000,00

8. RECURSOS HUMANOS

A Celesc encerrou o segundo trimestre de 2026, com um quadro funcional de 3.808 empregados. O total de empregados representa um aumento de 0,34% em relação ao mesmo período do ano anterior (3.795 empregados).

9. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Na tabela a seguir, estão demonstrados os principais indicadores econômico-financeiros do período, comparados com o ano anterior:

Descrição	Consolidado		
	30.06.2026	30.06.2025	Varição
Receita Operacional Bruta - ROB	10.461.560	9.079.034	15,23%
Receita Operacional Líquida - ROL	6.498.380	5.877.073	10,57%
Resultado Operacional	874.101	807.787	8,21%
EBITDA	1.080.515	993.419	8,77%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	16,63%	16,90%	-0,28 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	8,41%	6,83%	1,59 p.p.
Resultado Financeiro	(149.667)	(241.077)	-37,92%
Ativo Total	14.969.373	12.998.858	15,16%
Imobilizado	219.110	223.771	-2,08%
Patrimônio Líquido	4.228.178	3.876.464	9,07%
Lucro Líquido	546.766	401.174	36,29%

9.1. Receita Bruta e Receita Operacional Líquida

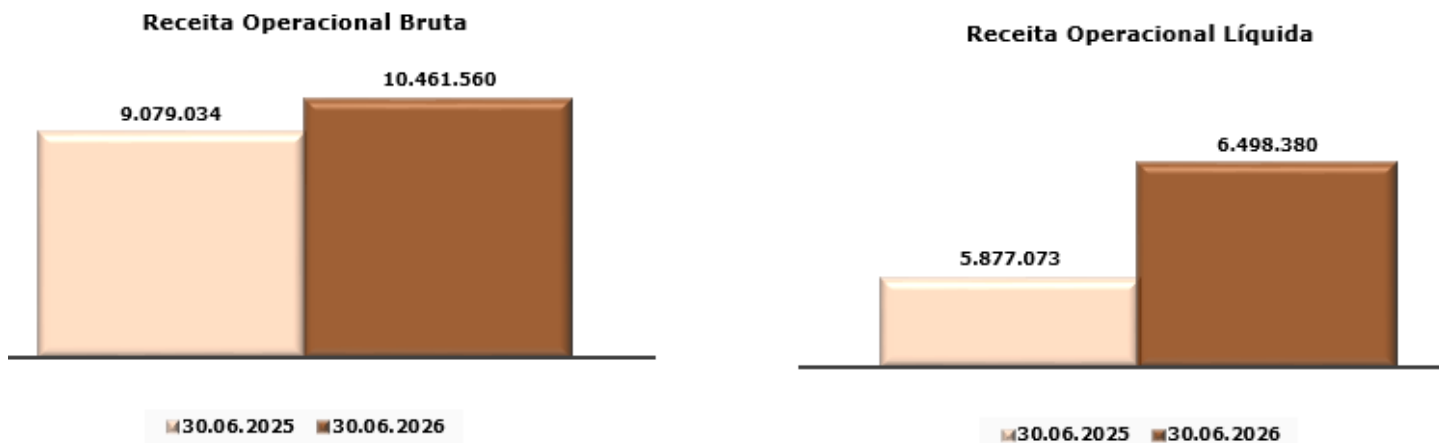
A Receita Operacional Bruta – ROB consolidada, no primeiro semestre de 2026, foi de R\$10,5 bilhões, aproximadamente 15,2% maior que a realização no mesmo período de 2025, que foi de R\$9,1 bilhões.

Na Celesc D, a ROB também apresentou aumento de 15,2%. Tal variação foi impulsionada por acréscimo de 20,1% na receita relativa à disponibilidade de uso da rede elétrica proveniente de 2,2% no aumento do mercado de consumidores livres na sua área de concessão; elevação de 23,5% na receita de Energia de Curto Prazo, que passou de R\$215,1 milhões no primeiro semestre de 2025 para R\$265,6 milhões no primeiro semestre de 2026, reflexo do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) no período; e da nova tarifa a partir de agosto de 2025, cujo reajuste foi de 13,53%. A receita com ativos em construção também apresentou crescimento de 12,8%, porém, esse montante é neutralizado no resultado pelos correspondentes custos de construção registrados nos custos operacionais. A Companhia mantém o plano de investimentos em expansão do sistema elétrico, aprovado em seu orçamento de capital. Na rubrica de Ativos e Passivos Financeiros (CVA), há um incremento de R\$264,2 milhões que passou de R\$185,8 milhões no primeiro semestre de 2025 para R\$450,0 milhões, no mesmo período de 2026. Ainda nesse grupo, há a constituição de ativos financeiros setoriais para o próximo ciclo tarifário, reflexo do aumento dos custos de energia e do encargo setorial CDE que não estão totalmente cobertos no reajuste tarifário de 2025.

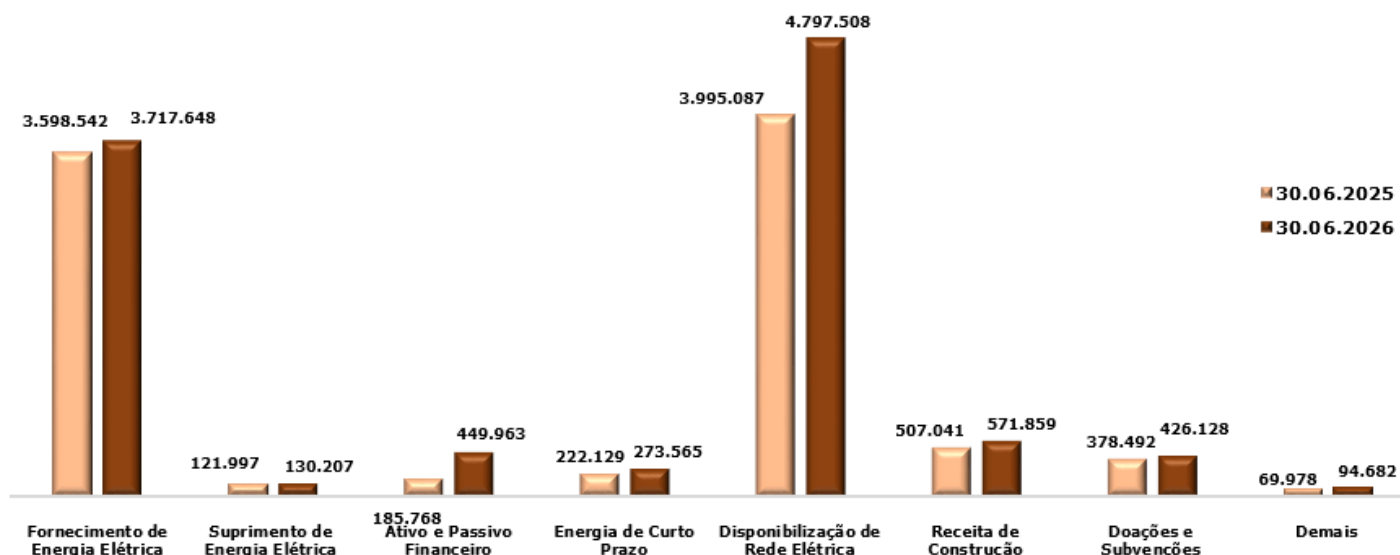
Comentário do Desempenho

A Receita Operacional Líquida (ROL) da Celesc D acompanhou a variação da ROB, apresentando crescimento de 10,4%, ao passar de R\$5,8 bilhões no primeiro semestre de 2025 para R\$6,4 bilhões no mesmo período de 2026.

Adicionalmente, na Celesc G, a ROB aumentou 17,9%, em virtude, principalmente do crescimento de 12,4% na receita de suprimento de energia e 33,8% na receita de fornecimento de energia. Outros destaques são as receitas provenientes dos Serviços de Operação e Manutenção UFV (R\$320 mil; +2185,7%) e Arrendamentos e Aluguéis UFV (R\$5,5 milhões; + 2199,6%). O aumento é proveniente de contrato firmado com a Secretaria de Estado da Educação (SED) do Estado de Santa Catarina, para usufruto de usinas fotovoltaicas de geração distribuída para compensação da energia elétrica consumida. A ROL cresceu proporcionalmente, à ROB (18,2%, saindo de R\$109,6 milhões no primeiro semestre de 2025 para R\$129,6 milhões no mesmo período de 2026).



Composição da Receita Bruta



9.2. Deduções da Receita

O aumento de 23,8% nas deduções está, principalmente, relacionado ao recolhimento dos tributos vinculados à ROB (aumento proporcional de 14,4% no recolhimento de ICMS, PIS e COFINS), na Celesc D, e ao aumento de R\$472,2 milhões evidenciado nos encargos setoriais Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. Há ainda, o aumento proporcional dos encargos de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) e Programa de Eficiência Energética (PEE), que são calculados com a alíquota de 1% sobre a ROL.

Comentário do Desempenho

9.3. Custos e Despesas

9.3.1. Custos

Os custos e despesas operacionais consolidados da Companhia apresentaram aumento de 11,0% no primeiro semestre de 2026, em comparação ao mesmo período de 2025, refletindo, principalmente, o crescimento dos custos com energia elétrica, dos custos operacionais e das despesas com pessoal.

Os custos com energia elétrica apresentaram aumento de 11,2% no primeiro semestre de 2026 em comparação ao mesmo período de 2025, influenciados, principalmente, pela elevação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). No primeiro semestre de 2026, o PLD variou entre R\$193,64 e R\$425,57, enquanto, no mesmo período de 2025, os preços oscilaram entre R\$59,21 e R\$332,56, refletindo um ambiente de preços significativamente mais elevados no exercício corrente. Em termos médios, o PLD atingiu R\$295,04 no primeiro semestre de 2026, frente à média de R\$193,85 registrada no mesmo período de 2025, contribuindo para o aumento dos custos de aquisição de energia.

Na Celesc D, a energia elétrica comprada para revenda apresentou aumento de 10,5%, correspondendo a um acréscimo de R\$286,3 milhões. Adicionalmente, os encargos de uso da rede elétrica cresceram 13,1%, representando aumento de R\$130,3 milhões, com destaque para os custos de Transporte de Energia da Rede Básica, que aumentaram R\$110,3 milhões, e Outros Encargos, com elevação de R\$14,1 milhões.

Na Celesc G, os custos com energia aumentaram R\$3,8 milhões, influenciados principalmente pelo crescimento de 10,3% nos custos de energia comprada para revenda (convencional) e de 19,9% na energia adquirida na CCEE, em comparação ao primeiro semestre de 2025.

Os custos operacionais consolidados apresentaram crescimento de 17,0% no período.

Na Celesc D, o aumento foi de 17,0%, influenciado principalmente pela elevação dos custos de construção, que passaram de R\$507,0 milhões para R\$571,9 milhões, representando um aumento de 12,8%. Além disso, os custos com pessoal cresceram 27,3%. Esse acréscimo decorre, substancialmente, do reconhecimento contábil do novo Plano de Desligamento Incentivado (PDI), aprovado pelo Conselho de Administração em 22 de janeiro de 2026, cujo montante reconhecido foi de R\$83,2 milhões em fevereiro de 2026.

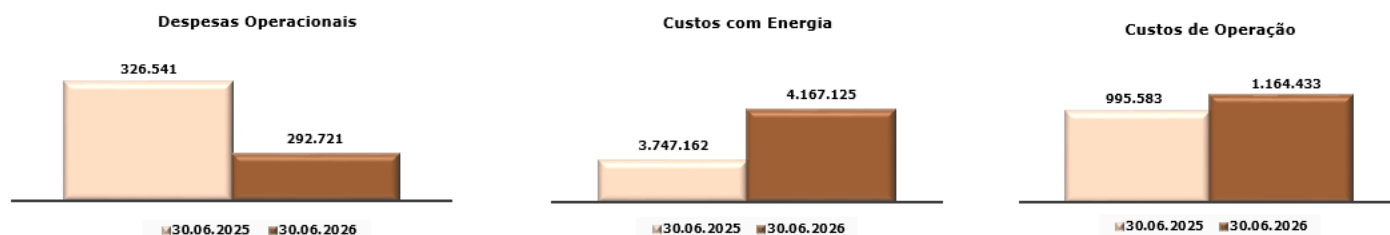
Contribuiu também para a variação dos custos operacionais o aumento das amortizações decorrentes da expansão dos investimentos realizados pela Companhia, os quais são reconhecidos entre ativo intangível e ativo financeiro, conforme a natureza societária dos ativos, em decorrência da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.

Na Celesc G, os custos operacionais aumentaram R\$1,5 milhão, principalmente em função da entrada em operação e consequente imobilização de ativos ocorrida no último trimestre de 2025, elevando as despesas de depreciação no período.

As despesas operacionais consolidadas, incluindo outras despesas e deduzindo-se outras receitas e o resultado de equivalência patrimonial, passaram de R\$326,5 milhões no primeiro semestre de 2025 para R\$292,7 milhões no mesmo período de 2026, representando uma redução de 10,4%. As despesas com vendas apresentaram redução de 27,2%, em razão, principalmente, da diminuição da perda estimada de crédito de liquidação duvidosa (PECLD) sobre as contas a receber, que reduziu de R\$127,3 milhões no primeiro semestre de 2025 para R\$79,4 milhões no mesmo período de 2026. As despesas gerais e administrativas consolidadas cresceram apenas 2,3%, impactadas pelo reconhecimento contábil do PDI.

O resultado de equivalência patrimonial totalizou R\$26,4 milhões no primeiro semestre de 2026, ante R\$30,0 milhões registrados no mesmo período de 2025, representando redução de 12,00%, reflexo da alienação dos investimentos na Celesc G.

Comentário do Desempenho



9.4. Resultado Financeiro

A Companhia apresentou, no primeiro semestre de 2026, um resultado financeiro negativo, no montante de R\$149,7 milhões, ou seja, suas despesas financeiras superaram suas receitas financeiras nesse valor. Tal resultado representa uma redução desse déficit em aproximadamente 37,9%, se comparado ao mesmo período de 2025, que também apresentou um resultado deficitário, no montante de R\$241,1 milhões.

Na Celesc D, o desempenho no primeiro semestre de 2026 foi impactado, principalmente, pelo aumento nos juros e acréscimos moratórios sobre faturas de energia (R\$26,7 milhões) no primeiro semestre de 2026, em comparação ao mesmo período de 2025.

Na comparação entre os exercícios de 2025 e 2026, observou-se aumento da receita financeira proveniente de juros sobre créditos de consumidores. Esse desempenho decorre, principalmente, do incremento das ações de cobrança e da intensificação das negociações para regularização de débitos.

No exercício de 2026, novas medidas de recuperação de crédito, incluindo a intensificação das negociações com consumidores inadimplentes e a regularização dos processos de cobrança, verificou-se incremento na arrecadação desses créditos, acompanhado do reconhecimento de juros e demais encargos financeiros previstos contratualmente. Dessa forma, a receita financeira apresentou crescimento em relação ao exercício anterior, refletindo tanto o maior volume de créditos em recuperação quanto a efetividade das ações de cobrança implementadas pela Companhia.

Houve ainda, no período, o reconhecimento na receita de variações monetárias o montante de R\$20,9 milhões, referente a atualização do crédito previdenciário decorrente da decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Recurso Especial nº 1.230.957, que reconheceu a inexigibilidade das contribuições previdenciárias incidentes sobre o terço constitucional de férias, o abono pecuniário de férias e os primeiros 15 dias de afastamento por incapacidade, abrangendo a contribuição patronal, o SAT/RAT e as contribuições destinadas a terceiros. O crédito tributário reconhecido totaliza aproximadamente R\$44,0 milhões, incluindo o valor principal e sua respectiva atualização monetária.

Adicionalmente, verificou-se um aumento líquido de R\$72,5 milhões na atualização monetária dos Ativos e Passivos Financeiros Setoriais (CVA) no primeiro semestre de 2026. Essa rubrica passou de um efeito líquido negativo de R\$12,1 milhões no primeiro semestre de 2025 para um efeito financeiro líquido positivo de R\$60,4 milhões no mesmo período de 2026.

Essa variação decorre, principalmente, da alteração na composição dos saldos dos Ativos e Passivos Financeiros capturados na tarifa entre os períodos comparados. Enquanto no primeiro semestre de 2025 predominou um saldo de passivos financeiros setoriais, cuja atualização monetária impactou negativamente o resultado financeiro. Já no primeiro semestre de 2026, prevaleceu a constituição de ativos financeiros setoriais, cuja atualização monetária gerou efeito positivo no resultado financeiro.

Adicionalmente, a Celesc D mantém operação de swap contratada para proteção (hedge) das 6ª e 7ª Emissões de Debêntures. Os efeitos da marcação a mercado dos instrumentos derivativos resultaram em receita financeira de R\$219,4 milhões (R\$80,0 milhões em receitas com derivativos e R\$139,4 milhões marcação a mercado) e despesa financeira de R\$213,9 milhões (R\$116,6 milhões em despesas com derivativos e R\$97,3 milhões em marcação a mercado), gerando impacto líquido positivo de R\$5,5 milhões no resultado financeiro do período. No primeiro semestre de 2025, o efeito líquido dessas operações havia sido positivo em R\$2,8 milhões.

Na Celesc Geração, o resultado financeiro do primeiro semestre de 2026 foi positivo em R\$7,9 milhões, em comparação ao resultado positivo de R\$2,6 milhões apurado no mesmo período de 2025. Esse

Comentário do Desempenho

desempenho decorre, principalmente, do reconhecimento de receitas de juros sobre o contrato de mútuo firmado com a Celesc Distribuição. Para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, entretanto, essas receitas são eliminadas por se tratar de transações entre empresas do mesmo grupo econômico.

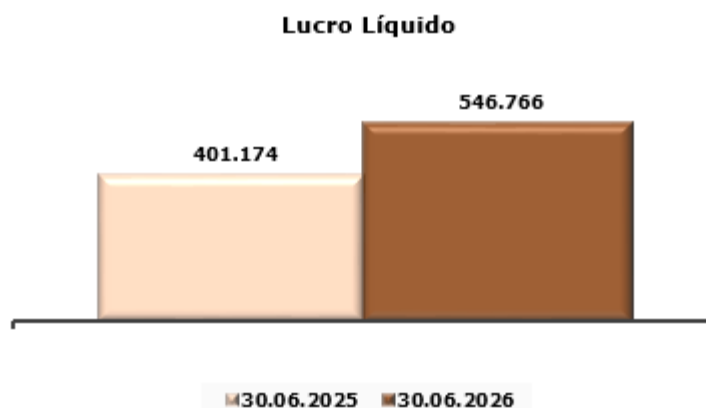
Adicionalmente, observou-se redução das despesas financeiras em relação ao primeiro semestre de 2025. No exercício anterior, em decorrência da alienação da participação societária na EDP Aliança Transmissão, foi realizado o estorno dos Juros sobre Capital Próprio (JCP) já creditados e ainda não recebidos, em conformidade com as cláusulas contratuais da operação de venda, o que impactou negativamente o resultado financeiro daquele período.

Em sentido oposto, a partir do terceiro trimestre de 2025, passaram a ser reconhecidos os encargos financeiros relacionados ao financiamento contratado junto ao BNDES. No primeiro semestre de 2026, essas despesas totalizaram R\$1,4 milhão, referentes aos juros e à atualização financeira da operação.



9.5. Lucro Líquido

A Celesc apresentou, no primeiro semestre de 2026, um Lucro Líquido de R\$546,8 milhões, representando um aumento de 36,3% se comparado ao mesmo período de 2025, cujo valor foi de R\$401,2 milhões.



9.6. EBITDA

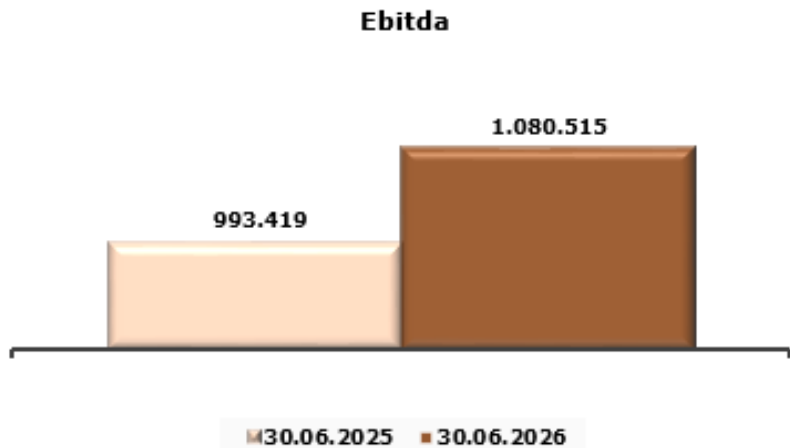
A Companhia divulga o EBITDA e o utiliza para medir o seu desempenho. Ele tem como base os valores apresentados nas demonstrações financeiras, não sendo excluídos quaisquer itens não recorrentes, não operacionais ou de operações descontinuadas.

A movimentação do Lucro Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – LAJIDA ou EBITDA está detalhada a seguir:

Comentário do Desempenho

	Consolidado	
Conciliação do EBITDA (R\$/mil)	30.06.2026	30.06.2025
Lucro Líquido	546.766	401.174
IRPJ e CSLL Correntes e Diferidos	177.668	165.536
Resultado Financeiro	149.667	241.077
Depreciação e Amortização	206.414	185.632
EBITDA	1.080.515	993.419

O EBITDA no primeiro semestre de 2026, atingiu o valor de R\$1.080,5 milhões, aproximadamente, 8,8% superior ao mesmo período de 2025, que foi de R\$993,4 milhões.



9.7. Valor Adicionado

Toda a riqueza gerada pela Companhia foi distribuída para os componentes "Pessoal", "Impostos, Taxas e Contribuições", "Remuneração do Capital de Terceiros" e "Remuneração do Capital Próprio", permanecendo uma parte como "Lucro Retido do Exercício", nas seguintes proporções:



9.8. Índices Econômicos-Financeiros

Abaixo, mais alguns índices do desempenho Econômico-Financeiro:

	Consolidado	
Índices	30.06.2026	30.06.2025
Liquidez Geral	0,86	0,82
Liquidez Corrente	1,27	1,23
Rentabilidade do Patrimônio Líquido Médio	13,34%	10,63%
Endividamento Geral	71,75%	70,18%

No Balanço Patrimonial Consolidado de 30 de junho de 2026, a Companhia apresentou um Capital Circulante Líquido (CCL) positivo de R\$1.034,8 milhões, com um índice de 1,27.

Comentário do Desempenho

10. GESTÃO DA INADIMPLÊNCIA

O indicador de inadimplência mede a proporção da receita faturada que não foi efetivamente recebida em determinado período. Seu cálculo considera a razão entre o valor total de inadimplência apurado e a Receita Operacional Bruta acumulada proveniente do fornecimento de energia elétrica, suprimento de energia, disponibilização da rede elétrica e serviços taxados no mesmo período. Essa metodologia proporciona uma análise precisa das variações percentuais da inadimplência em relação à receita operacional.

Em 30 de junho de 2026, a inadimplência de curto prazo — até 90 dias, período no qual se concentram a maior parte das ações de cobrança — apresentou redução de 5,35 pontos percentuais em relação ao ano anterior, passando de 16,61% para 11,26%. Por sua vez, a inadimplência acima de 90 dias registrou leve redução de 0,35 ponto percentual, variando de 1,73% para 1,38%.

No consolidado, a inadimplência total, quando comparada ao ano anterior, apresentou redução de 0,60 ponto percentual, passando de 2,55% para 1,95% da Receita Faturada Bruta.

O cálculo da inadimplência contempla as seguintes premissas:

Indicador de Inadimplência até 90 dias: compara as faturas inadimplentes vencidas até 90 dias com a ROB acumulada dos últimos 3 meses.

Indicador de Inadimplência acima de 90 dias: compara as faturas inadimplentes vencidas acima de 90 dias até o limite de 5 anos, com a ROB acumulada do 4º ao 60º mês.

Indicador de Inadimplência Total: compara todas as faturas inadimplentes vencidas até 5 anos com a ROB acumulada dos últimos 60 meses.

As tabelas a seguir demonstram a evolução da inadimplência da Celesc D:

Inadimplência até 90 dias											
Classes	2T25		3T25		4T25		1T26		2T26		Variação 2T26/1T26
	R\$/Mil	% ROB	R\$/Mil	% ROB	R\$/Mil	% ROB	R\$/Mil	% ROB	R\$/Mil	% ROB	
Residencial	332.744	9,20%	266.708	7,65%	267.154	6,74%	324.889	7,19%	277.886	6,93%	-0,26 p.p
Industrial	54.210	1,50%	45.302	1,30%	44.341	1,12%	40.144	0,89%	38.570	0,96%	+0,07 p.p
Comercial	113.731	3,14%	82.248	2,36%	79.742	2,01%	84.925	1,88%	84.158	2,10%	+0,22 p.p
Rural	29.425	0,81%	23.542	0,68%	26.112	0,66%	29.803	0,66%	21.130	0,53%	-0,13 p.p
Poder Público	10.283	0,28%	5.774	0,17%	8.144	0,21%	6.732	0,15%	5.161	0,13%	-0,02 p.p
Iluminação Pública	2.184	0,06%	286	0,01%	308	0,01%	187	0,00%	254	0,01%	+0,01 p.p
Serviço Público	8.835	0,24%	2.127	0,06%	455	0,01%	2.779	0,06%	400	0,01%	-0,05 p.p
Suprimentos	261	0,01%	1.449	0,04%	669	0,02%	201	0,00%	-	0,00%	0,00 p.p
Enc. Uso Rede Elétrica	33.314	0,92%	14.430	0,41%	16.070	0,41%	16.333	0,36%	15.110	0,38%	+0,02 p.p
Diversos Créditos	5.929	0,16%	3.171	0,09%	2.490	0,06%	1.668	0,04%	2.481	0,06%	+0,02 p.p
Serviço Taxado	132	0,00%	315	0,01%	700	0,02%	596	0,01%	603	0,02%	+0,01 p.p
Participação Financeira	9.765	0,27%	4.647	0,13%	6.166	0,16%	9.383	0,21%	5.458	0,14%	-0,07 p.p
Total	600.813	16,61%	449.999	12,91%	452.351	11,41%	517.640	11,45%	451.212	11,26%	-0,19 p.p
RFB Acumulada do 1º ao 3º mês em R\$/ Mil	3.617.261		3.486.037		3.964.163		4.520.197		4.007.511		

Inadimplência acima de 90 dias											
Classes	2T25		3T25		4T25		1T26		2T26		Variação 2T26/1T26
	R\$/Mil	% ROB	R\$/Mil	% ROB	R\$/Mil	% ROB	R\$/Mil	% ROB	R\$/Mil	% ROB	
Residencial	541.153	0,87%	509.925	0,80%	493.283	0,77%	489.486	0,76%	504.051	0,76%	0,00 p.p
Industrial	138.992	0,22%	115.573	0,18%	112.438	0,18%	112.860	0,17%	114.090	0,17%	0,00 p.p
Comercial	248.773	0,40%	213.120	0,34%	205.917	0,32%	202.498	0,31%	206.212	0,31%	0,00 p.p
Rural	46.611	0,07%	35.093	0,06%	31.958	0,05%	31.753	0,05%	30.241	0,05%	0,00 p.p
Poder Público	20.805	0,03%	9.207	0,01%	4.195	0,01%	2.706	0,00%	2.564	0,00%	0,00 p.p
Iluminação Pública	4.627	0,01%	613	0,00%	223	0,00%	387	0,00%	388	0,00%	0,00 p.p
Serviço Público	7.787	0,01%	7.641	0,01%	1.785	0,00%	827	0,00%	402	0,00%	0,00 p.p
Suprimentos	0	0,00%	1.061	0,00%	1.940	0,00%	1.197	0,00%	1.197	0,00%	0,00 p.p
Enc. Uso Rede Elétrica	18.414	0,03%	9.820	0,02%	11.067	0,02%	10.976	0,02%	12.252	0,02%	0,00 p.p
Diversos Créditos	31.940	0,05%	28.678	0,05%	27.661	0,04%	23.587	0,04%	25.589	0,04%	0,00 p.p
Serviço Taxado	4.349	0,01%	4.198	0,01%	4.052	0,01%	7.200	0,01%	3.884	0,01%	0,00 p.p
Participação Financeira	15.283	0,02%	14.786	0,02%	15.706	0,02%	17.747	0,03%	19.182	0,03%	0,00 p.p
Total	1.078.734	1,73%	949.715	1,50%	910.225	1,42%	901.225	1,39%	920.052	1,38%	-0,01 p.p
RFB Acumulada do 4º mês ao 60º mês em R\$/Mil	62.370.135		63.525.985		64.009.710		64.683.034		66.470.818		

Comentário do Desempenho

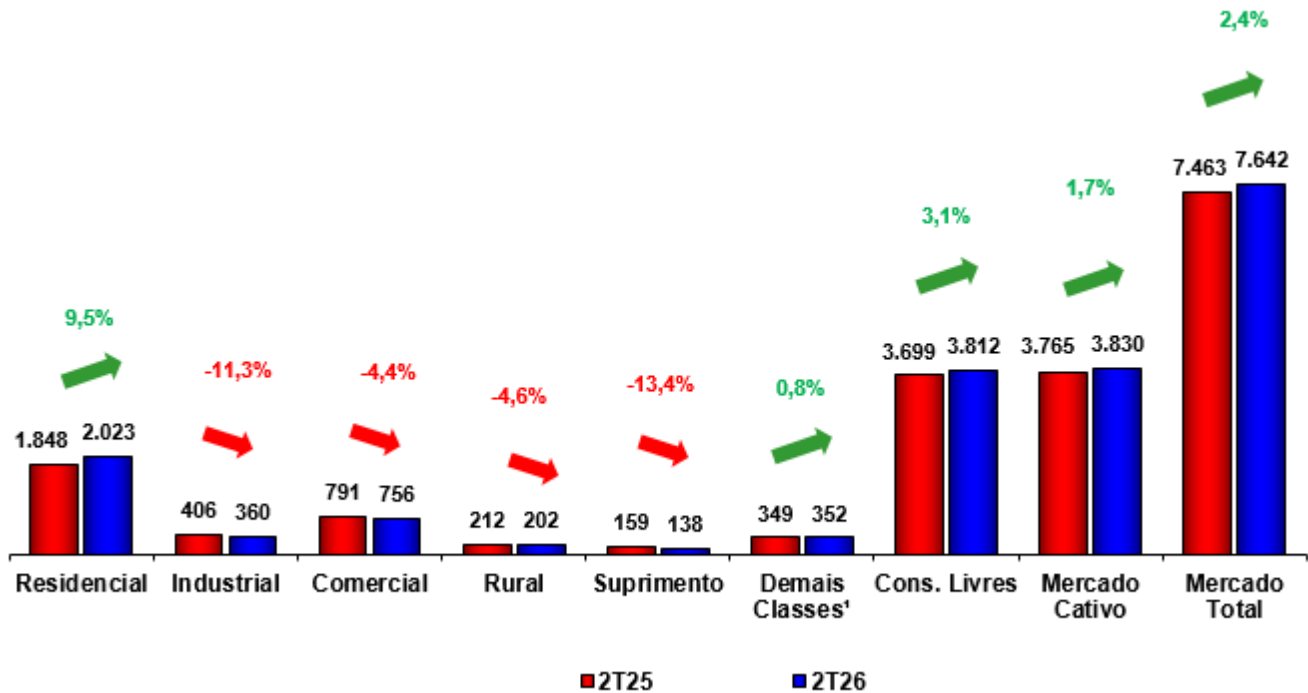
Inadimplência Total											
Classes	2T25		3T25		4T25		1T26		2T26		Variação 2T26/1T26
		%		%		%		%		%	
	R\$/Mil	ROB	R\$/Mil	ROB	R\$/Mil	ROB	R\$/Mil	ROB	R\$/Mil	ROB	
Residencial	873.897	1,32%	776.633	1,16%	760.437	1,12%	814.376	1,18%	781.938	1,11%	-0,07 p.p
Industrial	193.202	0,29%	160.875	0,24%	156.779	0,23%	153.004	0,22%	152.660	0,22%	0,00 p.p
Comercial	362.504	0,55%	295.368	0,44%	285.660	0,42%	287.424	0,42%	290.370	0,41%	-0,01 p.p
Rural	76.036	0,12%	58.635	0,09%	58.070	0,09%	61.556	0,09%	51.372	0,07%	-0,02 p.p
Poder Público	31.088	0,05%	14.981	0,02%	12.338	0,02%	9.438	0,01%	7.725	0,01%	0,00 p.p
Iluminação Pública	6.811	0,01%	899	0,00%	531	0,00%	575	0,00%	642	0,00%	0,00 p.p
Serviço Público	16.622	0,03%	9.768	0,01%	2.240	0,00%	3.607	0,01%	802	0,00%	-0,01 p.p
Suprimentos	261	0,00%	2.510	0,00%	2.608	0,00%	1.398	0,00%	1.197	0,00%	0,00 p.p
Enc. Uso Rede Elétrica	51.728	0,08%	24.250	0,04%	27.137	0,04%	27.309	0,04%	27.362	0,04%	0,00 p.p
Diversos Créditos	37.870	0,06%	31.849	0,05%	30.151	0,04%	25.255	0,04%	28.070	0,04%	0,00 p.p
Serviço Taxado	4.481	0,01%	4.513	0,01%	4.752	0,01%	7.796	0,01%	4.487	0,01%	0,00 p.p
Participação Financeira	25.048	0,04%	19.433	0,03%	21.872	0,03%	27.130	0,04%	24.641	0,03%	-0,01 p.p
Total	1.679.547	2,55%	1.399.714	2,09%	1.362.576	2,00%	1.418.865	2,05%	1.371.264	1,95%	-0,10 p.p
RFB Acumulada do 1º mês ao 60º mês em R\$/Mil	65.987.396		67.012.022		67.973.873		69.203.231		70.478.329		

11. BALANÇO ENERGÉTICO

No segundo trimestre de 2026, o mercado cativo da Celesc D apresentou um crescimento de 1,7%, comparado ao mesmo período do ano anterior, totalizando 3.830 GWh. Com relação ao mercado total, incluindo consumidores livres, também houve crescimento no consumo de energia elétrica, nesse caso, de 2,4%, atingindo 7.642 GWh.

O consumo livre na área de concessão da Celesc D aumentou 3,1%, passando de 3.699 GWh para 3.812 GWh, comparando os períodos analisados.

No gráfico, a seguir, podem ser observados os valores de consumo em GWh de cada classe no mercado cativo, bem como do mercado total do trimestre:



Demais Classes¹ = Poder Público + Iluminação Pública + Serviço Público. Não considera Consumo Próprio.

Nos seis primeiros meses de 2026, o consumo total de energia elétrica na área de concessão da Celesc D totalizou 15.592 GWh, representando redução de 0,5% em relação ao mesmo período de 2025, quando foram consumidos 15.667 GWh. Esse desempenho foi influenciado, principalmente, pela retração de 2,7% no mercado cativo, cujo consumo passou de 8.480 GWh para 8.248 GWh. Em sentido oposto, o mercado livre apresentou crescimento de 2,7%, com o consumo aumentando de 7.178 GWh para 7.336 GWh.

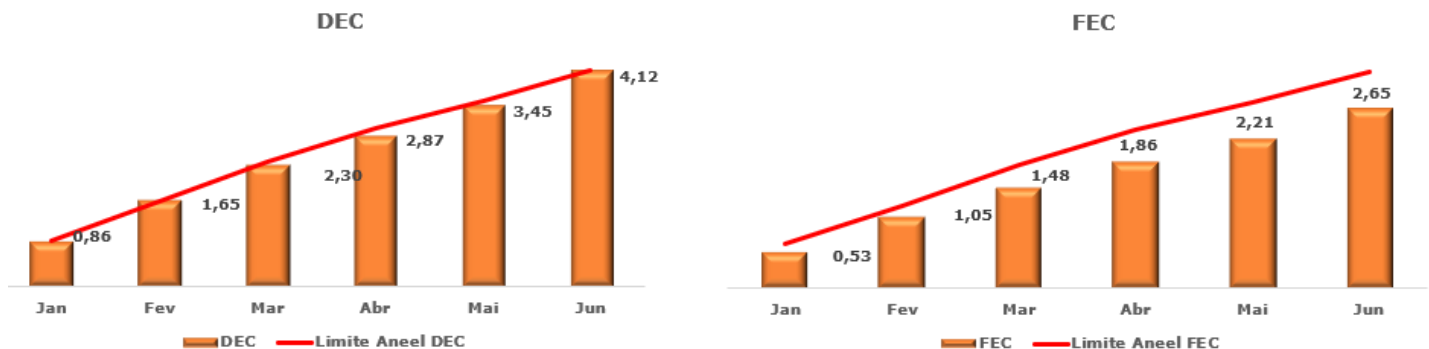
Comentário do Desempenho

12. MERCADO CATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA

MERCADO CATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA										
Descrição	2026		2025		Variação Vertical				Variação Horizontal	
	2º Trim	Acumulado	2º Trim	Acumulado	2º Trim 2026	Acum 2026	2º Trim 2025	Acum 2025	2º Trim 26-25	Acum 26-25
Receita de Vendas por Classe de Consumo em R\$/mil										
Residencial	1.710.116	3.804.768	1.403.742	3.324.071	53,1%	54,8%	50,4%	53,0%	21,8%	14,5%
Industrial	350.027	690.862	327.490	664.556	10,9%	10,0%	11,7%	10,6%	6,9%	4,0%
Comercial	693.081	1.486.710	631.652	1.420.673	21,5%	21,4%	22,7%	22,7%	9,7%	4,6%
Rural	184.707	404.515	169.008	371.104	5,7%	5,8%	6,1%	5,9%	9,3%	9,0%
Poder Público	119.027	234.805	94.783	199.029	3,7%	3,4%	3,4%	3,2%	25,6%	18,0%
Iluminação Pública	75.340	142.922	66.274	115.010	2,3%	2,1%	2,4%	1,8%	13,7%	24,3%
Serviço Público	51.226	102.013	50.200	102.627	1,6%	1,5%	1,8%	1,6%	2,0%	-0,6%
Suprimento	37.480	75.702	44.334	74.067	1,2%	1,1%	1,6%	1,2%	-15,5%	2,2%
TOTAL	3.221.004	6.942.297	2.787.483	6.271.137	100%	100%	100%	100%	15,6%	10,7%
Consumo por Classe em MWh										
Residencial	2.022.514	4.499.145	1.847.799	4.350.290	52,8%	54,5%	49,1%	51,3%	9,5%	3,4%
Industrial	359.753	717.467	405.640	835.504	9,4%	8,7%	10,8%	9,9%	-11,3%	-14,1%
Comercial	755.823	1.606.222	790.963	1.750.966	19,7%	19,5%	21,0%	20,6%	-4,4%	-8,3%
Rural	202.112	451.841	211.968	504.448	5,3%	5,5%	5,6%	5,9%	-4,6%	-10,4%
Poder Público	143.624	279.818	131.299	274.463	3,8%	3,4%	3,5%	3,2%	9,4%	2,0%
Iluminação Pública	146.640	289.827	148.186	297.672	3,8%	3,5%	3,9%	3,5%	-1,0%	-2,6%
Serviço Público	61.386	126.451	69.269	147.052	1,6%	1,5%	1,8%	1,7%	-11,4%	-14,0%
Suprimento	138.064	277.004	159.398	319.816	3,6%	3,4%	4,2%	3,8%	-13,4%	-13,4%
TOTAL	3.829.916	8.247.775	3.764.522	8.480.211	100%	100%	100%	100%	1,7%	-2,7%

13. INDICADORES DE RESILIÊNCIA DA REDE

O indicador de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC da Celesc D acumulado no primeiro semestre de 2026 foi de 4,12 horas, o que equivale a 99,8% do limite estabelecido pela ANEEL para o ciclo regulatório, que é de 4,13. No mesmo período, o indicador de Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC foi de 2,65, o que representou 82,6% do limite regulatório estabelecido, que é de 3,21.



14. PRORROGAÇÃO DA CONCESSÃO

No 5º Termo Aditivo da Celesc D, assinado em 2015, foi estabelecido que, nos primeiros cinco anos, a distribuidora deveria atingir metas relacionadas a indicadores de qualidade técnica e sustentabilidade econômica e financeira. O cumprimento dessas metas era uma condição para a confirmação da prorrogação da concessão e a distribuidora atendeu plenamente a esses requisitos.

Comentário do Desempenho

O critério de eficiência da gestão econômico-financeira é mensurado pela apuração da inequação, a cada ano civil, e será considerado descumprido quando houver a sua não conformidade ou quando o EBTIDA for menor que a Quota Reintegração Regulatória – QRR. As metas de qualidade são os indicadores DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor.

Além dos indicadores de continuidade e qualidade do fornecimento de energia, a Celesc D precisa estar atenta aos indicadores econômicos, que avaliam a qualidade e o potencial de pagamento da dívida em relação ao EBITDA gerado pela Empresa.

A Resolução Normativa ANEEL nº 896/2020, alterada pela Resolução Normativa nº 948/2021, disciplinou a parametrização e a metodologia de apuração para os indicadores de concessão, que foram estabelecidos para os anos de 2021 até 2045:

Ano	Indicador	Critérios	Penalidades
A partir de 2021	Eficiência econômico-financeira	1 ano	Aporte de capital Limitação de distribuição de dividendos e JCP Regime restritivo de contratos com partes relacionadas
		2 anos consecutivos	Extinção da concessão
	Indicadores de qualidade	1 ano	Plano de resultados
		2 anos consecutivos	Limitação de distribuição de dividendos e JCP
		3 anos consecutivos	Extinção da concessão

- O critério de eficiência da gestão econômico-financeira é mensurado pela apuração da inequação, a cada ano civil, e será considerado descumprido quando houver a sua não conformidade ou quando o EBTIDA for menor que a Quota Reintegração Regulatória – QRR.
- Conforme Nota Técnica ANEEL nº 068/2021 e Resolução Autorizativa nº 10.231/2021, a partir de 2022, as metas de qualidade passaram a ser os indicadores DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor.

ANO	GESTÃO ECONÔMICO- FINANCEIRA	INDICADORES DE QUALIDADE (LIMITE ESTABELECIDO)		INDICADORES DE QUALIDADE (LIMITE REALIZADO)		VERIFICAÇÃO
		DEC ¹	FEC ¹	DEC	FEC	
2023	DÍVIDA LÍQUIDA/ {LAJIDA (-) QRR ² } <1/1,11*SELIC	9,78	7,55	8,56	5,86	Atendido
2024	DÍVIDA LÍQUIDA/ {LAJIDA (-) QRR} <1/1,11*SELIC	9,40	7,29	8,71	5,85	Atendido
2025	DÍVIDA LÍQUIDA/ {LAJIDA (-) QRR} <1/1,11*SELIC	9,17	7,09	8,38	5,30	Atendido

¹ DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor.

² QRR – Quota Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Será o valor definido na última Revisão Tarifária Periódica – RTP, acrescida do IGP-M entre o mês anterior ao da RTP e o mês anterior ao do período de 12 (doze) meses da aferição de sustentabilidade econômico-financeira.

15. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado – CAM, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social em seu artigo 77: “A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem perante a Câmara de Arbitragem do Mercado – CAM, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das S.A., no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de Participação no Nível 2, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado”.



Comentário do Desempenho

16. AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme disposições contidas na Resolução CVM nº 80, de 22 de março de 2022, anexo C, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes Ltda (KPMG), com vigência até 15 de junho de 2027.

Florianópolis, 13 de agosto de 2026.

A Administração

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS – ATIVO

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	NE	Controladora		Consolidado	
		30.06.2026	31.12.2025 (Reclassificado)	30.06.2026	31.12.2025 (Reclassificado)
Circulante		473.741	456.222	4.830.762	3.848.163
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	74.223	77.708	509.156	418.813
Contas a Receber de Clientes	9	-	-	2.677.658	2.723.359
IRPJ e CSLL a Recuperar	10.1	54.356	55.117	322.605	144.088
Tributos a Recuperar	10.2	327	-	244.427	205.994
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP	11	308.513	322.901	12.768	14.292
Ativo Financeiro setorial	13	-	-	579.742	-
Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	13.2	-	-	47.371	45.542
Ativo Financeiro - Indenização Usina Pery	14.3	-	-	20.757	19.956
Outros	21	170	496	380.126	276.119
Ativo Não Circulante Mantido para Venda	12	36.152	-	36.152	-
Não Circulante		4.162.350	3.808.554	10.138.611	9.982.868
Realizável a Longo Prazo		92.125	88.194	4.400.922	4.408.816
Contas a Receber de Clientes	9	-	-	15.913	21.672
Instrumentos Financeiros Derivativos	25	-	-	74.940	69.258
Tributos Diferidos	17	-	-	563.894	560.035
Tributos a Recuperar	10.2	-	-	257.338	302.084
Depósitos Judiciais	29	91.917	87.986	393.889	392.626
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	14	-	-	1.480.071	1.237.107
Ativo Financeiro setorial	13	-	-	108.435	273.140
Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	13.2	-	-	348.076	339.113
Ativo Financeiro - Indenização Usina Pery	14.3	-	-	158.379	154.241
Ativo de Contrato	15	-	-	974.916	1.037.521
Outros	21	208	208	25.071	22.019
Investimentos	18	4.070.149	3.720.171	280.681	314.579
Imobilizado	19	76	189	219.110	218.574
Intangível	20	-	-	5.237.898	5.040.899
Total do Ativo		4.636.091	4.264.776	14.969.373	13.831.031

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS – PASSIVO
Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo	NE	Controladora		Consolidado	
		30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Circulante		398.864	287.428	3.795.944	2.952.505
Fornecedores	22	913	1.019	991.250	1.002.149
Empréstimos e Financiamentos	23	-	-	290.670	296.582
Debêntures	24	-	-	790.117	176.656
Instrumentos Financeiros Derivativos	25	-	-	80.107	90.607
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	26	2.557	2.288	236.473	228.829
IRPJ e CSLL a Recolher	27	-	3.958	178.250	21.615
Demais Tributos a Recolher	27	24.182	14.990	320.046	330.696
Dividendos e JCP Declarados	33.3	369.238	261.382	369.238	261.382
Taxas Regulamentares	28	-	-	56.160	71.723
Passivo de Arrendamento	19	78	190	6.053	2.863
Benefícios a Empregados	30	-	-	153.963	153.963
Passivo Financeiro Setorial	13	-	-	-	80.584
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	31	-	-	128.853	58.483
Outros	32	1.896	3.601	194.764	176.373
Não Circulante		9.049	8.883	6.945.251	6.910.061
Tributos a Recolher	27	-	-	15.123	15.123
Empréstimos e Financiamentos	23	-	-	2.199.354	1.561.793
Debêntures	24	-	-	2.400.960	2.970.715
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	26	-	-	21.639	2.917
Tributos Diferidos	17	-	-	117.619	111.200
Taxas Regulamentares	28	-	-	104.650	81.516
Passivo de Arrendamento	19	-	-	10.441	10.250
Provisão para Contingências	29	9.049	8.883	283.598	307.482
Benefícios a Empregados	30	-	-	1.572.702	1.579.411
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	31	-	-	213.171	269.654
Outros	32	-	-	5.994	-
Patrimônio Líquido	33	4.228.178	3.968.465	4.228.178	3.968.465
Capital Social	33.1	2.600.000	2.480.000	2.600.000	2.480.000
Reservas de Capital	33.2	316	316	316	316
Reservas de Lucros	33.2	2.548.153	2.548.038	2.548.153	2.548.038
Ajuste de Avaliação Patrimonial	33.4	(1.231.929)	(1.231.656)	(1.231.929)	(1.231.656)
Lucros Acumulados		311.638	-	311.638	-
Reservas à disposição dos Acionistas	33	-	171.767	-	171.767
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		4.636.091	4.264.776	14.969.373	13.831.031

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

				Controladora	
Descrição	NE	Trimestre	Acumulado do	Trimestre	Acumulado do
		Atual	Período	Atual	Período
		01.04.2026 a 30.06.2026	01.01.2026 a 30.06.2026	01.04.2025 a 30.06.2025	01.01.2025 a 30.06.2025
Receita Operacional Líquida – ROL	34	-	-	-	-
Custos de Vendas / Serviços Prestados	34	-	-	-	-
Lucro Bruto		-	-	-	-
Despesas Operacionais		298.611	553.790	149.536	403.030
Despesas Gerais e Administrativas	34	(11.021)	(18.494)	(10.221)	(17.431)
Outras Receitas	34	4.820	9.646	4.720	9.287
Outras Despesas	34	(3.592)	(4.085)	(966)	(2.072)
Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, líquida de impostos	18	308.404	566.723	156.003	413.246
Resultado Antes do Resultado Financeiro		298.611	553.790	149.536	403.030
Resultado Financeiro	34	(3.537)	(7.024)	(117)	(928)
Resultado Antes do IRPJ e da CSLL		295.074	546.766	149.419	402.102
IRPJ e CSLL	17	1.033	-	(928)	(928)
Corrente		1.033	-	(928)	(928)
Diferido		-	-	-	-
Lucro Líquido do Período		296.107	546.766	148.491	401.174
Resultado por Ação Atribuível aos Acionistas da Companhia Durante o Período (expresso em R\$ por ação)					
Resultado Básico por Ação	33				
Ações Ordinárias Nominativas		7,2440	13,3762	3,6327	9,8144
Ações Preferenciais Nominativas		7,9684	14,7138	3,9960	10,7958
Resultado Diluído por Ação	33				
Ações Ordinárias Nominativas		7,2440	13,3762	3,6327	9,8144
Ações Preferenciais Nominativas		7,9684	14,7138	3,9960	10,7958

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

				Consolidado	
Descrição	NE	Trimestre	Acumulado do	Trimestre	Acumulado do
		Atual	Período	Atual	Período
		01.04.2026 a 30.06.2026	01.01.2026 a 30.06.2026	01.04.2025 a 30.06.2025	01.01.2025 a 30.06.2025
Receita Operacional Líquida – ROL	34	2.999.633	6.498.380	2.899.542	5.877.073
Custos de Vendas / Serviços Prestados	34	(2.429.618)	(5.331.558)	(2.386.146)	(4.742.745)
Lucro Bruto		570.015	1.166.822	513.396	1.134.328
Despesas Operacionais		(127.631)	(292.721)	(164.619)	(326.541)
Despesas com Vendas	34	(25.701)	(54.914)	(28.500)	(57.144)
Perda Estimada de Créditos de Liquidação Duvidosa	34	(41.306)	(79.379)	(58.024)	(127.279)
Despesas Gerais e Administrativas	34	(151.766)	(347.666)	(176.055)	(339.792)
Outras Receitas	34	102.077	207.403	94.097	193.082
Outras Despesas	34	(24.568)	(44.561)	(9.160)	(25.402)
Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, líquida de impostos	18	13.633	26.396	13.023	29.994
Resultado Antes do Resultado Financeiro		442.384	874.101	348.777	807.787
Resultado Financeiro	34	(51.539)	(149.667)	(159.812)	(241.077)
Resultado Antes do IRPJ e da CSLL		390.845	724.434	188.965	566.710
IRPJ e CSLL	17	(94.738)	(177.668)	(40.474)	(165.536)
Corrente		(77.898)	(175.109)	(19.858)	(85.424)
Diferido		(16.840)	(2.559)	(20.616)	(80.112)
Lucro Líquido do Período		296.107	546.766	148.491	401.174
Resultado por Ação Atribuível aos Acionistas da Companhia Durante o Período (expresso em R\$ por ação)					
Resultado Básico por Ação	33				
Ações Ordinárias Nominativas		7,2440	13,3762	3,6327	9,8144
Ações Preferenciais Nominativas		7,9684	14,7138	3,9960	10,7958
Resultado Diluído por Ação	33				
Ações Ordinárias Nominativas		7,2440	13,3762	3,6327	9,8144
Ações Preferenciais Nominativas		7,9684	14,7138	3,9960	10,7958

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.



Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	Controladora/Consolidado	
		Trimestre	Acumulado do
		Atual	Período
		01.04.2026 a 30.06.2026	01.01.2026 a 30.06.2026
		01.04.2025 a 30.06.2025	01.01.2025 a 30.06.2025
Lucro Líquido do Período	34	296.107	546.766
Outros Resultados Abrangentes (ORA)		-	-
Resultado Abrangente do Período		296.107	546.766

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

Controladora/Consolidado											
Descrição	NE	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucro	Outras Reservas de Lucro	Ajuste Avaliação Patrimonial			Lucro Acumulado	Total
							Custo Atribuído	Benefícios a Empregados	Ajuste de Valor Justo		
Saldos em 31 de dezembro de 2025		2.480.000	316	351.611	2.196.427	171.767	11.782	(1.106.177)	(137.261)	-	3.968.465
Transações de Capital com Acionistas											
Juros sobre Capital Próprio	33.3	-	-	-	-	-	-	-	-	(235.401)	(235.401)
Dividendos	33.3	-	-	-	-	(51.767)	-	-	-	-	(51.767)
Reversão Dividendos e JCP Prescritos		-	-	-	115	-	-	-	-	-	115
Resultado Abrangente Total											
Lucro Líquido do Período	34	-	-	-	-	-	-	-	-	546.766	546.766
Realização do Custo Atribuído	33.6	-	-	-	-	-	(273)	-	-	273	-
Mutações Internas do Patrimônio Líquido											
Aumento de Capital Social	33.1	120.000	-	-	-	(120.000)	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2026		2.600.000	316	351.611	2.196.542	-	11.509	(1.106.177)	(137.261)	311.638	4.228.178
Descrição	NE	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucro	Outras Reservas de Lucro	Ajuste Avaliação Patrimonial			Lucro Acumulado	Total
							Custo Atribuído	Benefícios a Empregados	Ajuste de Valor Justo		
Saldos em 31 de dezembro de 2024		2.480.000	316	315.136	1.958.512	77.290	12.339	(1.035.053)	(137.261)	-	3.671.279
Transações de Capital com Acionistas											
Juros sobre Capital Próprio	33.3	-	-	-	-	-	-	-	-	(118.797)	(118.797)
Dividendos		-	-	-	-	(77.290)	-	-	-	-	(77.290)
Reversão Dividendos e JCP Prescritos		-	-	-	98	-	-	-	-	-	98
Resultado Abrangente Total											
Lucro Líquido do Período	34	-	-	-	-	-	-	-	-	401.174	401.174
Realização do Custo Atribuído	33.5	-	-	-	-	-	(275)	-	-	275	-
Saldos em 30 de junho de 2025		2.480.000	316	315.136	1.958.610	-	12.064	(1.035.053)	(137.261)	282.652	3.876.464

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	NE	Controladora		Consolidado	
		30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Lucro Líquido do Período		546.766	401.174	546.766	401.174
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa					
(Aplicado nas) Gerado Pelas atividades operacionais		(568.072)	(434.964)	791.690	729.125
Depreciação e Amortização	19	1.098	1.103	206.413	185.632
Perda na alienação de Ativo Imobilizado/Intangível	19	-	-	31.147	42.392
Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, líquida de impostos	18	(566.723)	(413.246)	(26.396)	(29.994)
Atualização Ativo Financeiro – VNR	15	-	-	(34.911)	(21.941)
Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório – Concessão	15	-	-	1.081	1.571
Juros e Variações Monetárias		(2.459)	(3.146)	379.793	356.432
Constituição (Reversão) Provisão para Contingências	29	12	(20.603)	(30.102)	(121.452)
Despesas Atuariais	30	-	-	62.961	73.127
Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	19	-	-	464	180
Instrumentos Financeiros Derivativos/Marcação a Mercado	25	-	-	(5.480)	(2.830)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa		-	-	79.379	127.279
Atualização /Juros Bonificação Outorga	34.1	-	-	(34.864)	(32.440)
Atualização /Juros Indenização Usina Pery	34.1	-	-	(15.463)	(14.367)
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social		-	928	177.668	165.536
(Aumento) Redução nos Ativos		(551)	30.041	(651.429)	(339.399)
Contas a Receber	9	-	-	(19.696)	(404.736)
Tributos a Recuperar		434	8.536	(164.051)	(45.155)
Depósitos Judiciais		(1.311)	21.185	13.574	50.911
Ativos Financeiros (Setoriais, Bonificação de Outorga)		-	-	(365.974)	99.223
Outras Variações nos Ativos		326	320	(115.282)	(39.642)
Aumento (Redução) nos Passivos		(14.585)	(16.834)	(9.994)	(408.833)
Fornecedores		(106)	(982)	(10.899)	(34.585)
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		269	374	26.366	(10.986)
Tributos a Recolher		(13.043)	(16.176)	114.225	62.316
Passivos Financeiros Setoriais		-	-	(95.051)	(228.284)
Taxas Regulamentares		-	-	1.381	9.605
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores		-	-	(731)	(927)
Benefícios a Empregados		-	-	(69.670)	(89.126)
Bônus Itaipu		-	-	-	(52.589)
Outras Variações no Passivo		(1.705)	(50)	24.385	(64.257)
Juros Pagos	24.7	(7)	(6)	(283.982)	(219.777)
IR e CSSL Pagos		(4.927)	(460)	(174.706)	(93.103)
Fluxo de Caixa Líquido Proveniente das (utilizado nas) Atividades Operacionais		(41.376)	(21.049)	218.345	69.187
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos					
Adições Ativo Imobilizado	19	-	-	(2.668)	(10.345)
Adições Ativo Intangível		-	-	(82)	(25)
Adições Ativo de Contrato	15	-	-	(571.859)	(507.041)
Aumento de Capital em Investidas		(14.214)	(67.902)	-	-
Alienação de Investimentos		-	-	14.100	60.333
Dividendos e JCP Recebidos		208.210	229.778	10.581	38.608
Fluxo de Caixa Líquido Proveniente das (utilizado nas) Atividades de Investimento		193.996	161.876	(549.928)	(418.470)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento					
Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	23	-	-	1.141.317	-
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	23	-	-	(504.128)	(42.881)
Amortização de Derivativos	25	-	-	(52.730)	(21.885)
Pagamento de Debêntures	24	-	-	(3.428)	(80.018)
Pagamento de JCP e Dividendos		(155.993)	(144.072)	(155.993)	(144.072)
Pagamento Passivo de Arrendamento	19	(112)	(123)	(3.112)	(4.992)
Caixa Líquido Proveniente (utilizado nas) Atividades de Financiamento		(156.105)	(144.195)	421.926	(293.848)
Aumento (Redução) Líquido (a) de Caixa e Equivalente de Caixa		(3.485)	(3.368)	90.343	(643.131)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8	77.708	96.878	418.813	1.019.482
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8	74.223	93.510	509.156	376.351
Variação no Caixa e Equivalentes de Caixa		(3.485)	(3.368)	90.343	(643.131)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	NE	Controladora		Consolidado	
		30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Receitas	34	12.258	11.862	10.605.951	9.172.622
Receita de Contrato com Clientes		-	-	9.884.802	8.571.994
Receitas referentes à Construção de Ativos Próprios		-	-	574.572	514.527
Outras Receitas		12.258	11.862	225.956	213.380
Perdas Estimadas Créditos Liquidação Duvidosa – PECLD		-	-	(79.379)	(127.279)
Insumos Adquiridos de Terceiros	34	(7.513)	(5.766)	(5.384.841)	(4.849.729)
Custo dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos		-	-	(4.593.888)	(4.127.181)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros		(7.513)	(5.766)	(790.953)	(722.548)
Valor Adicionado Bruto		4.745	6.096	5.221.110	4.322.893
Depreciação, Amortização		(1.098)	(1.103)	(206.877)	(185.813)
Valor Adicionado Líquido Produzido		3.647	4.993	5.014.233	4.137.080
Valor Adicionado Recebido em Transferência		576.993	426.755	548.913	429.028
Participação nos Lucros das Investidas por Equivalência Patrimonial, líquida de impostos	18	566.723	413.246	26.396	29.994
Receitas Financeiras	34	9.918	12.942	521.809	398.104
Outras Receitas		352	567	708	930
Valor Adicionado Total a Distribuir		580.640	431.748	5.563.146	4.566.108
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal	26	(12.498)	(11.466)	(560.359)	(466.149)
Remuneração Direta		(11.549)	(10.643)	(392.703)	(297.250)
Benefícios		(399)	(419)	(149.754)	(150.731)
FGTS		(550)	(404)	(17.902)	(18.168)
Impostos, Taxas e Contribuições	27	(21.051)	(18.460)	(3.815.522)	(3.085.349)
Federais		(20.107)	(17.508)	(2.400.008)	(1.828.176)
Estaduais		-	-	(1.411.130)	(1.252.805)
Municipais		(944)	(952)	(4.384)	(4.368)
Remuneração de Capital de Terceiros	34	(325)	(648)	(640.499)	(613.436)
Juros		(248)	(622)	(635.189)	(608.870)
Aluguéis		(77)	(26)	(5.310)	(4.566)
Remuneração de Capitais Próprios	33	(546.766)	(401.174)	(546.766)	(401.174)
Juros s/ Capital Próprio – JCP		(235.401)	(118.797)	(235.401)	(118.797)
Lucro Retido do Período		(311.365)	(282.377)	(311.365)	(282.377)
Valor Adicionado Distribuído		(580.640)	(431.748)	(5.563.146)	(4.566.108)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS****Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc, Companhia ou Controladora, e, em conjunto com suas subsidiárias integrais, o Grupo) é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista, com sede na avenida Itamarati, nº 160, bairro Itacorubi, CEP: 88.034-900, Florianópolis/SC, Brasil.

Foi fundada por meio do Decreto Estadual nº 22, em 9 de dezembro de 1955. Em 29 de setembro de 2006, com o processo de desverticalização, as atividades de distribuição e geração de energia foram repassadas às suas subsidiárias Celesc Distribuição e Celesc Geração, respectivamente, constituídas como sociedades anônimas de capital fechado, conforme autorizado pela Lei Estadual de Santa Catarina nº 13.570/2005.

Tem seus papéis negociados no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em São Paulo.

O acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,20% do capital total. O Capital Autorizado e Integralizado em seu estatuto é de R\$2,60 bilhões, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 40,26% de ações ordinárias com direito a voto e 59,74% de ações preferenciais, também nominativas, sem direito a voto.

A Celesc, juntamente com suas controladas e coligadas, tem como atividades preponderantes a distribuição, a geração, a comercialização varejista e atacadista de energia elétrica.

2. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS**2.1. Celesc Distribuição S.A. – Celesc D**

Em 22 de julho de 1999, foi assinado o Contrato de Concessão nº 56 para distribuição de energia elétrica, o qual regulamentava a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, cujo prazo de vigência era até 7 de julho de 2015.

Em 9 de dezembro de 2015, a Celesc D assinou o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/99, prorrogando a concessão por mais 30 anos, até 2045.

A Celesc D, subsidiária integral da Companhia, atua no segmento de distribuição de energia elétrica, atendendo total ou parcialmente 285 municípios, com um total de 3.601.159 unidades consumidoras. Desses, 264 municípios estão incluídos no contrato de concessão da distribuidora (263 em Santa Catarina e 1 no Paraná), enquanto 21 municípios são atendidos a título precário, localizados em áreas de concessões de outras distribuidoras (17 em Santa Catarina e 4 no Paraná). O atendimento a título precário ocorre, conforme regulamentação da ANEEL, por razões de conveniência técnica e econômica, devido à inexistência de rede da concessionária titular.

Adicionalmente, a Celesc D é responsável pelo suprimento de energia elétrica para 4 concessionárias e 20 permissionárias de distribuição, que operam em municípios catarinenses não atendidos pela Celesc D.

2.2. Celesc Geração S.A. – Celesc G

A Celesc G é subsidiária integral da Companhia e atua nos segmentos de geração de energia elétrica, por meio da operação, manutenção, comercialização e expansão do parque próprio de geração e da participação em empreendimentos de geração de energia em parcerias com investidores privados.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2026, a Celesc G possui um parque gerador próprio formado por treze usinas de fonte hídrica, todas em operação comercial. Também possui, em operação comercial, nove empreendimentos de fonte solar fotovoltaica no modelo Geração Distribuída Remota. Todas estão localizadas no Estado de Santa Catarina.

A Celesc G detém participação minoritária em mais dois empreendimentos de geração de fonte hídrica desenvolvidos em parceria com investidores privados, no formato de Sociedade de Propósito Específico – SPE, todos já em operação comercial. Tais usinas também estão localizadas no Estado de Santa Catarina.

A capacidade instalada total da Celesc G, em operação comercial, é de 139,01MW, sendo 130,27MW referentes ao parque próprio, destes 116,27MW de fonte hídrica e 14MW de fonte solar, e 5,62MW referentes ao parque gerador estabelecido com parceiros, já proporcionalizada a participação acionária da Celesc G nesses empreendimentos.

Todas as usinas hídricas do parque gerador próprio e em parceria participam do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, sistema de compartilhamento de riscos hidrológicos em que as usinas participantes transferem a energia gerada excedente às usinas que geraram abaixo da sua garantia física.

A Celesc G conta com um Centro de Operação da Geração – COG, que é responsável pela supervisão, acompanhamento e operação centralizada e remota de suas centrais geradoras. O COG opera e supervisiona todo o parque gerador próprio, em turnos que cobrem 24 horas por dia, sete dias por semana.

a) Parque Gerador Próprio em Operação Comercial – 100% Celesc G

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Garantia Física em Cotas
UHE Pery	Curitibanos/SC	07/07/2054	30,00	14,08	100%
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	09/11/2053 (***)	24,60	16,70	70%
UHE Bracinho	Schroeder/SC	09/11/2053 (***)	15,00	8,80	70%
UHE Garcia	Angelina/SC	06/01/2053 (***)	8,92	7,10	70%
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	09/11/2053 (***)	8,40	6,75	70%
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	09/11/2053 (***)	6,28	3,99	70%
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	03/06/2039 (***)	13,92	6,77	(**)
CGH Caveiras	Lages/SC	(*)	3,83	2,77	(**)
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	(*)	2,60	2,03	(**)
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	(*)	0,52	0,50	(**)
CGH Pirai	Joinville/SC	(*)	0,78	0,45	(**)
CGH São Lourenço	Mafra/SC	(*)	0,42	0,22	(**)
CGH Maruim	São José/SC	(*)	1,00	0,65	(**)
Total			116,27	70,81	

(*) Usinas com potência inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão (Lei Federal nº 13.360/2016).

(**) Não se aplica.

(***) A Resolução Autorizativa nº 16.467/2025 concedeu extensão ao prazo de concessão das usinas listadas.

b) Parque Gerador de Fonte Solar Fotovoltaica – 100% Celesc G

UFV GD Remota	Localização	Entrada em Operação Comercial	Potência Instalada (MW)
UFV Lages I	Lages/SC	fev/2023	1,00
UFV Campos Novos	Campos Novos/SC	set/2023	1,00
UFV São José do Cedro	São José do Cedro/SC	dez/2023	2,50
UFV Lages II	Lages/SC	jun/2024	1,00
UFV Modelo	Modelo/SC	set/2024	2,50
UFV Videira	Videira/SC	out/2024	1,00
UFV Capivari de Baixo/SC	Capivari de Baixo/SC	jun/2025	3,00
UFV Modelo II	Modelo/SC	out/2025	1,00
UFV Modelo III	Modelo/SC	out/2025	1,00
Total			14,00

Notas Explicativas**c) Parque Gerador de Fonte Hídrica com Participação Minoritária**

Os resultados das participações da Celesc G, em outros empreendimentos, são contabilizados no Grupo por meio da equivalência patrimonial.

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc G	Equiv. Pot. Inst. (MW)	Equiv. Garantia Física (MW)
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	28/04/2046*	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,42
PCH Garça Branca	Anchieta/SC	18/07/2048**	6,50	3,44	49,0%	3,19	1,69
Total			12,58	6,98		5,62	3,11

(*) A Resolução Autorizativa nº 16.467/2025 concedeu extensão ao prazo de concessão das usinas listadas.

(**) A Resolução Homologatória nº 3.439/2025 concedeu extensão ao prazo de concessão da usina listada.

2.2.1. Projetos de Ampliação das Usinas do Parque Próprio**a) Ampliação da CGH Caveiras**

A CGH Caveiras, em operação desde 1949, está localizada no município de Lages/SC e possui capacidade instalada de 3,83 MW. O projeto de ampliação prevê um novo circuito de geração, contemplando canal de aproximação, tomada d'água, conduto forçado e casa de força com duas novas unidades geradoras do tipo turbina Francis simples. Com a ampliação, a usina chegará à capacidade instalada de 9,4 MW.

O projeto já possui a LAI – Licença Ambiental de Instalação, obtida junto ao Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina, o IMA e recebeu, em 25 de março de 2026, a Outorga para implantação, por meio da PORTARIA SNTEP/MME nº 3.118/2026.

A Outorga, que vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, também aprova o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI.

A energia decorrente do projeto de ampliação foi vendida no mercado regulado, por meio do Leilão de Energia Nova 2025/A-5, com tarifa atual de R\$402,77/MWh pelo prazo de 20 anos. O restante da energia do empreendimento será destinado ao ambiente de comercialização livre.

b) Ampliação da UHE Salto Weissbach

A Usina Salto Weissbach, localizada no município de Blumenau/SC, possui 6,28 MW de potência instalada e está em operação desde 1914. O projeto de ampliação prevê novo circuito adutor, paralelo ao existente, a construção de uma nova casa de força com duas unidades geradoras de 11,5MW cada, o que viabilizará incremento de 23MW à potência atual, totalizando a capacidade instalada em 29,28 MW.

Por ser uma usina que opera no regime de cotas, os procedimentos regulatórios para aprovação do Projeto de Ampliação seguem o PRORET 12.4 Ampliações em Instalações de Geração e a Portaria nº 418/2013 do Ministério de Minas e Energia (MME). Em 04 de março de 2026, o MME, por meio da Portaria nº 903, emitiu a Outorga do projeto de ampliação, permitindo a implantação do empreendimento.

Por meio da Portaria, foram definidos (i) o Custo de Gestão dos Ativos de Geração referente à ampliação (GAG Ampliação - inicial) no valor de R\$ 43,7milhões/ano, na data-base de 1º de outubro de 2025; e (ii) a Tarifa Inicial da GAG Ampliação no valor R\$ 403,87/MWh, considerando o acréscimo de 12,36MW médios de garantia física à data-base de 1º de outubro de 2025.

A Portaria emitida pelo MME também aprova o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI.

A Companhia já possui financiamento contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

c) Ampliação da Usina Cedros e Construção da CGH Pinhal

A Usina Cedros, localizada no município de Rio dos Cedros, possui potência instalada de 8,4 MW e está em operação desde 1949. Estudos realizados em 2010 identificaram potencial de ampliação da geração

Notas Explicativas

por meio da instalação de nova unidade geradora na casa de força existente e possibilidade de aproveitamento energético na barragem do Pinhal, integrante do complexo da usina. Contudo, à época, o projeto não avançou em razão das incertezas relacionadas ao término das concessões.

Em 2023, foram contratadas a revisão dos estudos hidrológicos e as análises hidro energéticas, que indicaram a viabilidade da construção de uma CGH na barragem do Pinhal, com potência instalada de 400 kW, sendo uma unidade geradora do tipo Kaplan, bem como a instalação de nova unidade geradora de 10,2 MW na casa de força da Usina Cedros.

A consolidação do Projeto Básico do empreendimento, que está em andamento, subsidiará as avaliações e aprovações necessárias para a implantação da ampliação.

d) Ampliação da Usina Palmeiras, por meio da Construção da CGH Rio Bonito

A Usina Palmeiras, localizada no município de Rio dos Cedros, com potência instalada de 24,6 MW e em operação desde 1963, possui no seu complexo a barragem do Rio Bonito, responsável pela regularização das vazões do rio.

Estudos iniciados em 2010 avaliaram a ampliação do complexo por meio da motorização das vazões da barragem, porém os resultados não se mostraram viáveis à época. Em 2023, os estudos hidrológicos e hidro energéticos foram revisados e, em 2024 ocorreu a consolidação do projeto básico.

Em 2025, os estudos realizados e o detalhamento do projeto, incluindo estudo de motorização e arranjo geral do empreendimento, resultaram em uma configuração com potência instalada de 0,50 MW para o empreendimento.

As próximas etapas dizem respeito às tratativas ambientais e regulatórias visando a viabilização da construção da ampliação da Usina.

f) Aquisição de Projeto e Implantação da PCH Canoas

Em 2025, a Companhia adquiriu o projeto da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Canoas, a ser implantada entre os municípios de Curitiba e São José do Cerrito, no Planalto Catarinense, com potência instalada prevista de 30 MW e investimento estimado em aproximadamente R\$300,0 milhões.

O empreendimento, adquirido da multinacional norueguesa Statkraft Energias Renováveis, operará em cascata com a Usina Pery, também operada pela Companhia, o que permitirá um trabalho coordenado entre os ativos, otimizando a geração, os custos de manutenção e fortalecendo a segurança operacional.

O projeto já possui Licença Ambiental Prévia (LAP), emitida pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA), e Documento de Registro e Seleção (DRS-PCH), concedido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A consolidação do Projeto Básico e os estudos para obtenção da Licença Ambiental de Instalação (LAI) foram iniciados no primeiro trimestre de 2026.

2.2.2. Desinvestimento em Participações Minoritárias

a) Alienação da Companhia Energética Rondinha S.A.

A Celesc G possuía 32,5% de participação acionária na Companhia Energética Rondinha S.A., empresa geradora de energia elétrica por meio da PCH Rondinha, localizada em Passos Maia/SC, com 9,6MW de potência instalada. O investimento foi contabilizado no Grupo, até fevereiro de 2026, por meio da equivalência patrimonial.

Em 09 de dezembro de 2025, o acionista Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura - FIP Pirineus, detentor de 67,50% do capital social da Rondinha, efetuou proposta de compra da totalidade das ações possuídas pela Celesc G.

Em 22 de janeiro de 2026, em reunião ordinária, o Conselho de Administração da Celesc G aprovou a alienação da totalidade do investimento na Rondinha, comunicando, na mesma data, o fato ao

Notas Explicativas

mercado. O preço de aquisição foi determinado com data-base em 09 de dezembro de 2025, no valor de R\$14,2 milhões e ofertado na modalidade "porteira fechada", com ajuste (redução) exclusivamente em razão da distribuição de lucros (dividendos e/ou juros sobre o capital próprio), ocorrida a partir da data de assinatura da proposta.

Em 21 de maio de 2026, a operação foi finalizada, quando ocorreu a assinatura dos documentos, o recebimento do montante de R\$14,2 milhões no caixa da Celesc G e a transferência das ações à compradora.

2.2.3. Novos Negócios

Expansão da rede de Eletropostos

O projeto Eletroposto Celesc, desenvolvido pela controlada no Grupo Celesc, a Celesc D, no âmbito do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da ANEEL, representa a maior iniciativa em oferta de recarga pública para veículos elétricos no estado de Santa Catarina.

O projeto, que começou em 2015, teve como principal resultado a criação do Corredor Elétrico Catarinense, que cobre mais de 1.500 km de extensão do território de Santa Catarina com estações de recarga de veículos elétricos.

Além disso, culminou com a criação de uma estratégia para gestão da demanda das estações de recarga, incorporando o uso de energia renovável, e um modelo de negócio para oferecer serviços de recarga de veículos elétricos.

O corredor elétrico implantado nas primeiras fases do projeto conta atualmente com 45 estações distribuídas em 35 municípios.

2.3. Demais Participações da Controladora

Investimentos	Classificação	Descrição	Reconhecimento	Participação no Capital Total
Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS	Controlada em Conjunto	Concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás natural. Possui contrato firmado em 28 de março de 1994 com vigência de 50 anos (2044).	Equivalência Patrimonial	17%
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE	Coligada	Concessão para exploração das linhas de transmissão. Possui contrato de concessão de transmissão de energia elétrica nº 088/2000, com vigência de 30 anos (2030).	Equivalência Patrimonial	30,88%
Companhia Catarinense de Água e Saneamento – Casan	Instrumento Patrimonial	Sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, para exploração dos serviços de esgotamento sanitário e abastecimento de água potável.	Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA.	9,50%

2.4. Assuntos Regulatórios e Tributários

2.4.1. Reforma Tributária

A Emenda Constitucional nº 132/2023 instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, prevendo a substituição gradual dos tributos atualmente vigentes (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS) pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), além da criação do Imposto Seletivo (IS). A transição para o novo modelo ocorrerá de forma gradual entre os exercícios de 2026 e 2033, conforme regulamentação iniciada pela Lei Complementar Federal nº 214/2025.

A Companhia vem acompanhando a evolução normativa da Reforma Tributária e avaliando seus possíveis impactos sobre operações, sistemas e processos. Nesse contexto, no período, foram publicados os

Notas Explicativas

regulamentos da CBS (Decreto nº 12.955/2026) e do IBS (Resolução do Comitê Gestor do IBS nº 6/2026), cujas normas comuns apresentam redação substancialmente convergente. Apesar da edição desses regulamentos, não houve alteração nos critérios adotados pela Companhia para identificação e divulgação de informações relevantes relacionadas à Reforma Tributária.

Com o avanço do processo de regulamentação da Reforma Tributária e a publicação de novos atos normativos, a CELESC contratou através de processo de licitação, em maio de 2026, a Deloitte para apoiar a continuidade dos trabalhos de implementação das adequações necessárias à operacionalização do novo modelo tributário.

Como etapa inicial dos trabalhos, a Deloitte e a UCP/RFTB revisitaram, em conjunto, o plano de ação existente e reavaliaram os impactos da Reforma Tributária à luz da legislação complementar e dos normativos publicados após a conclusão do diagnóstico inicial. Em decorrência dessa análise, foram identificadas novas necessidades de adequação, resultando na proposição de 31 novos planos de ação, principalmente relacionados à publicação de novas legislações e regulamentações, com impactos em processos, sistemas, controles internos, cadastros e procedimentos operacionais da Companhia e adicionalmente foi reformulado os pontos já levantados, alterando assim a quantidade de itens no plano de ação para 92 itens.

Contudo, na data de encerramento deste trimestre, continua não sendo possível mensurar de forma confiável os efeitos financeiros da Reforma Tributária sobre a posição patrimonial, o resultado e os fluxos de caixa da Companhia, em razão do estágio atual de regulamentação e das incertezas remanescentes. Eventuais impactos serão reconhecidos e divulgados oportunamente, à medida que houver maior definição normativa.

2.4.2. Ambiente Regulatório da Celesc D

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia - MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

a) Reajuste Tarifário Anual – RTA de 2025

A partir de 22 de agosto de 2025, entrou em vigor o Reajuste Tarifário Anual da Celesc D. O referido reajuste resultou em um efeito médio de 13,53% nas tarifas aplicadas aos consumidores, sendo 15,80% em média para consumidores atendidos em alta tensão e 12,41% em média para consumidores conectados em baixa tensão.

A tabela a seguir detalha a composição dos itens dos reajustes tarifários de 2024 e 2025:

Participação no Reajuste Tarifário 2025 (Resolução Homologatória ANEEL nº 3.511/2025)			Participação no Reajuste Tarifário 2024
Parcela A	Encargos Setoriais	7,86%	-1,21%
	Custos de Transmissão	0,72%	-2,72%
	Compra de Energia	1,30%	0,78%
	Receitas Irrecuperáveis	0,09%	0,03%
	Total Parcela A	9,97%	-3,12%
Parcela B	Total Parcela B	1,04%	0,55%
Reajuste Econômico (IRT), considerando variação tarifária da RTE		11,01%	-2,57%
Componentes Financeiros do Processo Atual		0,41%	-1,07%
Retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior		2,11%	6,66%
Efeito Médio a ser percebido pelos consumidores		13,53%	3,02%

b) Bandeiras Tarifárias

O sistema de bandeiras tarifárias, estabelecido pela ANEEL, sinaliza possíveis acréscimos na conta de energia conforme as condições de geração elétrica, permitindo ajustar os custos da geração de energia de forma dinâmica.

Notas Explicativas

De janeiro a junho de 2026, devido às condições favoráveis de geração de energia, a bandeira tarifária foi verde, ou seja, sem acréscimo na fatura de energia.

Os valores da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, repassados à Celesc D pela Agência reguladora referente ao primeiro semestre de 2026, foram de R\$ 22,2 milhões, líquidos (R\$ 27,1 milhões a receber, contra R\$ 4,9 milhões pagos).

c) Medidas Provisórias nºs 1.300 e 1.304

Em 2025, foram publicadas as Medidas Provisórias nºs 1.300 e 1.304, posteriormente convertidas nas Leis nºs 15.235 e 15.269, introduzindo medidas de modernização do setor elétrico com impactos regulatórios e operacionais relevantes.

Entre as principais alterações, destacam-se a ampliação da Tarifa Social de Energia Elétrica, com gratuidade para famílias de baixa renda com consumo inferior a 80 kWh/mês, além da isenção das quotas da CDE para determinados consumidores inscritos no Cadastro Único, a partir de 1º de janeiro de 2026. Também foram abordados temas relacionados à abertura do mercado livre de energia, armazenamento de energia e curtailment, cuja implementação depende de regulamentação complementar. Paralelamente, o Projeto de Lei nº 2.987/2015 avançou com discussões sobre armazenamento de energia e indenizações por interrupções no fornecimento.

A Lei nº 15.269/2025 estabeleceu a abertura gradual do mercado livre para consumidores do Grupo B – Baixa Tensão, em até 24 meses para consumidores comerciais e industriais e em até 36 meses para os demais consumidores. A norma também criou a figura do Supridor de Última Instância e definiu mecanismos de compartilhamento dos efeitos financeiros da migração de consumidores ao mercado livre. Adicionalmente, foram introduzidas regras mais restritivas para a autoprodução por equiparação, preservando os direitos adquiridos já registrados na CCEE. No âmbito dos subsídios tarifários, a legislação limitou a concessão de descontos relacionados às fontes incentivadas para novos consumidores livres e estabeleceu teto para determinados subsídios da CDE, atualizado pelo IPCA, prevendo redução proporcional dos benefícios caso os limites sejam excedidos.

d) Geração Distribuída – Resolução Normativa ANEEL nº 1.114/2025

O Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) refere-se à energia ativa injetada na rede de distribuição por unidades consumidoras detentoras de microgeração ou minigeração distribuída (MMGD). Essa energia é cedida à distribuidora a título de empréstimo gratuito, gerando créditos de energia que poderão ser compensados futuramente com o consumo de energia elétrica ativa das respectivas unidades consumidoras participantes do sistema.

Nesse contexto, a obrigação da distribuidora está relacionada à disponibilização futura de energia equivalente àquela anteriormente injetada, nos termos da regulamentação setorial vigente estabelecida pela ANEEL.

A partir de 2024, com a abertura da Consulta Pública ANEEL nº 09/2024, foram avaliadas alternativas para o tratamento tarifário da energia injetada e não compensada. O processo resultou na Resolução Normativa ANEEL nº 1.114/2025, onde ficou estabelecido que a energia injetada pelos consumidores com micro e minigeração distribuída (MMGD) e não compensada será deduzida da energia requerida junto à distribuidora, a partir dos processos tarifários de 2025, considerando como data de corte julho de 2024.

O tratamento definido não altera a relação comercial com os consumidores, mantendo a validade dos créditos por até 60 meses, os quais são compensados ou revertidos à modicidade tarifária, conforme a REN nº 1.000/2021 e a Lei nº 14.300/2022. A ANEEL deverá ainda regulamentar normas complementares sobre o tratamento contábil dos créditos anteriores à nova metodologia.

e) Padronização do Número de Identificação da Unidade Consumidora - Resolução Normativa ANEEL nº 1.095/2024

A Resolução Normativa ANEEL nº 1.095 de 18 de junho de 2024, unificou nacionalmente a identificação dos consumidores de energia elétrica por meio de um novo código de 15 dígitos. Essa numeração inédita

Notas Explicativas

passa a ser vinculada de forma definitiva ao imóvel (e não mais ao titular da conta), garantindo que o código da Unidade Consumidora (UC) permaneça o mesmo após mudanças de inquilino ou proprietário.

Na prática, a medida simplifica a leitura da conta de luz ao eliminar antigos códigos confusos (como número de instalação ou parceiro de negócio) e dar destaque exclusivo à nova UC. Para o setor, a mudança reduz fraudes, otimiza o atendimento ao cliente e facilita a portabilidade de dados entre diferentes distribuidoras em todo o país.

f) Base de Remuneração Regulatória – BRR

A remuneração das distribuidoras de energia elétrica ocorre por meio da Base de Remuneração Regulatória (BRR), definida pela ANEEL, nos processos de Revisão Tarifária Periódica - RTP. Nesses processos são reconhecidos os investimentos prudentes realizados pela concessionária na prestação do serviço de distribuição.

No caso da Celesc D, o último ciclo de RTP ocorreu em 22 de agosto de 2021, ocasião em que foram considerados, para fins de composição da BRR, os investimentos realizados e contabilizados até fevereiro de 2021.

Assim, os investimentos realizados a partir de março de 2021 até fevereiro de 2026, serão objeto de avaliação regulatória e deverão ser incorporados à Base de Remuneração Regulatória no próximo processo de RTP, que ocorrerá em 22 de agosto de 2026. Dessa forma, ao longo do exercício de 2026, parte relevante dos investimentos realizados pela Companhia terá reconhecimento tarifário no próximo ciclo revisional.

Uma vez reconhecidos pelo regulador, os ativos passam a compor a Base de Remuneração Regulatória e são remunerados por meio da aplicação da Taxa de Remuneração do Capital (WACC – *Weighted Average Cost of Capital*), bem como pela Quota de Reintegração Regulatória (QRR), correspondente à recuperação do capital investido ao longo da vida útil regulatória dos ativos.

Nesse contexto, a incorporação dos investimentos realizados no período entre os ciclos revisionais tende a ampliar significativamente a Base de Remuneração Regulatória da Celesc D no processo tarifário de 2026, refletindo a expansão e modernização da infraestrutura de distribuição e contribuindo para a sustentabilidade econômico-financeira da concessão.

2.4.3. Ambiente Regulatório da Celesc G

a) Reajuste da Receita Anual da Geração – RAG

Em 22 de julho de 2025, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.506, homologou as Receitas Anuais de Geração – RAGs das usinas hidrelétricas em regime de cotas para o ciclo 2025/2026, nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013. O período de vigência da nova RAG é de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026.

Na RAG a ser recebida pela UHE Pery, R\$10,5 milhões se referem à indenização da parcela de investimentos em bens reversíveis não depreciados ao final do período de sua concessão anterior.

As RAGs estabelecidas para as usinas de propriedade da Celesc G, que deverão ser cobradas mensalmente, são:

Usinas	Receita Anual (R\$/mil)	Receita Anual (R\$/mil)
	Ciclo 2025/2026	Ciclo 2024/2025
UHE Pery	30.016	28.643
UHE Garcia	14.244	13.512
UHE Bracinho	18.394	17.446
UHE Cedros	13.459	12.264
UHE Palmeiras	28.867	26.121
UHE Salto	9.524	8.884

Notas Explicativas

3. BASE DE PREPARAÇÃO

As bases de preparações aplicadas nessas Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas, são descritas a seguir:

3.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA, requerida pela legislação societária brasileira, é apresentada em sua forma e conteúdo de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado, como informação suplementar para fins de IFRS.

A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 13 de agosto de 2026. Tal informação cumpre a exigência do item 17 do Pronunciamento Técnico CPC 24, que trata de eventos subsequentes e está no Anexo “A” da Resolução CVM nº 105, de 20 de maio de 2022.

3.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional de todas as entidades do Grupo, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

3.3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

Na elaboração destas Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas, a Administração fez uso de julgamentos, estimativas e premissas que influenciam a aplicação das políticas contábeis da Celesc e suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, que são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas de forma prospectiva. As estimativas e os julgamentos contábeis se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As informações sobre julgamentos contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas são as mesmas aplicadas as Demonstrações Financeiras Anuais Individuais e Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A base de preparação e as políticas contábeis materiais são as mesmas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras Anuais Individuais e Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, publicada em 20 de março de 2026, contemplando a adoção dos pronunciamentos contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2026, exceto a descrita no item 4.2.1.), e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

4.1. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos:

- instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;

Notas Explicativas

- instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo;
- ativos ou passivos líquidos, de um plano de benefício definido, reconhecidos em outros resultados abrangentes (VJORA).

4.2. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

O pronunciamento técnico CPC 23/IAS 8, que trata de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, estabelece que ajustes ou erros podem ocorrer no registro, na mensuração, na apresentação ou na divulgação de elementos das demonstrações financeiras. Estabelece, ainda, que a entidade deve corrigir os erros materiais de períodos anteriores retrospectivamente no primeiro conjunto de demonstrações financeiras, cuja autorização para publicação ocorra após a descoberta de tais erros, definindo como uma das alternativas a reapresentação dos valores comparativos para o período anterior apresentado em que tenha ocorrido o erro.

4.2.1. Reclassificação das Cifras Comparativas no Balanço Patrimonial

A Companhia revisa continuamente a forma de apresentação e divulgação de suas demonstrações financeiras, objetivando suas construções de forma adequada e em consonância com as normas vigentes aplicáveis.

Em análise mais criteriosa, especificamente para elaboração do Balanço Patrimonial da Controladora e também do Consolidado e tendo em vista a interpretação conjunta do que estabelece os pronunciamentos técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada e Controlada e CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, observou-se, para fins de melhor divulgação, a necessidade de reclassificação do ágio pago na aquisição da participação acionária na ECTE – Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. do grupo de Intangível para o grupo de Investimentos no Ativo, promovendo a devida comparação com os valores correspondentes no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 sob a mesma ótica. Tal mudança, no entanto teve efeito imaterial na referida demonstração.

4.3. Novos Requerimentos Atualmente em Vigor

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB serão efetivadas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida pelo CPC no Brasil.

Norma	Pronunciamento	Alteração	Aplicação
IFRS 9 e IFRS 7	CPC 48 e CPC 40	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	01/01/2026

A Administração realizou uma análise e não identificou impactos significativos em suas Demonstrações Financeiras em decorrência da aplicação das alterações às normas.

4.4. Norma Postergada

Em 29 de maio de 2026, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, publicou a Resolução CVM nº 244, que alterou a Resolução CVM nº 193 e passou a estabelecer regime de adoção voluntária para a divulgação das informações financeiras relacionadas à sustentabilidade de acordo com os pronunciamentos CBPS 01 (equivalente ao IFRS S1) e CBPS 02 (equivalente ao IFRS S2), observando o modelo "pratique ou explique".

Norma	Pronunciamento	Alteração	Aplicação
IFRS S1/IFRS S2	CBPS 01/CBPS 02	Divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e ao clima.	Adoção voluntária

4.5. Futuros Requerimentos

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB serão efetivadas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida pelo CPC no Brasil.

Notas Explicativas

Norma	Pronunciamento	Alteração	Aplicação
IFRS 18	CPC 51	Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	01/01/2027
IFRS 19	-	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	01/01/2027
IFRS 10	CPC 36	Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua coligada ou <i>Joint Venture</i>	Ainda não definida pelo IASB

5. GESTÃO DE RISCO

Os negócios do Grupo estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

5.1. Risco Financeiro**5.1.1. Risco de Crédito**

O risco de crédito refere-se à possibilidade de o Grupo incorrer em perdas financeiras decorrentes do não cumprimento, por parte de clientes ou contrapartes de instrumentos financeiros, de suas obrigações contratuais. Esse risco está relacionado, principalmente, às contas a receber de clientes e às aplicações em instrumentos financeiros, podendo impactar o planejamento econômico-financeiro estabelecido pela Administração.

Para mensuração das perdas de crédito esperadas, o Grupo utiliza uma matriz de provisão como expediente prático, elaborada com base na experiência histórica de inadimplência, nas condições atuais e em estimativas razoáveis e fundamentadas de cenários econômicos futuros, considerando também as condições de mercado.

Descrição	Controladora			Consolidado	
	NE	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Caixa e Equivalentes de Caixa (a)	8	74.223	77.708	509.156	418.813
Contas a Receber de Clientes (b)	9.2	-	-	2.693.571	2.745.031
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga (c)	13.2	-	-	395.447	384.655
Ativo Financeiro – Indenização Usina Pery (d)	14.3	-	-	179.136	174.197
Títulos e Valores Mobiliários (e)	21	208	208	208	208
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão (f)	14	-	-	1.480.071	1.237.107
Ativo Financeiro Setorial (g)	-	-	-	688.177	273.140
Total		74.431	77.916	5.945.766	5.233.151

- O Grupo administra o risco de crédito aplicando a maior parte de seus recursos em instituições bancárias federais. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal possuem *Rating* AAA.
- O Grupo atua na gestão de contas a receber, implementando políticas de cobrança, suspensão de fornecimento, condições de parcelamentos de débitos, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares.
- A Administração considera reduzido o risco desse crédito, na Celesc G, visto que o contrato celebrado de venda da energia por cotas garante o ressarcimento do valor pago por meio da Receita Anual de Geração – RAG, atualizado, durante o prazo da concessão.
- A Administração considera reduzido esse risco, na Celesc G, visto que o valor atualizado do ressarcimento dos bens não depreciados totalmente na Usina Pery no final da concessão em 2017 vem sendo inseridos na Receita Anual de Geração – RAG 2021, até o final do prazo da nova concessão.
- A Companhia considera esse risco de crédito decorrente da possibilidade de incorrer em perdas resultantes do *valuation* e do recebimento de dividendos desses investimentos temporários. Esse tipo de risco envolve fatores externos e a Administração acompanha periodicamente suas variações ocorridas.
- A Administração considera reduzido o risco desse crédito, visto que o contrato de concessão da Celesc D assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, correspondente aos custos e investimentos não recuperados por meio de tarifa.
- A Administração considera reduzido o risco desse crédito, visto que a ANEEL homologa à Celesc D o direito incondicional de receber caixa do consumidor os custos não gerenciáveis, referentes a diferença

Notas Explicativas

entre os custos previstos no reajuste anual tarifário e os custos efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa.

O Grupo adota a regra de lançar para perda definitiva por redução ao valor recuperável de contas a receber, os valores vencidos há mais de 5 anos, considerando que a possibilidade de êxito no recebimento é remota, mesmo tendo iniciado o processo de cobrança por meio administrativo e/ou judicial.

A legislação fiscal presume que a perda definitiva do crédito ocorre quando transpassados os prazos e cumpridas as exigências legais, podendo o contribuinte, a partir de então, deduzir o respectivo valor do imposto de renda e contribuição social a pagar.

As perdas efetivas sobre ativos financeiros e de contrato reconhecidas no resultado do período foram as seguintes:

Descrição	NE	30.06.2026	Consolidado
			30.06.2025
Perda efetiva no recebimento de créditos	9	(42.609)	(26.362)
Total		(42.609)	(26.362)

5.1.2. Risco de Liquidez

O risco de liquidez corresponde à possibilidade de o Grupo encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, liquidados com caixa ou outros ativos financeiros. A gestão desse risco tem como objetivo assegurar que o Grupo disponha de recursos suficientes para honrar seus compromissos nos respectivos vencimentos, em condições normais ou adversas, sem incorrer em perdas relevantes ou comprometer sua reputação.

A administração do risco de liquidez é realizada por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa projetados e realizados, bem como da análise do perfil de vencimento dos passivos financeiros. Os investimentos do Grupo são financiados, principalmente, por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras, sendo elaboradas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, além da aprovação anual do orçamento operacional e de capital pela Administração.

Adicionalmente, o Grupo mantém controles sobre o fluxo de caixa e níveis mínimos de disponibilidade, buscando otimizar o custo de captação, reduzir riscos de refinanciamento e assegurar a liquidez necessária.

O risco de liquidez considera a redução na arrecadação de clientes, a impossibilidade de captação, inadimplência e o excesso de despesas e/ou investimentos para cumprir compromissos financeiros e a estratégia do negócio.

Os valores divulgados na tabela são as estimativas dos Passivos Financeiros não descontados em 30 de junho de 2026.

Notas Explicativas

								Consolidado 30.06.2026
Descrição	Taxas %	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Total valor Futuro (i)	Total Valor Contábil
Empréstimos CDI	CDI + 0,58% a 1,65% a.a.	29.331	68.926	87.952	1.156.350	-	1.342.559	1.256.110
Conta de desenvolvimento energético - CDE		27.778	-	-	-	-	27.778	27.778
Empréstimo G - BNDES	IPCA+ 6,98% a 7,09% a.a.	-	639	1.759	10.847	14.194	27.439	21.567
Debêntures D	CDI + 0,3% a 1,65% a.a.	66.003	-	671.357	962.262	65.920	1.765.542	1.611.337
Debêntures D	IPCA + 6,53 a 6,95% a.a.	63.259	-	(3.270)	378.872	1.514.385	1.953.246	1.549.400
Instrumento Financeiro Derivativos - Celesc D	CDI -0,16 a 0,29 a.a.	29.352	-	52.188	-	-	81.540	80.107
Entidade de Previdência Privada		25.655	24.626	110.817	591.023	931.662	1.683.783	1.683.783
Debêntures Celesc G	IPCA + 4,3% a.a.	-	(34)	6.929	26.213	-	33.108	30.340
Fornecedores		693.124	287.794	10.332	-	-	991.250	991.250
BID	CDI + 0,70% a 1,88% a.a.	36.331	-	70.908	384.118	1.715.001	2.206.358	1.212.347
Passivo de Arrendamento		500	1.032	4.521	8.470	1.971	16.494	16.494
Total		971.333	382.983	1.013.493	3.518.155	4.243.133	10.129.097	8.480.513

(i) Fontes: <https://www.portaldefinancas.com> e LCA Consultoria Econômica**5.1.3. Risco de Mercado**

O risco de mercado refere-se à possibilidade de que variações em fatores de mercado, tais como taxas de juros, índices de inflação e taxas de câmbio, afetem o resultado do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. A gestão desse risco tem como objetivo monitorar e controlar as exposições dentro de limites aceitáveis, buscando mitigar potenciais impactos adversos.

Os empréstimos contratados pela Celesc D, no mercado nacional e internacional, bem como as debêntures emitidas pela Celesc G, possuem cláusulas contratuais atreladas a indexadores de mercado. Adicionalmente, a Celesc D utiliza instrumentos derivativos para proteção contra a volatilidade das taxas de juros, adotando contabilidade de *hedge* quando aplicável.

Em 30 de junho de 2026, as principais exposições do Grupo estão relacionadas às variações do CDI, IPCA e SELIC, bem como à oscilação de índices de inflação. O risco cambial associado às variações do dólar norte-americano, referente às compras de energia da Itaipu, é integralmente repassado à tarifa por meio do mecanismo de ativos e passivos setoriais.

5.1.4. Análise de Sensibilidade

A Companhia está exposta a risco de variações das taxas de juros pela oscilação do mercado nacional, sobretudo em seu resultado financeiro líquido, que é composto pelas receitas atreladas às aplicações financeiras e aos ativos e financeiros setoriais, entre outros componentes, e pelas despesas financeiras advindas dos empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos, além dos passivos financeiros setoriais e outros fatores.

Além disso, também está exposta às variações das taxas de inflação, que atualizam outros componentes, que também geram efeito no resultado financeiro líquido.

Com base nisso, a Companhia consultou divulgações de estimativas e projeções, elaboradas por consultorias especializadas, e estimou uma variação das taxas de juros em 14,27% e das taxas de inflação em 4,93% para os próximos 12 meses, num cenário considerado provável. Para um outro cenário, considerado possível, estimou essas variações em 15,37% e 6,64%, respectivamente. Os dois cenários de exposição, provável e possível, estão demonstrados no quadro abaixo:

Notas Explicativas

					Consolidado 30.06.2026
Índices	Efeitos das Contas sobre o Resultado	NE	Saldo	Cenário Provável	Cenário Possível
CDI / Selic				14,27%	15,37%
	Aplicações Financeiras	8	381.133	435.521	439.713
	Empréstimos	23	(2.468.457)	(2.820.706)	(2.847.859)
	Debêntures	24	(1.611.337)	(1.841.275)	(1.858.999)
	Instrumento Financeiro Derivativos	25	(5.167)	(5.904)	(5.961)
	Ativo Financeiro Setorial	13.1	688.177	786.380	793.950
Total			(3.015.651)	(3.445.984)	(3.479.156)
IPCA				4,93%	6,64%
	Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	14	1.477.650	1.550.498	1.575.766
	Debêntures	24	(1.579.740)	(1.657.621)	(1.684.635)
	Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	13.2	395.447	414.943	421.705
	Ativo Financeiro – Ind. Projeto Básico Usina Pery	14.3	179.136	187.967	191.031
	Empréstimos	23	(21.567)	(22.630)	(22.999)
Total			450.926	473.157	480.868

Fonte das Taxas Utilizadas: LCA Consultoria Econômica

5.2. Gestão de Capital

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, incluindo empréstimos de curto e longo prazo, debêntures e derivativos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

A tabela a seguir apresenta o Índice de Alavancagem Financeira:

			Consolidado
Descrição	NE	30.06.2026	31.12.2025
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional	23	1.277.677	608.893
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira	23	1.212.347	1.249.482
Debêntures	24	3.191.077	3.147.371
Instrumento Financeiro Derivativos	25	5.167	21.349
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	8	(509.156)	(418.813)
Dívida Líquida		5.177.112	4.608.282
Total do Patrimônio Líquido		4.228.178	3.968.465
Total do Capital		9.405.290	8.576.747
Índice de Alavancagem Financeira (%)		55,04%	53,73%

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Estimativa do Valor Justo

Para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, a Companhia divulga, por nível, na seguinte hierarquia:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, como preços, ou indiretamente, como derivados dos preços;
- Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para mensurar os instrumentos financeiros ao valor justo incluem:

Notas Explicativas

- Abordagem de Mercado;
- Abordagem de Custo;
- Abordagem de Receita.

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros por categoria em 30 de junho de 2026:

Ativos Financeiros	NE	Nível	30.06.2026		31.12.2025	
			Valor	Valor	Valor	Valor
			Contábil	Justo	Contábil	Justo
Valor justo por meio do resultado			1.555.011	1.555.011	1.306.365	1.306.365
Ativo Indenizatório (concessão de distribuição) (b)	14	3	1.477.650	1.477.650	1.234.686	1.234.686
Ativo Indenizatório (concessão geração) (b)	14	3	2.421	2.421	2.421	2.421
Instrumentos Financeiros Derivativos (d)		2	74.940	74.940	69.258	69.258
Custo amortizado			4.516.810	4.516.810	4.047.159	4.047.159
Caixa e equivalentes de caixa (e)	8		509.156	509.156	418.813	418.813
Contas a Receber de Clientes (a)	9		2.693.571	2.693.571	2.745.031	2.745.031
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) (e)			51.323	51.323	51.323	51.323
Ativo Financeiro Setorial (e)			688.177	688.177	273.140	273.140
Ativo Financeiro Bonificação de outorga (e)	13.2		395.447	395.447	384.655	384.655
Ativo Financeiro Indenização Projeto Básico Us Pery (e)	14		179.136	179.136	174.197	174.197
Valor justo por meio do resultado abrangente			208	208	208	208
Títulos e Valores Mobiliários (c)	21	1	208	208	208	208
Total			6.072.029	6.072.029	5.353.732	5.353.732

Passivos Financeiros	NE	Nível	30.06.2026		31.12.2025	
			Valor	Valor	Valor	Valor
			Contábil	Justo	Contábil	Justo
Valor justo por meio do resultado			1.542.867	1.580.497	1.542.013	1.576.815
Debêntures (f)	24	2	1.462.760	1.500.390	1.451.406	1.486.208
Instrumentos Financeiros Derivativos (d)	25	2	80.107	80.107	90.607	90.607
Custo amortizado			5.606.607	5.713.240	4.926.233	5.036.724
Passivo Financeiro Setorial (e)	13		-	-	80.584	80.584
Fornecedores (e)	22		991.250	991.250	1.002.149	1.002.149
Empréstimos e financiamentos (f)	23	2	2.490.024	2.571.143	1.858.375	1.938.618
Debêntures (f)	24	2	1.728.317	1.753.831	1.695.965	1.726.213
Dividendos e JSCP (e)	11		369.238	369.238	261.382	261.382
Encargos Setoriais – CDE (e)	28		27.778	27.778	27.778	27.778
Total			7.149.474	7.293.737	6.468.246	6.613.539

Apuração dos Valores Justos:

- Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes pelo valor contábil, menos a provisão por redução ao valor recuperável, estejam próximos de seus valores justos.
- Para os ativos financeiros indenizáveis, avaliados por VJR, os valores justos são similares aos valores contábeis. A Celesc G aguarda à definição por parte da ANEEL em relação a solicitação feita de indenização de ativos das usinas que não estavam totalmente depreciados.
- Títulos e Valores Mobiliários são investimentos temporários avaliados por VJORA, calculado conforme cotações de preço publicadas em mercado ativo.
- O valor justo do instrumento financeiro de derivativos é a diferença entre o valor presente dos fluxos de caixa recebidos e o valor presente dos fluxos de caixa pagos.
- Quanto aos demais ativos e passivos financeiros o valor justo é estimado próximo ao seu valor contábil.
- O valor justo dos passivos de financiamentos para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações internas de cessão de limites de crédito.

Notas Explicativas

Contas a Receber de Clientes	Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	1.193.693	1.203.637
Grupo 2 – Clientes com atraso entre 01 e 90 dias	965.151	972.341
Grupo 3 – Clientes com atraso superior a 90 dias	1.062.661	1.068.440
Subtotal	3.221.505	3.244.418
PECLD com clientes (NE 9.2)	(527.934)	(499.387)
Total	2.693.571	2.745.031

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente contas correntes e aplicações financeiras, não apresentam indícios de perdas.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem caixa em espécie, depósitos bancários e outros investimentos financeiros de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento original de até três meses, prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses recursos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, e não para outros fins.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Recursos em Banco e em Caixa	38	19	44.345	63.302
Aplicações Financeiras	17.428	1.304	381.133	255.663
Fundos de Investimentos	56.757	76.385	83.678	99.848
Total	74.223	77.708	509.156	418.813

Uma parte desses títulos se referem a Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados, em média, pela taxa de 96% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Outra parte das aplicações estão alocadas no Fundo Exclusivo do Banco do Brasil, o BB Vis Celesc Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Financeiro Renda Fixa Longo Prazo Responsabilidade Limitada. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescidas dos rendimentos líquidos (deduzidos de imposto de renda).

A melhora da posição de caixa da Companhia entre dezembro de 2025 e junho de 2026 decorre, principalmente, da captação de R\$750,0 milhões realizada em 25 de junho de 2026 por meio da 2ª emissão de Notas Comerciais Escriturais, cujos recursos foram destinados ao reforço de caixa.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2026, a Companhia liquidou integralmente os saldos utilizados nas linhas de crédito rotativo contratadas junto ao Banco Bradesco e ao Banco Safra, nos montantes de R\$101,3 milhões e R\$286,0 milhões, respectivamente. Dessa forma, embora tenham sido amortizadas as dívidas de curto prazo, os recursos provenientes da emissão das Notas Comerciais permaneceram substancialmente disponíveis em caixa ao final do período, contribuindo para o aumento do saldo de disponibilidades em comparação a dezembro de 2025.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

As contas a receber de clientes correspondem, principalmente, aos valores a receber de clientes pelo fornecimento, suprimento de energia faturada e estimativa de energia fornecida não faturada no decurso normal das atividades do Grupo.

As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor faturado e deduzidas das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD.

Notas Explicativas

Descrição	Vincendas	Vencidas Até 90 dias	Vencidas Há mais de 90 dias	Consolidado
				30.06.2026
Consumidores (i)	927.699	427.782	857.948	2.213.429
Residencial	503.295	277.886	504.051	1.285.232
Industrial	87.298	38.779	114.090	240.167
Comércio	193.676	84.172	206.212	484.060
Rural	58.492	21.130	30.241	109.863
Poder Público	42.671	5.161	2.564	50.396
Iluminação Pública	25.845	254	388	26.487
Serviço Público	16.422	400	402	17.224
Suprimento a Outras Concessionárias	279.812	21.375	48.967	350.154
Concessionárias e Permissionárias	293.916	15.110	13.449	322.475
Transações no âmbito da CCEE (ii)	237	-	-	237
Outros Créditos (iii)	14.992	6.265	35.518	56.775
Arrecadação em Processo de Classificação (iv)	(29.333)	-	-	(29.333)
Total	1.207.511	449.157	906.915	2.563.583
Receita Não Faturada	657.922	-	-	657.922
PECLD com Clientes	(9.856)	(10.746)	(507.332)	(527.934)
Total Contas a Receber de Clientes – Líquido	1.855.577	438.411	399.583	2.693.571
Circulante				2.677.658
Não Circulante				15.913

Descrição	Vincendas	Vencidas Até 90 dias	Vencidas Há mais de 90 dias	Consolidado
				31.12.2025
Consumidores (i)	1.002.057	426.463	849.799	2.278.319
Residencial	538.249	267.154	493.283	1.298.686
Industrial	95.601	44.531	112.438	252.570
Comércio	220.519	79.759	205.917	506.195
Rural	67.941	26.112	31.958	126.011
Poder Público	35.831	8.144	4.195	48.170
Iluminação Pública	26.600	308	223	27.131
Serviço Público	17.316	455	1.785	19.556
Suprimento a Outras Concessionárias	278.427	25.221	61.487	365.135
Concessionárias e Permissionárias	284.793	18.249	13.534	316.576
Transações no âmbito da CCEE (ii)	14.097	-	-	14.097
Outros Créditos (iii)	11.824	6.972	47.953	66.749
Arrecadação em Processo de Classificação (iv)	(32.287)	-	-	(32.287)
Total	1.280.484	451.684	911.286	2.643.454
Receita Não Faturada	600.964	-	-	600.964
PECLD com Clientes	(10.250)	(10.642)	(478.495)	(499.387)
Total Contas a Receber de Clientes – Líquido	1.871.198	441.042	432.791	2.745.031
Circulante				2.723.359
Não Circulante				21.672

- (i) Os saldos por classe de consumidores são a somatória do faturamento e do parcelamento de débitos. Os parcelamentos estão a valor presente, considerando o montante e a taxa de juros de 1,0% a.m.
- (ii) Saldo a receber originário de liquidação mensal do mercado de curto prazo centralizado pela CCEE.
- (iii) Os valores são referentes, principalmente, ao serviço cobrável (taxado), participação financeira do consumidor e parcelamento de fatura no cartão de crédito.
- (iv) Os valores mais expressivos foram recebidos de processos judiciais nos quais a empresa obteve êxito e que serão imediatamente baixados dos valores em aberto registrados no ativo da empresa, assim que os processos forem identificados.

Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

As perdas de crédito esperadas são determinadas aplicando uma matriz de provisionamento que considera todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A matriz de perdas estimadas, prevista no CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, consiste em uma metodologia simplificada utilizada para mensurar a Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em ativos financeiros, especialmente contas a receber de clientes.

Notas Explicativas

Esse método baseia-se na aplicação de percentuais de perda histórica sobre saldos de contas a receber, segmentados normalmente por faixas de vencimento (aging) ou características de risco semelhantes. Esses percentuais são ajustados, quando necessário, por informações prospectivas, como condições econômicas futuras que possam impactar a capacidade de pagamento dos clientes.

A composição do saldo da PECLD por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Consumidores	Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025
Residencial	287.298	271.393
Industrial	85.104	80.145
Comércio, Serviços e Outras	102.490	98.938
Rural	11.276	10.422
Poder Público	728	684
Iluminação Pública	95	79
Serviço Público	10	9
Concessionárias e Permissionárias	522	363
Consumidores Livres	7.910	6.662
Outros	32.501	30.692
Total Circulante	527.934	499.387

A seguir, a movimentação do saldo de PECLD ocorrida:

Descrição	Consolidado
Saldo em 31.12.2025	499.387
Provisão/Reversão Constituída no Período	71.156
Perda efetiva do contas a receber	(42.609)
Saldo em 30.06.2026	527.934

Descrição	Consolidado Total
Saldo em 31.12.2024	482.723
Provisão/Reversão Constituída no Período	122.103
Perda efetiva do contas a receber	(26.362)
Saldo em 30.06.2025	578.464

A Companhia utiliza a matriz de provisões como expediente prático para estimar suas perdas de crédito esperadas, considerando sua experiência histórica e ajustando-a para melhor refletir as informações sobre as condições atuais e previsões razoáveis e suportáveis das condições econômicas futuras, sem desconsiderar as informações de mercado sobre o risco de crédito.

A seguir, são apresentados os valores e os percentuais de perdas esperadas segregados por classe de consumo:

Saldo de Recebíveis		Concessionárias e Permissionárias (i)						
Aging/Meses		Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poder Público	Iluminação Pública	Serviço Público
A vencer	293.916	503.295	87.298	193.690	58.492	42.671	25.845	16.422
Vencidos de 0 a 3 meses	15.110	277.886	38.779	84.158	21.130	5.161	254	400
Vencidos de 3 a 6 meses	1.204	60.385	7.405	20.099	4.702	577	111	31
Vencidos de 6 a 12 meses	3.284	76.551	11.121	26.496	5.871	272	182	31
Vencidos de 12 a 18 meses	3.030	91.721	13.186	33.502	5.585	236	64	80
Vencidos de 18 a 24 meses	2.337	72.226	11.015	22.989	3.777	426	(3)	53
Vencidos de 24 a 36 meses	2.465	84.851	19.994	39.776	4.188	950	29	197
Vencidos de 36 a 48 meses	252	57.979	16.353	29.272	3.656	12	1	9
Vencidos de 48 a 60 meses	-	53.887	11.880	25.847	2.305	41	-	1
Vencidos há + 60 meses	877	6.451	23.136	8.231	157	50	4	-
Total	322.475	1.285.232	240.167	484.060	109.863	50.396	26.487	17.224

(i) Empresas responsáveis pela distribuição de energia elétrica aos consumidores finais e consumidores livres.

Notas Explicativas

Expectativa de Perda Aging/Meses	Geral	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poder Público	Iluminação Pública	Serviço Público
A vencer	0,49%	0,73%	0,29%	0,55%	0,17%	0,00%	0,00%	0,00%
Vencidos 0 a 3 meses	2,39%	2,33%	2,49%	3,09%	0,88%	0,03%	0,00%	0,00%
Vencidos 3 a 6 meses	20,55%	19,00%	33,39%	20,89%	6,88%	1,03%	0,00%	0,00%
Vencidos 6 a 12 meses	35,57%	37,44%	43,71%	31,02%	16,26%	5,15%	0,00%	0,00%
Vencidos 12 a 18 meses	44,30%	47,46%	50,59%	36,60%	27,37%	8,83%	100,00%	0,00%
Vencidos 18 a 24 meses	51,61%	55,03%	68,40%	40,72%	39,10%	31,54%	100,00%	0,00%
Vencidos 24 a 36 meses	58,31%	60,53%	71,94%	48,00%	50,32%	49,83%	100,00%	0,00%
Vencidos 36 a 48 meses	70,15%	75,87%	86,59%	61,59%	65,69%	49,83%	100,00%	100,00%
Vencidos 48 a 60 meses	81,80%	92,26%	88,31%	72,76%	86,20%	49,83%	100,00%	100,00%
Vencidos há + 60 meses	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

A aplicação da matriz em outras contas a receber, que não sejam faturas de energia, são os percentuais denominados Classe Geral.

10. TRIBUTOS A RECUPERAR

10.1. IRPJ e CSLL a Recuperar

Os saldos de IRPJ e CSLL a compensar na Controladora são decorrentes do reconhecimento de saldo negativo de exercícios anteriores e suas atualizações financeiras além do IRRF incidente sobre o JCP creditados por suas participadas e sobre aplicações financeiras. Nas controladas os saldos são decorrentes de saldo negativo de exercícios anteriores e suas atualizações financeiras, aplicações financeiras, retenções de tributos e o recolhimento de IRPJ e CSLL por estimativa realizado durante os primeiros trimestres de 2026.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
IRPJ e CSLL a compensar	54.356	55.117	322.605	144.088
Total	54.356	55.117	322.605	144.088

10.2. Demais Tributos a Recuperar

Os créditos de ICMS a recuperar registrados no ativo não circulante são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em até 48 meses.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
PIS/COFINS (Exclusão ICMS Base Cálculo)	-	-	325.823	381.203
ICMS	-	-	108.030	103.254
PIS/COFINS (i)	-	-	22.883	22.880
Outros	327	-	45.029	741
Total	327	-	501.765	508.078
Circulante	327	-	244.427	205.994
Não Circulante	-	-	257.338	302.084

(i) O valor a recuperar do PIS/COFINS é decorrente de revisão nos processos de apuração destes tributos, na Celesc D, a partir do exercício de 2023.

10.3. PIS/COFINS (Exclusão do ICMS da base de cálculo)

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2025	-	381.203
Atualização financeira	-	15.720
Baixa por utilização do crédito	-	(71.100)
Saldo em 30.06.2026	-	325.823
Circulante	-	142.201
Não Circulante	-	183.622

Em 9 de julho de 2019, a Celesc D ingressou com uma segunda ação, pleiteando a devolução dos valores referentes ao período de janeiro de 2015 em diante. A ação foi julgada procedente em primeira instância, reconhecendo o direito da concessionária de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, a partir de 1º de janeiro de 2015, decisão confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região ao analisar o recurso interposto pela União – Fazenda Nacional.

Notas Explicativas

Entretanto, em decorrência da modulação dos efeitos da decisão proferida houve, em juízo de retratação, a limitação do direito à repetição do indébito, a partir de 15 de março de 2017, data do julgamento do mérito do Recurso Extraordinário nº 574.706 pelo Supremo Tribunal Federal. O processo transitou em julgado, em 26 de maio de 2022, e a obtenção da habilitação dos créditos pela Receita Federal ocorreu em 27 de dezembro de 2022, iniciando em fevereiro de 2023 os processos de compensações dos tributos vincendos com o crédito habilitado.

Em 05 de janeiro de 2024, o Ministério da Fazenda publicou a Portaria Normativa nº 14, limitando a utilização de créditos cujo valor total seja igual ou superior a R\$500,0 milhões, decorrentes de decisão judicial transitada em julgado para compensação de débitos próprios, no prazo mínimo de sessenta meses.

11. DIVIDENDOS E JCP A RECEBER

Para os Juros sobre o Capital Próprio a receber, estes são inicialmente registrados em receitas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida ao investimento.

Descrição	Controladora	
	30.06.2026	31.12.2025
Dividendos ECTE	2.436	2.436
Dividendos Casan	352	-
Dividendos DFESA	-	2.127
JCP Celesc G	28.492	56.984
JCP Celesc D	267.253	251.625
JCP SCGÁS	2.698	2.447
JCP Casan	7.282	7.282
Total Circulante	308.513	322.901

Descrição	Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025
Dividendos ECTE	2.436	2.436
Dividendos Casan	352	-
Dividendos DFESA	-	2.127
JCP SCGÁS	2.698	2.447
JCP Casan	7.282	7.282
Total Circulante	12.768	14.292

12. ATIVO MANTIDO PARA VENDA

12.1. Participação na Dona Francisca Energética S.A.

A Companhia possuía 23,03% de participação acionária na Companhia Dona Francisca Energética S.A. - DFESA, avaliado por meio da equivalência patrimonial, até o mês de março de 2026.

Em 16 de abril de 2026, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a alienação da totalidade dessa participação, diante da proposta vinculante apresentada pela Gerdau S.A., atual acionista majoritária daquela empresa.

A proposta previa inicialmente um valor de R\$150,0 milhões na transação, entre a Gerdau e a Companhia, com pagamento integral na conclusão da operação, que ocorreu em 20 de julho de 2026 (NE 38.1).

A DFESA é concessionária produtora independente de energia elétrica, cujo contrato de concessão nº 188/98 possui vigência até 2037.

Em 30 de junho de 2026, o valor correspondente ao Investimento na DFESA está reclassificado no Balanço Patrimonial Consolidado, pelo custo contábil, no montante de R\$36,2 milhões, na rubrica Ativo Mantido para Venda no Ativo Circulante.

Notas Explicativas

13. ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS

13.1. Ativo/Passivo Financeiro Setorial

O Ativo/Passivo Financeiro Setorial é composto por valores oriundos da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e aqueles realmente incorridos durante a vigência da tarifa. Para essa parcela deve haver a neutralidade em relação ao desempenho da empresa, seja ela um ativo ou passivo financeiro, sendo integralmente repassados ao consumidor como adição ou redução da tarifa.

Composição do saldo do período segregado por RTA:

Descrição	Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025
CVA 2025 – Período de 22.08.2024 a 21.08.2025	38.533	171.914
CVA 2026 – Período de 22.08.2025 a 21.08.2026	1.081.296	452.503
Total – CVA	1.119.829	624.417
Outros Itens – Período de 22.08.2024 a 21.08.2025	(81.107)	(361.863)
Outros Itens – Período de 22.08.2025 a 21.08.2026	(350.545)	(69.998)
Total – Outros Itens – CVA	(431.652)	(431.861)
Total	688.177	192.556

Descrição	31.12.2025	Apro- priação	Amorti- zação	Remu- neração	Transfe- rências (i)	30.06.2026	Saldo em Amortização (ii)	Saldo em Constituiç ão (iii)	Circulante	Não Circulante
Ativo Financeiro Setorial	853.579	506.570	(194.215)	88.215	-	1.254.149	52.513	1.201.636	1.080.579	173.570
Aquisição de Energia (iv)	254.043	271.496	(90.792)	24.287	-	459.034	25.172	433.862	396.365	62.669
Transporte Rede Básica (v)	135.311	60.471	(43.574)	13.655	-	165.863	11.696	154.167	143.594	22.269
Proinfa	31.233	(836)	(25.353)	1.762	-	6.806	6.806	-	6.806	-
Transporte de Energia - Itaipu	12.840	5.644	(2.288)	1.389	-	17.585	614	16.971	15.134	2.451
ESS (vii)	31.605	43.221	(12.271)	6.424	-	68.979	3.294	65.685	59.491	9.488
CDE (viii)	237.659	207.042	(10.676)	34.910	-	468.935	2.255	466.680	401.526	67.409
Neutralidade										
Parcela A (ix)	141.439	(80.787)	(2.176)	5.745	-	64.221	629	63.592	55.035	9.186
Sobrecontratação de Energia	8.335	-	(6.467)	-	-	1.868	1.868	-	1.868	-
Outros	1.114	319	(618)	43	-	858	179	679	760	98
Passivo Financeiro Setorial	(661.023)	(191.540)	329.148	(30.683)	(11.874)	(565.972)	(95.088)	(470.884)	(500.837)	(65.135)
Aquisição de Energia (iv)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo Energia Itaipu (vi)	(78.274)	-	39.130	(2.873)	-	(42.017)	(11.304)	(30.713)	(37.581)	(4.436)
Proinfa	-	(24.147)	-	(1.209)	-	(25.356)	-	(25.356)	(21.693)	(3.663)
Devoluções Tarifárias	(149.296)	(32.894)	100.337	(1.317)	-	(83.170)	(28.986)	(54.184)	(75.344)	(7.826)
Bandeiras Tarifárias (x)	(41.331)	21.378	-	-	-	(19.953)	-	(19.953)	(19.953)	-
Risco Hidrológico (xi)	(357.233)	(150.687)	174.708	(22.445)	-	(355.657)	(50.471)	(305.186)	(311.575)	(44.082)
CDE Modicidade Eletrobrás	(13.512)	-	9.425	(738)	(11.190)	(16.015)	(2.723)	(13.292)	(14.095)	(1.920)
Outros	(21.377)	(5.190)	5.548	(2.101)	(684)	(23.804)	(1.604)	(22.200)	(20.596)	(3.208)
Saldos Ativos/(Passivos)	192.556	315.030	134.933	57.532	(11.874)	688.177	(42.575)	730.752	579.742	108.435

- (i) As transferências são decorrentes de outros ativos e passivos para a parcela A. Dentre elas, destaca-se a realizada na linha CDE Modicidade Eletrobrás relativa aos recursos da CDE a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica (conforme despacho ANEEL nº 1.894/2026).
- (ii) Saldo em amortização: corresponde à amortização em 12 meses dos itens incluídos no RTA de agosto de 2025 (Nota Técnica nº 174/2025 – Resolução Homologatória nº 3.511/2025).
- (iii) Saldo em constituição: corresponde à constituição, ativa ou passiva, dos itens que serão incluídos no próximo RTA que ocorrerá em agosto de 2026.

Notas Explicativas

- (iv) Custos de Aquisição de Energia: o valor em constituição decorre da diferença entre os custos de energia realizados e a cobertura tarifária concedida pela ANEEL. Em junho/2026, a Celesc registrou um ativo em constituição de CVA energia por ter seu custo de energia superior ao homologado pela ANEEL na última Revisão Tarifária (Nota Técnica nº 174/2025 – Resolução Homologatória nº 3.511/2025).
- (v) Transporte Rede Básica: Essa conta sofre impacto do aumento das tarifas definidas pela ANEEL para a atividade de transmissão. Portanto, a constituição de ativo regulatório desta conta está em linha com o que podemos observar nos últimos anos. Como o reajuste tarifário da Celesc é homologado já com as novas tarifas de transmissão dos próximos 12 meses, a CVA Rede Básica percebe os efeitos de mercado e dos novos pontos de uso.
- (vi) Custo da energia de Itaipu: Os custos de energia elétrica de Itaipu atribuídos mensalmente às distribuidoras são valorados de acordo com o câmbio do dólar. Reflete a variação do custo em relação ao que foi estipulado como cobertura Pmix no Reajuste Tarifário Anual 2025 (Nota Técnica nº 174/2025 – Resolução Homologatória nº 3.511/2025).
- (vii) Encargos de Serviços de Sistema (ESS): o valor em constituição decorre da diferença entre os custos realizados e a cobertura tarifária concedida pela ANEEL.
- (viii) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE): a cobertura tarifária referente ao encargo de CDE considerado no processo tarifário incorpora valores como quota anual de CDE Uso, CDE conta-COVID, CDE Conta-escassez, CDE – GD e CDE Eletrobrás. Verificou-se que, no ciclo 2024/2025, a cobertura tarifária de CDE concedida pela ANEEL foi inferior ao custo desse encargo para a Celesc, por isso o saldo ativo na coluna “em amortização”. Da mesma forma, no novo ciclo, a cobertura tarifária apresenta-se inferior ao custo realizado, o que justifica o saldo ativo da coluna “em constituição” para a CVA CDE.
- (ix) Neutralidade da Parcela A: a neutralidade é calculada considerando as diferenças mensais apuradas entre os valores faturados de cada item no Período de Referência e os respectivos valores contemplados no reposicionamento tarifário anterior. No Reajuste Tarifário Anual de 2025 (Nota Técnica 174/2025 – Resolução Homologatória 3.511/2025), verificou-se que o mercado faturado pela Celesc foi menor que o considerado como referência para a definição das tarifas do período, justificando a contabilização de um ativo realizada na coluna “Saldo em amortização”. A mesma situação é verificada para os valores contabilizados na coluna “Saldo em constituição”, em que a Celesc também apresenta um ativo por ter registrado até junho/2026 um mercado faturado menor do que o considerado como referência para o ciclo 2025/2026.
- (x) Bandeiras tarifárias: conforme o Submódulo 6.8 do PRORET, a receita decorrente da aplicação dos adicionais das Bandeiras Tarifárias e os repasses da Conta Bandeiras devem ser considerados na apuração da CVA ENERGIA, da CVA ESS/EER da concessionária e do cálculo do financeiro de exposição/sobrecontratação. Os valores apresentados nessa linha referem-se a valores faturados ainda não homologados pela CCRBT (Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras tarifárias). Após a homologação, esses valores são alocados aos respectivos itens de CVA.
- (xi) Risco Hidrológico – Antecipação: os valores em constituição referem-se à reversão da cobertura tarifária dos custos de Risco Hidrológico, prevista no processo tarifário, que fazem frente aos custos do GSF para as usinas hidrelétricas. Já os valores em amortização se referem ao saldo do risco hidrológico concedido pela ANEEL no Reajuste Tarifário Anual 2025 (Nota Técnica nº 174/2025 – Resolução Homologatória nº 3.511/2025).

13.2. Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga

Em 2016, a Celesc G pagou R\$228,6 milhões a título de Bonificação de Outorga – BO, nos termos da Lei nº 12.783/2013 e conforme regras do Edital de Leilão ANEEL nº 12/2015, referentes às novas concessões das Usinas Garcia, Bracinho, Palmeiras, Cedros e Salto.

A bonificação foi reconhecida como ativo financeiro, sendo que a devolução desse montante está incluída na Receita Anual de Geração (RAG) das referidas usinas. O ressarcimento ocorrerá ao longo do prazo remanescente dos contratos de concessão, estimado em 30 anos, com atualização monetária pelo IPCA

Notas Explicativas

e incidência de juros mensais calculados com base na Taxa Interna de Retorno (TIR), conforme critérios estabelecidos pela ANEEL.

						Consolidado
Descrição	Usina Garcia	Usina Bracinho	Usina Cedros	Usina Salto	Usina Palmeiras	Total
Saldo em 31.12.2025	56.003	80.808	61.531	37.550	148.763	384.655
Circulante						45.542
Não Circulante						339.113
Atualização Monetária	1.825	2.634	2.007	1.221	4.859	12.546
Juros	3.360	4.915	3.619	2.561	7.863	22.318
Amortização	(3.622)	(5.232)	(3.882)	(2.663)	(8.673)	(24.072)
Saldo em 30.06.2026	57.566	83.125	63.275	38.669	152.812	395.447
Circulante						47.371
Não Circulante						348.076

14. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL – CONCESSÃO

		Consolidado
Descrição	30.06.2026	31.12.2025
Ativo Financeiro Indenizável – Distribuição de Energia	1.477.650	1.234.686
Em Serviço	1.477.650	1.234.686
Ativo Financeiro Indenizável – Geração de Energia	181.557	176.618
Ativo Indenizável	2.421	2.421
Ativo Indenizável – Projeto Básico Usina Pery	179.136	174.197
Total	1.659.207	1.411.304
Circulante	20.757	19.956
Não Circulante	1.638.450	1.391.348

14.1. Ativo Financeiro Indenizável – Distribuição de Energia

As obras em andamento relacionadas principalmente com a construção e ampliação de subestações, linhas e redes de distribuição e equipamentos de medição, mensurados ao custo histórico, líquidos das obrigações especiais, são contabilizadas como Ativos de Contrato.

À medida que essas obras são concluídas, em virtude da prorrogação do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999, a Celesc D bifurca seus bens vinculados à concessão em Ativo Intangível e Ativo Financeiro Indenizável.

Com base na Interpretação Técnica ICPC 01/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, o Ativo Financeiro Indenizável refere-se ao valor justo dos investimentos realizados, vinculados à concessão, correspondente ao direito estabelecido de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente no término da concessão.

A parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão é bifurcada para o Ativo Intangível, sendo amortizada até o final da concessão.

		Consolidado
Descrição		Total
Saldo em 31.12.2025		1.234.686
(-) Transferência de Ativo de Contrato		209.134
(+) Atualização do Ativo Financeiro Indenizável - Concessão (i)		34.911
(-) Resgate		(1.081)
Saldo em 30.06.2026		1.477.650

(i) IPCA

O reconhecimento do valor justo do Ativo Financeiro Indenizável da concessão de distribuição é contabilizado como receita operacional bruta.

14.2. Ativo Financeiro Indenizável – Projeto Básico Usina Pery

Em 2017, a concessão da Usina Pery – UHE Pery foi prorrogada nos termos da Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, pelo regime de cotas da garantia física de energia e de potência, ocasião na qual foi assinado com o Ministério de Minas e Energia - MME, em 7 de julho de 2017, o 4º Termo Aditivo ao

Notas Explicativas

Contrato de Concessão nº 006/2013 – ANEEL. A concessão foi prorrogada pelo período de 30 anos, com termo final em 9 de julho de 2047.

Entretanto, durante os processos de homologação das Receitas Anuais de Geração – RAG, nos anos de 2018, 2019 e 2020, a ANEEL optou por reajustar o Custo de Melhorias da Gestão dos Ativos de Geração – GAG Melhorias, sem definir a remuneração para a indenização dos investimentos dos bens reversíveis não amortizados e não depreciados da concessão anterior, com base no que estabelece o artigo 15 da Lei Federal nº 12.783/2013, nos termos do artigo 3º da Portaria MME nº 257, de 5 de julho de 2017.

Por meio do Despacho nº 2.018, de 6 de julho de 2021, a ANEEL homologou o direito à Celesc G de receber indenização do Projeto Básico da Usina Pery no montante de R\$114,5 milhões incorporada na RAG, retroativos a 1º de julho de 2018, atualizado pelo IPCA e por juros remuneratórios mensais calculados com base na TIR.

Em 30 de junho de 2026, o saldo atualizado é de R\$179,1 milhões. O saldo é amortizado mensalmente, em contrapartida ao reconhecimento da receita de suprimento de energia elétrica, até o final do prazo final de concessão, que ocorrerá em julho de 2047, conforme valores homologados na RAG anualmente, sendo que, para o ciclo de 2025/2026, R\$21,0 milhões se referem à indenização.

	Consolidado
Descrição	Usina Pery
Saldo em 31.12.2025	174.197
Atualização Monetária	5.688
Juros	9.775
Amortização	(10.524)
Saldo em 30.06.2026	179.136
Circulante	20.757
Não Circulante	158.379

15. ATIVO DE CONTRATO

Referem-se aos valores do ativo em construção e ampliação de subestações, linhas e redes de distribuição e equipamentos de medição, mensurados ao custo histórico e líquidos das obrigações especiais, relacionados ao Contrato de Concessão de distribuição de energia, sendo classificados como ativo de contrato por estarem sujeitos à satisfação de obrigações de desempenho.

Quando da conclusão da construção da infraestrutura, os referidos ativos de contrato são transferidos para Ativo Financeiro Indenizável ou Ativo Intangível, conforme a forma de remuneração. Os referidos ativos de contrato são bifurcados como Ativo Financeiro Indenizável, no escopo do pronunciamento CPC 48/IFRS 9, ou como intangível, conforme a forma de remuneração descrita no ICPC 01/IFRIC 12.

	Consolidado
Descrição	
Saldo em 31.12.2024	771.357
(-) Transferências para Ativo Intangível	(632.331)
(-) Transferências para Ativo Financeiro	(264.296)
(+) Adições de Ativo de Contrato – Bens Infraestrutura da Distribuição	1.346.493
(+) Adições de Ativo de Contrato – Bens Administrativos	110.535
(-) Obrigações Especiais em Curso – OE	(294.237)
Saldo em 31.12.2025	1.037.521
(-) Transferências para Ativo Intangível	(425.331)
(-) Transferências para Ativo Financeiro	(209.133)
(+) Adições de Ativo de Contrato – Bens Infraestrutura da Distribuição	688.823
(+) Adições de Ativo de Contrato – Bens Administrativos	50.593
(-) Obrigações Especiais em Curso – OE	(167.557)
Saldo em 30.06.2026	974.916

Os investimentos realizados pela Celesc D foram direcionados à expansão, modernização e manutenção da infraestrutura do sistema elétrico, bem como ao aprimoramento dos processos administrativos e operacionais da Companhia. Tais investimentos têm por objetivo elevar a qualidade e a confiabilidade do fornecimento de energia elétrica, além de fortalecer a infraestrutura necessária para atender ao crescimento da demanda do sistema.

Notas Explicativas

Nesse contexto, foram aplicados recursos em ativos relacionados à rede de alta tensão, linhas de distribuição, subestações, implantação de medidores inteligentes, tecnologia da informação, aquisição de máquinas e equipamentos, bem como na renovação e ampliação da frota de veículos.

As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, da União, Estados e Municípios, destinados a investimentos em empreendimentos vinculados à concessão, e não são passivos onerosos ou créditos do acionista.

Do valor de R\$50,6 milhões de bens administrativos investidos no primeiro semestre de 2026, R\$43,8 milhões foram investimentos em tecnologia da informação; R\$3,7 milhões destinados à aquisição de máquinas e equipamentos; R\$2,7 milhões aplicados na compra de novos veículos. Esses valores são recuperados na Revisão Tarifária Periódica, por meio da Base de Anuidade Regulatória – BAR, que é um dos mecanismos de remuneração dos ativos de uma concessionária, juntamente com a Base de Remuneração Regulatória – BRR.

A BAR é composta por valores equivalentes a determinados grupos de contas, como:

- *Software* e outros intangíveis;
- Terrenos de administração;
- Edificações, obras civis e benfeitorias de administração;
- Máquinas e equipamentos de administração;
- Veículos;
- Móveis e utensílios.

16. PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas e os saldos constantes no ativo e no passivo, circulante e não circulante, além das movimentações que transitaram pelo resultado, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

Notas Explicativas

Descrição	Controladora			Consolidado				
	Ativo		Passivo	Ativo		Passivo		
	Contas a Receber	Dividendos e JCP a Pagar	Outros Débitos	Contas a Receber	Tributos a Recuperar	Tributos a Recolher	Dividendos e JCP a Pagar	Outros Débitos
Acionista Controlador								
Governo do Estado de SC								
Dividendos e JCP	-	54.149	-	-	-	-	54.149	-
ICMS	-	-	-	-	97.774	241.812	-	-
Faturamento Energia	-	-	-	10.001	-	-	-	-
Geração Distribuída	-	-	-	141	-	-	-	-
Pessoal à Disposição	-	-	-	773	-	-	-	-
Investimento Patrimonial								
CASAN								
Dividendos e JCP	7.282	-	-	7.282	-	-	-	-
Fundação de Seguridade								
CELOS								
Contrib. Prev., Plano Saúde e Outros	-	-	-	-	-	-	-	25
Faturamento Energia	-	-	-	5	-	-	-	-
Coligadas e Controladas em Conjunto								
DFESA								
Compra de Energia	-	-	-	-	-	-	-	1.356
Dividendos e JCP	2.127	-	-	2.127	-	-	-	-
SC Gás								
Dividendos e JCP	2.447	-	-	2.447	-	-	-	-
ECTE								
Dividendos e JCP	2.436	-	-	2.436	-	-	-	-
Controladas								
Celesc G								
Dividendos e JCP	56.984	-	-	-	-	-	-	-
Celesc D								
Pessoal à Disposição	-	-	2.781	-	-	-	-	-
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	-	156	-	-	-	-	-
Dividendos e JCP	251.625	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2025	322.901	54.149	2.937	25.212	97.774	241.812	54.149	1.381
Acionista Controlador								
Governo do Estado de SC								
Dividendos e JCP	-	76.877	-	-	-	-	76.877	-
ICMS	-	-	-	-	105.547	230.777	-	-
Faturamento Energia	-	-	-	15.486	-	-	-	-
Geração Distribuída	-	-	-	734	-	-	-	-
Pessoal à Disposição	-	-	-	911	-	-	-	-
Investimento Patrimonial								
CASAN								
Dividendos e JCP	7.634	-	-	7.634	-	-	-	-
Fundação de Seguridade								
CELOS								
Contrib. Prev., Plano Saúde e Outros	-	-	97	-	-	-	-	13.332
Faturamento Energia	-	-	-	14	-	-	-	-
Coligadas e Controladas em Conjunto								
DFESA								
Compra de Energia	-	-	-	-	-	-	-	1.312
SC Gás								
Dividendos e JCP	2.698	-	-	2.698	-	-	-	-
ECTE								
Dividendos e JCP	2.436	-	-	2.436	-	-	-	-
Controladas								
Celesc G								
Dividendos e JCP	28.492	-	-	-	-	-	-	-
Celesc D								
Pessoal à Disposição	-	-	1.019	-	-	-	-	-
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	-	303	-	-	-	-	-
Dividendos e JCP	267.253	-	-	-	-	-	-	-
Compartilhamento de Infraestrutura	-	-	100	-	-	-	-	-
Saldo em 30.06.2026	308.513	76.877	1.519	29.913	105.547	230.777	76.877	14.644



Notas Explicativas

Controladora				Consolidado				
Descrição	Despesas Operacionais	Outras Despesas	Receitas Financeiras	Receita de Vendas/ Serviços	Tributos	Custo Revenda Convencional	Despesas Operacionais	Receitas Financeiras
Acionista Controlador								
Governo do Estado de SC								
ICMS	-	-	-	-	(1.251.397)	-	-	-
Faturamento Energia	-	-	-	61.941	-	-	-	-
Geração Distribuída	-	-	-	228	-	-	-	-
Pessoal à Disposição	-	-	-	-	-	-	68	-
Investimento Patrimonial								
CASAN								
Dividendos e JCP	-	-	567	-	-	-	-	567
Fundação de Seguridade								
CELOS								
Planos Previdenciários e Assistenciais	(12)	-	-	-	-	-	(12)	-
Faturamento Energia	-	-	-	47	-	-	-	-
Coligada								
DFESA								
Compra de Energia	-	-	-	-	-	(7.184)	-	-
Controlada								
Celesc D								
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	(883)	-	-	-	-	-	-
Pessoal à Disposição	(4.577)	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30.06.2025	(4.589)	(883)	567	62.216	(1.251.397)	(7.184)	56	567
Acionista Controlador								
Governo do Estado de SC								
ICMS	-	-	-	-	(1.409.703)	-	-	-
Faturamento Energia	-	-	-	63.788	-	-	-	-
Monitoramento de Barragem	-	-	-	-	-	-	-	-
Geração Distribuída	-	-	-	5.241	-	-	-	-
Empregados a disposição	-	-	-	-	-	-	198	-
Investimento Patrimonial								
CASAN								
Dividendos e JCP	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundação de Seguridade								
CELOS								
Planos Previdenciários e Assistenciais	-	-	-	-	-	-	-	-
Faturamento Energia	-	-	-	44	-	-	-	-
Coligada								
DFESA (i)								
Compra de Energia	-	-	-	-	-	(7.184)	-	-
Controlada								
Celesc D								
Compartilhamento de Infraestrutura	(100)	-	-	-	-	-	-	-
Taxa de Arrecadação de Convênio	-	(878)	-	-	-	-	-	-
Pessoal à Disposição	(4.290)	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30.06.2026	(4.390)	(878)	-	69.073	(1.409.703)	(7.184)	198	-

A Fundação Celesc de Seguridade Social (CELOS) possui 8,63% das ações ordinárias da Companhia. A Celesc D é patrocinadora da Celos, fornecendo benefícios de contribuição previdenciária e plano de saúde, entre outros.

A Celesc D cobra da Companhia um percentual sobre a prestação de serviço de arrecadação de convênio por meio da fatura de energia.

(i) A DFESA, era coligada da Companhia até março de 2026, possuindo contratos de venda de energia de curto e longo prazos firmados com a Celesc G para fins de revenda. Com a alienação da participação da Companhia na investida em 20 de julho de 2026, a Celesc G celebrou Instrumento Particular de Cessão e 3º Aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Energia de Longo Prazo firmado com a DFESA, mediante o qual cedeu à Gerdau S.A. a totalidade dos direitos e obrigações decorrentes do referido contrato. A cessão foi realizada com anuência da DFESA, sem pagamento de qualquer contrapartida entre as partes, encerrando a relação contratual da Celesc G no referido contrato a partir da data da

Notas Explicativas

assinatura. Permaneceram sob responsabilidade da Celesc G apenas as obrigações e contingências cujo fato gerador seja anterior à data da cessão, enquanto os direitos, obrigações, resultados da comercialização de energia, registros perante a CCEE e os certificados I-RECs referentes ao período remanescente passaram a ser de responsabilidade da cessionária.

A Companhia e suas controladas possuem transações com seu acionista majoritário, o Governo do Estado de Santa Catarina. As transações efetuadas estão relacionadas ao pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, à cobrança do fornecimento de energia e de pessoal à disposição pela Celesc D, à obrigatoriedade de recolhimento do ICMS devido, do ICMS de substituição tributária dos consumidores livres, além da transação de utilização de crédito de ICMS relacionada a obras do sistema elétrico necessário à expansão de indústrias catarinenses, a obras de deslocamento de redes de distribuição de energia elétrica em decorrência de duplicações, pavimentações e alterações de traçado de rodovias estaduais ocorridas no âmbito de programa estadual, denominado Pacto Pelas Estradas, e a obras relacionadas ao incentivo às fontes renováveis de geração de energia elétrica e de eficiência energética, conforme previsto no programa Energia Boa, instituído por meio do Decreto Estadual/SC nº 674/2024.

Existem, também, contratos firmados entre o Governo do Estado de Santa Catarina e a Celesc G, para a prestação de serviço de manutenção e operação da barragem de contenção de cheias no Município de José Boiteux (SC) e para usufruto de usinas fotovoltaicas de geração distribuída para compensação da energia elétrica consumida, este firmado com a Secretaria de Estado da Educação (SED).

16.1. Transações Tributárias

A Celesc D possui a obrigatoriedade do recolhimento do ICMS devido e do ICMS de substituição tributária dos consumidores livres ao Governo do Estado de Santa Catarina.

Além dos débitos e créditos usuais relacionados ao ICMS, ordinariamente advindos do faturamento regular e créditos tributários vinculados ao ativo patrimonial, a Companhia possui as seguintes transações de ICMS:

i) Estornos de débitos de ICMS:

O estorno de débitos de ICMS por empresas fornecedoras de energia elétrica é regulamentado pelo Convênio CONFAZ ICMS nº 30/04.

Em virtude da quantidade de Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica (NF3e) emitidas às 3,5 milhões de unidades consumidoras de energia elétrica da área de concessão, a Celesc D em processo de revisão de estornos de débitos de ICMS, apurou o montante de R\$15,6 milhões de crédito de ICMS a apropriar, que necessitam da compilação das informações para posterior protocolo de pedido administrativo de restituição de ICMS na SEF-SC.

ii) Créditos Presumidos Relacionados à Execução de Obras:

O Convênio CONFAZ ICMS nº 85/04, a Lei nº 17.762/2019 e o RICMS-SC concedem à Celesc D o crédito presumido de ICMS relacionado à execução de obras previstos nos seguintes programas:

Programa	Compensações	
	01.01.2026	01.01.2025
	a	a
	30.06.2026	31.12.2025
Pacto pelas estradas	4.544	10.553
Indústrias	20.639	57.852
Energia Boa	4.835	6
Total	30.018	68.411

16.2. Remuneração do Pessoal Chave da Administração

As remunerações dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF e Diretoria Executiva) estão demonstradas a seguir:

Notas Explicativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Honorários	4.163	3.908	4.163	3.908
Participação nos Lucros e/ou Resultados	2.592	1.625	2.592	1.625
Encargos Sociais	1.623	1.395	1.623	1.395
Outros	570	605	570	605
Total	8.948	7.533	8.948	7.533

A estrutura e a composição dos órgãos estatutários das subsidiárias integrais Celesc D e Celesc G são constituídos, obrigatoriamente, pelos membros eleitos para ocupar os respectivos cargos na Companhia. Fazem jus à participação nos lucros e/ou resultados (PLR) apenas os membros da Diretoria Executiva.

17. RESULTADO COM IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA – IRPJ E COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO – CSLL

17.1. Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos

A tabela a seguir apresenta os saldos das contas do IRPJ e CSLL diferidos:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Ativo	-	-	563.894	560.035
Passivo	-	-	(117.619)	(111.200)
Tributo Diferido Líquido	-	-	446.275	448.835

Diferenças Temporárias	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Diferido Líquido	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Provisão p/ Contingências	94.790	102.407	-	-	94.790	102.407
Provisão p/ Perdas em Ativos	9.957	10.080	-	-	9.957	10.080
Provisão p/ Perdas em Contas a Receber ⁽ⁱ⁾	-	-	57.111	56.157	(57.111)	(56.157)
Benefício Pós-Emprego	604.400	592.538	-	-	604.400	592.538
Arrendamento – CPC 06	337	282	-	-	337	282
Custo Atribuído	-	-	5.929	6.070	(5.929)	(6.070)
Efeitos ICPC 01 – Contratos de Concessão	-	-	40.264	41.323	(40.264)	(41.323)
Efeitos CPC 39 – Instrumentos Financeiros	-	-	49.611	50.916	(49.611)	(50.916)
Bonificação de Outorga	-	-	77.925	73.385	(77.925)	(73.385)
Ativo Financeiro Usina Pery	-	-	30.649	28.489	(30.649)	(28.489)
Repactuação Risco Hidrológico GSF	-	-	13.090	13.353	(13.090)	(13.353)
Operações Hedge	11.487	13.350	-	-	11.487	13.350
Outras Provisões	-	-	117	129	(117)	(129)
Total	720.971	718.657	274.696	269.822	446.275	448.835

(i) O tributo diferido referente a Provisão para Perdas em Contas a Receber refere-se as características do contas a receber da Celesc D quanto ao seu enquadramento de dedutibilidade fiscal conforme o RIR/2018 e os montantes registrados como Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD, sendo observado uma dedutibilidade fiscal em montante superior à PECLD societária.

Na contabilidade societária, a Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) é constituída com base em metodologia que considera a expectativa de recuperação dos créditos, refletindo o risco efetivo de inadimplência apurado a partir de análises históricas, condições atuais e perspectivas econômicas.

Para fins fiscais, entretanto, a dedutibilidade das perdas observa regras específicas da legislação tributária, que estabelecem critérios próprios para o enquadramento dos créditos e para o reconhecimento das perdas como dedutíveis. Em função das características da carteira de contas a receber da Companhia e do enquadramento da dedutibilidade fiscal, previsto na regulamentação fiscal (RIR/2018), verifica-se que o montante considerado dedutível para fins de apuração de tributos é superior ao valor registrado como PECLD na contabilidade societária.

Dessa forma, essa diferença entre a base fiscal e a base contábil resulta no reconhecimento de tributo diferido, refletindo o efeito temporário gerado pelo fato da dedutibilidade fiscal das perdas ocorrer em montante maior do que a provisão reconhecida nas demonstrações financeiras societárias.

Notas Explicativas**17.2. Constituição de Tributo Diferido Ativo Sobre Prejuízo Fiscal**

De acordo com o CPC 32/IAS12, a Controladora não registrou tributo diferido ativo sobre prejuízo fiscal no montante de R\$77,8 milhões, devido a improbabilidade de haver lucro tributável futuro disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

17.3. Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do IRPJ e CSLL decorrem não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização dos tributos diferidos tem como base as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, tendo como objetivo definir e apresentar ações necessárias para o atendimento às demandas regulatórias de forma também a convergir para o cumprimento do contrato de concessão.

A Administração da Companhia considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com os lucros tributáveis.

Os tributos diferidos sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados estão sendo realizados pelo pagamento das contribuições.

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 30 de junho de 2026 são:

Ano	30.06.2026	Consolidado
		31.12.2025
2026	16.449	10.918
2027	15.176	15.176
2028	13.790	13.790
2029	34.441	34.441
2030+	641.116	644.332
Total	720.972	718.657

17.4. Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos no Patrimônio Líquido

A movimentação do custo atribuído e os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado
	Total
Saldo em 31.12.2024	23.416
(-) Baixa do Custo Atribuído	(843)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	287
Saldo em 31.12.2025	22.860
(-) Baixa do Custo Atribuído	(414)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	141
Saldo em 30.06.2026	22.587

17.5. Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos em outros Resultados Abrangentes

A tabela a seguir demonstra a movimentação do Benefício a empregados com os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas

Descrição	Consolidado
	Total
Saldo em 31.12.2024	1.172.314
(+) Adição dos Benefícios a empregados	107.764
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	(36.640)
Saldo em 31.12.2025	1.243.438
(+) Adição dos Benefícios a empregados	-
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	-
Saldo em 30.06.2026	1.243.438

17.6. Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação da despesa de IRPJ e CSLL, pela alíquota nominal e efetiva, está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Lucro/(Prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	546.766	402.102	724.434	566.710
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(185.901)	(136.715)	(246.308)	(192.681)
Adições e Exclusões Permanentes				
Equivalência Patrimonial	192.686	140.504	8.975	10.198
Benefício Fiscal	-	-	(148)	(90)
Incentivo Fiscal	-	-	403	1.479
Juros sobre Capital Próprio	19.597	(8.490)	77.888	38.758
Provisões Indedutíveis	(392)	6.479	(393)	6.479
Multas Indedutíveis	-	-	(5.008)	(26.977)
IRPJ/CSLL s/ Prejuízo Fiscal não constituído	(25.542)	403	(25.542)	403
Participação dos Administradores	(1.094)	(787)	(1.141)	(829)
Lei do Bem	-	-	1.604	-
Outras Adições (Exclusões)	646	(2.322)	12.002	(2.276)
Total IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	-	(928)	(177.668)	(165.536)
Corrente	-	(928)	(175.109)	(85.424)
Diferido	-	-	(2.559)	(80.112)
Alíquota Efetiva	0,00%	0,23%	24,53%	29,21%

17.7. Incerteza sobre tratamento de IRPJ e CSLL**17.7.1. Procedimento de ação fiscal nº 0900100-2018-00117-1**

Em 24 de setembro de 2018, a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SERFB iniciou procedimento de ação fiscal nº 0900100-2018-00117-1. Desse procedimento resultou, em 8 de janeiro de 2019, na lavratura do auto de infração nº 10980.727742/2018-81 no valor de R\$306,8 milhões. O referido auto de infração, está relacionado à apuração do lucro real e da base de cálculo CSLL, assim imputando à concessionária:

a) Ajustes indevidos atribuídos à Conta de Compensação de Variação de valores de Itens da Parcela A – CVA;

b) Inobservância do prazo restante do contrato de concessão para fins das determinações previstas no artigo 69 da lei federal nº 12.973/2014.

Após a análise da Administração, constatou-se que os valores apurados pelo ente fiscal se encontram dissociados das normas tributárias, doutrina e decisões judiciais em casos análogos. A Administração, por meio de assessoria jurídica e tributária contratada exclusivamente para essa finalidade, entende que os procedimentos adotados serão provavelmente aceitos em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite >50%), pelo seu valor total e, por esse motivo, não registrou qualquer passivo de IRPJ/CSLL em relação a essas ações.

Em 2020, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, em julgamento do Recurso Voluntário interposto pela Companhia, deu provimento parcial ao pedido, para o fim de cancelar as exigências referentes aos ajustes (adições) de que trata o art. 69 da Lei nº 12.973/2014, e à aplicação de multas isoladas por falta de recolhimento de estimativas, mantendo-se a exigência para se tributar os ajustes positivos relacionados ao CVA por regime de competência. O processo administrativo encerrou.

Notas Explicativas

Em 20 de outubro de 2023, a Celesc propôs ação anulatória do crédito tributário mantido na esfera administrativa, oferecendo em garantia apólice de seguro, a qual foi aceita pelo fisco federal. O processo aguarda a realização de perícia contábil.

Por sua vez, em 07 de dezembro de 2023, a União – Fazenda Nacional propôs a execução fiscal da CDA relativa ao tributo, cujo valor atualizado é de R\$ 294,26 milhões. A execução fiscal encontra-se suspensa em decorrência da penhora dos direitos do seguro-garantia da ação anulatória precedente.

18. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Controladas	3.822.456	3.451.262	-	-
Celesc D	2.998.269	2.668.203	-	-
Celesc G	824.187	783.059	-	-
Controladas em Conjunto	182.564	176.281	182.564	176.281
SCGÁS	182.564	176.281	182.564	176.281
Coligadas	65.129	90.198	98.117	135.868
ECTE	65.129	55.585	65.129	55.585
DFESA	-	34.613	-	34.613
SPEs	-	-	32.988	45.670
Total	4.070.149	3.717.741	280.681	312.149

18.1. Informações sobre Investimentos

Descrição	Ações da Companhia		Participação da Companhia		Controladora					
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Lucro
Saldo em 31.12.2025										
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	3.607.408	8.835.481	3.030.649	6.744.037	2.668.203	11.692.266	614.199
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	124.397	903.429	87.626	157.141	783.059	219.498	103.927
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	91.999	519.441	68.402	363.063	179.975	46.706	31.548
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	548.443	544.977	154.999	59.089	879.332	1.299.123	171.371
DFESA	153.381	23,03%	23,03%	16.229	150.185	15.059	1.063	150.292	66.786	24.726
Saldo em 30.06.2026										
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	4.526.262	9.012.084	3.764.843	6.775.234	2.998.269	6.374.740	487.295
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	145.917	908.544	69.306	160.968	824.187	129.635	55.342
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	104.200	511.434	91.748	320.062	203.824	29.825	23.849
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	575.981	550.851	159.891	46.328	920.613	457.635	89.301

Descrição	Ações da Companhia		Participação da Companhia		Consolidado					
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Lucro ou Prejuízo
Saldo em 31.12.2025										
ECTE	13.001	30,88%	30,880%	91.999	519.441	68.402	363.063	179.975	46.706	31.548
SCGÁS	1.827	17,00%	51,000%	548.443	544.977	154.999	59.089	879.332	1.299.123	171.371
DFESA	153.381	23,03%	23,030%	16.229	150.185	15.059	1.063	150.292	66.786	24.726
Rondinha Energética	13.332	32,50%	32,500%	4.580	38.927	286	-	43.221	9.012	1.546
Xavantina Energética	271	40,00%	40,000%	4.258	26.817	870	-	30.205	13.995	2.892
Garça Branca Energética	24.669	49,00%	49,000%	1.681	52.295	2.813	11.283	39.880	6.274	(290)
Saldo em 30.06.2026										
ECTE	13.001	30,88%	30,880%	104.200	511.434	91.748	320.062	203.824	29.825	23.849
SCGÁS	1.827	17,00%	51,000%	575.981	550.851	159.891	46.328	920.613	457.635	89.301
Xavantina Energética	271	40,00%	40,000%	7.255	25.981	2.816	-	30.420	6.651	1.926
Garça Branca Energética	24.669	49,00%	49,000%	3.201	52.617	2.664	10.664	42.490	3.486	2.611

Notas Explicativas**18.2. Movimentação dos Investimentos**

Descrição	Controladora				
	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS	DFESA
Investimentos	2.668.203	783.059	55.585	149.487	34.613
Direito de Concessão	-	-	2.430	26.794	-
Saldo em 31.12.2025 (Reclassificado)	2.668.203	783.059	58.015	176.281	34.613
Dividendos e JCP Creditados	(171.443)	(14.214)	-	(8.165)	-
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	-	(251)	(734)	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	487.295	55.342	7.365	15.182	1.539
Aumento de Capital Social	14.214	-	-	-	-
Outros Ajustes	-	-	-	-	(36.152)
Saldo em 30.06.2026	2.998.269	824.187	65.129	182.564	-
Investimentos	2.998.269	824.187	62.950	156.504	-
Direito de Concessão	-	-	2.179	26.060	-

Descrição	Consolidado				
	ECTE(i)	SCGÁS (i)	DFESA	SPEs	Total
Investimentos	55.585	149.487	34.613	45.670	285.355
Direito de Concessão	2.430	26.794	-	-	29.224
Saldo em 31.12.2025 (Reclassificado)	58.015	176.281	34.613	45.670	314.579
Dividendos e JCP Creditados	-	(8.165)	-	(892)	(9.057)
Amortização Direito de Uso de Concessão	(251)	(734)	-	-	(985)
Resultado de Equivalência Patrimonial	7.365	15.182	1.539	2.310	26.396
Aumento de Capital Social	-	-	-	-	-
Outros Ajustes (ii)	-	-	(36.152)	(14.100)	(50.252)
Saldo em 30.06.2026	65.129	182.564	-	32.988	280.681
Investimentos	62.950	156.504	-	32.988	252.442
Direito de Concessão	2.179	26.060	-	-	28.239

(i) Direito de Uso de Concessão

O direito de uso de concessão foi gerado na compra da participação na SCGÁS e na ECTE. Não é tratado como ágio por ser um investimento em empresa com prazo de concessão definido. O saldo desse ativo, em 30 de junho de 2026, é de R\$28,7 milhões e, em 31 de dezembro de 2025, era de R\$29,2 milhões. Ele será amortizado pelo prazo da concessão da prestação de serviços públicos da investida até 2044 (SCGÁS) e 2030 (ECTE).

(ii) Outros Ajustes

O montante de R\$50,3 milhões refere-se à alienação da participação societária da Celesc G na Companhia Hidrelétrica Rondinha, concluída em maio de 2026, bem como à reclassificação da participação da Celesc na DFESA (NE 12.1) do grupo de Investimentos para a rubrica de Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda, em função da expectativa de sua realização por meio de alienação.

19. IMOBILIZADO**19.1. Composição do Saldo**

Descrição	Controladora
	Ativos de Direito de Uso
Saldo em 31.12.2025	189
Custo do Imobilizado	1.372
Depreciação Acumulada	(1.183)
Saldo em 31.12.2025	189
Depreciação	(113)
Custo do Imobilizado	1.372
Depreciação Acumulada	(1.296)
Saldo em 30.06.2026	76
Taxa Média de Depreciação	40,00%

Notas Explicativas

Consolidado								
Descrição	Terrenos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento	Ativos de Direito de Uso	Total
Saldo em 31.12.2025	8.495	22.042	7.608	107.322	1.679	59.145	12.283	218.574
Custo do Imobilizado	19.488	173.772	23.179	199.106	4.194	59.145	57.559	536.443
Provisão p/ Perdas	(3.665)	(25.678)	(1.995)	(14.926)	(38)	-	-	(46.302)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(126.052)	(13.576)	(76.858)	(2.477)	-	(43.516)	(269.807)
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação do Direito Uso Ativos	-	-	-	-	-	-	(1.760)	(1.760)
Saldo em 31.12.2025	8.495	22.042	7.608	107.322	1.679	59.145	12.283	218.574
Adições	-	-	-	-	-	2.668	6.493	9.161
Baixas Saldo Bruto	-	-	-	(10.648)	-	-	-	(10.648)
Baixas Depreciação	-	-	-	10.648	-	-	-	10.648
Depreciação	-	(529)	(169)	(4.475)	(175)	-	(3.257)	(8.605)
(+/-) Transferências	937	882	872	14.134	-	(16.825)	-	-
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	-	-	-	-	-	-	(20)	(20)
Saldo em 30.06.2026	9.432	22.395	8.311	116.981	1.504	44.988	15.499	219.110
Custo do Imobilizado	20.425	174.654	24.051	213.240	4.194	44.988	64.052	534.956
Provisão p/ Perdas	(3.665)	(25.678)	(1.995)	(14.926)	(38)	-	-	(46.302)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(126.581)	(13.745)	(81.333)	(2.652)	-	(46.773)	(267.764)
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação do Direito Uso Ativos	-	-	-	-	-	-	(1.780)	(1.780)
Saldo em 30.06.2026	9.432	22.395	8.311	116.981	1.504	44.988	15.499	219.110
Taxa Média de Depreciação	-	3,92%	3,20%	5,91%	12,89%	-	46,53%	

19.2. Depreciação

As taxas médias anuais de depreciação estimadas são as seguintes:

Consolidado	
Percentuais (%)	
Administração	
Prédios e Construções	6,3
Máquinas e Equipamentos	7,9
Veículos	14,3
Móveis e Utensílios	6,8

Consolidado	
Percentuais (%)	
Operação	
Prédios e Construções	3,2
Máquinas e Equipamentos	5,8
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3,9
Veículos	13,1
Móveis e Utensílios	4,8

No método de depreciação linear, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social, eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis e as revisões apresentam resultados que se aproximam daqueles estabelecidos pela ANEEL.

19.3. Ativos de Direito de Uso e Passivos de Arrendamentos

O Grupo efetua o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis, em contrapartida aos Ativos de Direito de Uso.

ATIVO	Controladora	Consolidado
Saldo (Não Circulante) em 31.12.2025	189	12.283
(+) Adições	-	6.493
(-) Depreciação	(113)	(3.257)
(-) Crédito PIS/COFINS Depreciação Direito de Uso de Ativos	-	(20)
Saldo (Não Circulante) em 30.06.2026	76	15.499

Notas Explicativas

PASSIVO	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2025	190	13.113
Circulante	190	2.863
Não Circulante	-	10.250
(+) Adições	-	6.493
(+) Juros Incorridos	7	706
(-) Pagamento Principal	(112)	(3.112)
(-) Juros Pagos	(7)	(706)
Saldo em 30.06.2026	78	16.494
Circulante	78	6.053
Não Circulante	-	10.441

19.4. Vencimentos das Parcelas de Longo Prazo

	Consolidado	
Anos	30.06.2026	31.12.2025
2027	-	4.325
2028	2.315	1.056
2029	1.641	1.122
2030	1.668	1.103
2031+	4.817	2.644
Total	10.441	10.250

Os ativos reconhecidos possuem as seguintes especialidades:

- Edificações: referem-se aos contratos de aluguéis relativos às lojas de atendimento presencial, localizadas na área de concessão da distribuidora;
- Terrenos: referem-se aos terrenos onde estão instaladas torres de telecomunicação, subestação e almoxarifado;
- Veículos: referem-se ao contrato de aluguel dos veículos, de frota, utilizados na prestação dos serviços e os veículos utilizados pela Diretoria Executiva.

20. INTANGÍVEL

					Consolidado
	Repactuação				
	Ativo de		Risco		
Descrição	Concessão	Softwares	Hidrológico	Itens em	Total
	Celesc D (i)	Adquiridos	GSF (ii)	Andamento	
Saldo em 31.12.2025 (Reclassificado)	4.999.640	1.446	39.276	537	5.040.899
Custo Total	8.644.564	8.989	45.879	537	8.699.969
Amortização Acumulada	(3.644.924)	(7.543)	(6.603)	-	-3.659.070
Saldo em 31.12.2025 (Reclassificado)	4.999.640	1.446	39.276	537	5.040.899
Adições	-	-	-	82	82
Baixas	(31.147)	-	-	-	(31.147)
Amortizações	(196.331)	(160)	(776)	-	(197.267)
Transferências do Ativo de Contrato (NE 15)	425.331	21	-	(21)	425.331
Saldo em 30.06.2026	5.197.493	1.307	38.500	598	5.237.898
Custo Total	9.038.748	9.010	45.879	598	9.094.235
Amortização Acumulada	(3.841.255)	(7.703)	(7.379)	-	(3.856.337)
Saldo em 30.06.2026	5.197.493	1.307	38.500	598	5.237.898
Taxa Média Amortização	5,0%	19,9%	3,4%	0,00%	

(i) A amortização do ativo intangível é reconhecida pelo método linear, considerando a vida útil definida nos contratos ou o prazo de concessão aplicável, adotando-se o menor entre esses prazos.

(ii) A extensão do prazo de concessão pelo poder concedente para as usinas repactuadas pelo risco hidrológico GSF, foi calculada pelo valor justo e reconhecido como Ativo Intangível. Esses ativos serão amortizados linearmente até o final do novo prazo de concessão de cada usina repactuada.

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos intangíveis.

Notas Explicativas**21. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
ICMS ST (i)	-	-	53.822	51.663
Subsídio Decreto nº 7.891/2013	-	-	51.323	51.323
Compartilhamento de Infraestrutura (ii)	-	-	67.959	48.452
Diferença Reembolso CDE (iii)	-	-	104.784	40.797
Adiantamento Proinfa (iv)	-	-	24.752	24.752
Estoques (v)	-	-	24.907	21.568
Adiantamentos Diversos (vi)	84	91	20.398	10.703
Alienação de Bens e Direitos (vii)	-	-	19.923	18.235
Conta Bandeiras	-	-	6.328	-
Programa Baixa Renda	-	-	10.020	10.681
Despesas Pagas Antecipadamente (viii)	57	400	1.905	5.237
Bônus Escassez Hídrica	-	-	1.138	1.138
Pessoal a Disposição	-	-	889	716
Bens Destinados à Alienação (ix)	-	-	6.664	4.408
Títulos e Valores Mobiliários (x)	208	208	208	208
Outros Créditos (xi)	29	5	10.177	8.257
Total	378	704	405.197	298.138
Circulante	170	496	380.126	276.119
Não Circulante	208	208	25.071	22.019

(i) ICMS Substituição Tributária – ST

Valores a receber dos Consumidores Livres provenientes da cobrança de tributos nas faturas de energia elétrica vinculados ao Convênio/CONFAZ nº 77, de 5 de agosto de 2011, líquidos de perdas estimadas de recebimento.

(ii) Compartilhamento de Infraestrutura

Refere-se à utilização de pontos de fixação nos postes da Celesc D, realizada por terceiros, para a prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, tais como telefonia, internet, TV a cabo e outros.

(iii) Diferença Reembolso CDE

Refere-se à diferença entre os valores concedidos de descontos tarifários às unidades consumidoras da Celesc D e os valores recebidos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CEEE. Os subsídios são aplicados aos clientes nas tarifas de unidades consumidoras, conforme regulamentação da ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 3.511/2025, que aprovou o reajuste tarifário anual a partir de 22 de agosto de 2025.

(iv) Adiantamento do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA

Refere-se ao adiantamento do encargo regulamentado pelo Decreto nº 5.025/2004, na Celesc D, que tem como objetivo aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica.

(v) Estoques

Os estoques são compostos por materiais destinados à manutenção das operações de geração e, principalmente, de distribuição de energia com vida útil menor que um ano, quando aplicável, e de alto giro.

(vi) Adiantamentos diversos

As principais despesas antecipadas são adiantamento de 13º salário (R\$9,7 milhões), férias (R\$1,6 milhão) e vale-alimentação (R\$8,0 milhões).

(vii) Alienação de Bens e Direitos

As principais alienações de bens e direitos são de sucatas e terrenos.

(viii) Despesas Pagas Antecipadamente

Correspondem, principalmente, aos prêmios de seguros no valor de R\$1,5 milhão.

Notas Explicativas**(ix) Bens Destinados à Alienação**

São ativos da Celesc D que não são mais utilizados na prestação do serviço e que, por decisão da Companhia e mediante autorização regulatória quando aplicável, serão vendidos, transferidos ou baixados do patrimônio.

(x) Títulos e Valores Mobiliários

São investimentos temporários, classificados no ativo não circulante e são mensurados a valor justo.

(xi) Outros Créditos

Correspondem principalmente a valores a receber de multa contratual com fornecedores e danos causados por terceiros ao patrimônio da Companhia.

22. FORNECEDORES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Energia Elétrica	-	-	487.820	503.468
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	241.025	218.072
Materiais e Serviços	913	1.019	149.702	173.856
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	-	-	112.703	106.753
Total	913	1.019	991.250	1.002.149

A CCEE possui, entre suas atribuições apurar o valor da liquidação dos agentes. No caso das distribuidoras, esse valor envolve, além da venda e compra no curto prazo, os encargos, o efeito do despacho de térmicas e, também, os impactos diversos de risco hidrológico. O risco hidrológico está associado aos contratos de energia (CCEAR-QT) que tiveram repactuação, aos contratos de cotas de garantia física e ao contrato com Itaipu, nos quais o risco é alocado ao consumidor.

23. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os Empréstimos e Financiamentos possuem quatro classificações distintas: (i) Empréstimos Bancários, (ii) Empréstimos da Eletrobras, (iii) Empréstimos Tipo Finame e BNDES e (iv) Empréstimos – BID, e alguns destes são garantidos por recebíveis e aval da Companhia, conforme disposições contratuais.

O Grupo entende que o valor contábil dos empréstimos é uma aproximação razoável do valor justo e estão indexados a índices de mercado.

		Consolidado	
Descrição		30.06.2026	31.12.2025
Total Moeda Nacional		1.277.677	608.893
Empréstimos Bancários (i)	CDI+1,65% a.a.	437.023	512.470
Empréstimos Bancários (i)	CDI + 0,8% a.a.	65.213	74.576
Empréstimos Bancários (i)	CDI+1,50% a.a.	1.228	-
Empréstimos Bancários (i)	CDI+1,50% a.a.	3.469	-
Empréstimos Bancários (i)	CDI+0,58% a.a.	749.177	-
Empréstimo BNDES (iii)	IPCA+ 6,98% a 7,09% a.a.	21.567	21.847
Circulante		187.341	189.725
Não Circulante		1.090.336	419.168

		Consolidado	
Descrição		30.06.2026	31.12.2025
Total Moeda Estrangeira		1.212.347	1.249.482
Empréstimos – BID (iv)	CDI+0,70% a 1,88% a.a.	1.212.347	1.249.482
Circulante		103.329	106.857
Não Circulante		1.109.018	1.142.625

i) Empréstimos Bancários

Os saldos de empréstimos bancários referem-se a captações realizadas pela Celesc D com o objetivo de reforço de caixa.

Em abril de 2019, a Companhia contratou, por meio de Cédula de Crédito Bancário (CCB) junto ao Banco Safra, o montante de R\$335,0 milhões, remunerado à taxa de CDI + 0,80% a.a., com prazo inicial de 36 meses e carência de 18 meses para amortização do principal. A partir de dezembro de 2021, o

Notas Explicativas

contrato passou por sucessivos aditamentos que postergaram seu vencimento e alteraram o cronograma de amortização. O último aditamento, formalizado em novembro de 2024, estabeleceu o início das amortizações em junho de 2025, com parcelas semestrais e vencimento final em dezembro de 2029, mantendo-se a taxa de juros originalmente contratada, com pagamento mensal de encargos.

Adicionalmente, em fevereiro de 2022, a Companhia contratou nova CCB junto ao Banco Safra no valor de R\$550,0 milhões, remunerada à taxa de CDI + 1,65% a.a., com prazo inicial de 36 meses e carência de 18 meses para amortização do principal. O contrato também foi objeto de aditamentos que prorrogaram o cronograma originalmente pactuado. Em agosto de 2024, foi formalizada a extensão do vencimento final para fevereiro de 2029, com início das amortizações em agosto de 2025 e pagamentos semestrais do principal, mantendo-se inalterada a remuneração contratual.

Em 14 de outubro de 2025, a Companhia contratou, também por meio de Cédula de Crédito Bancário – CCB, uma linha de crédito rotativo junto ao Banco Safra, com limite de até R\$200,0 milhões. A operação prevê remuneração equivalente ao CDI acrescido de 1,50% a.a., com exigibilidade mensal e vencimento final em 12 de janeiro de 2026. Do montante disponibilizado, foram utilizados R\$150,0 milhões, os quais foram integralmente amortizados em 1º de dezembro de 2025.

Em 16 de outubro de 2025, a Companhia contratou, também por meio de Cédula de Crédito Bancário – CCB, uma segunda linha de crédito rotativo, desta vez junto ao Banco Bradesco, limitada ao valor de R\$120,0 milhões. A operação prevê remuneração equivalente ao CDI acrescido de 1,50% a.a., com exigibilidade mensal e vencimento final em 14 de abril de 2026. Do limite disponibilizado, foram utilizados R\$50,1 milhões, igualmente amortizados integralmente em 1º de dezembro de 2025.

Em 26 de fevereiro de 2026, a Companhia celebrou aditamento à Cédula de Crédito Bancário (CCB) anteriormente firmada com o Banco Bradesco S.A., por meio do qual foram alteradas as condições da linha de crédito rotativo já existente, cujo limite passou a ser de R\$ 150,0 milhões. A operação manteve remuneração equivalente à variação do CDI acrescida de 1,50% ao ano, com encargos financeiros exigíveis mensalmente e vencimento final em 25 de agosto de 2026. Do limite disponibilizado, foram utilizados R\$ 101,33 milhões, integralmente amortizados em 30 de junho de 2026.

Em março de 2026, a Companhia contratou nova linha de crédito rotativo junto ao Banco Safra, posteriormente aditada em maio de 2026, com elevação do limite de R\$ 200,0 milhões para R\$ 300,0 milhões e prorrogação do vencimento para 6 de agosto de 2026. A operação é remunerada a 100% do CDI + 1,50% a.a. e teve utilização de R\$ 286,0 milhões, integralmente liquidada em 30 de junho de 2026. Naquela data, os limites das linhas do Bradesco e do Safra permaneciam disponíveis para novas utilizações até os respectivos vencimentos contratuais.

Adicionalmente, em 25 de junho de 2026, a Companhia realizou a 2ª emissão de 750.000 Notas Comerciais Escriturais, em série única e para colocação privada, com valor nominal unitário de R\$ 1 mil, totalizando R\$ 750,0 milhões, integralmente subscritos pelo Banco do Brasil S.A. Os recursos captados destinam-se ao reforço de caixa da Companhia. As Notas Comerciais são remuneradas pela variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescida de sobretaxa de 0,58% a.a., com pagamentos semestrais. O principal será liquidado em parcela única no vencimento, em 25 de junho de 2028. A operação conta com garantia fidejussória das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. e prevê a manutenção da relação Dívida Líquida/EBITDA em patamar igual ou inferior a 3,50 vezes, a ser apurada anualmente a partir do exercício a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026.

ii) Eletrobras/ENBPar

Os recursos dessa contratação pela Celesc D foram destinados, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural e advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobras. O último contrato possuía amortizações mensais e foi integralmente liquidado em sua data de vencimento, em 30 de maio de 2025.

Não existem *covenants* financeiros relacionados a esses empréstimos.

Notas Explicativas**iii) Financiamento BNDES – Celesc G**

Em abril de 2024, a Celesc G firmou um contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total de R\$214,4 milhões.

O contrato está dividido em cinco subcréditos destinados à implementação de três usinas fotovoltaicas (UFV), Lages II, Capivari e Videira, à ampliação e modernização da Usina Hidrelétrica (UHE) Salto Weissbach e à reativação da Central Geradora Hidrelétrica (CGH) Maruim, todas localizadas em Santa Catarina.

O quadro abaixo demonstra os valores contratados, liberados, inutilizados e a liberar, separados por subcréditos:

Descrição	UFV Lages II	UFV Capivari	UFV Videira	UHE Salto	CGH Maruim	Totais
Valor Contratado	3.730	10.098	3.658	191.808	5.110	214.404
Valor Liberado	3.730	10.063	3.658	-	5.110	22.561
Valor Inutilizado	-	35	-	-	-	35
Saldo a Liberar	-	-	-	191.808	-	191.808
Periodicidade Pagamento Juros e Amortizações	Mensal	Mensal	Mensal		Mensal	
Início Pagamento Juros e Amortizações	15/08/2025	15/08/2025	15/08/2025		15/08/2025	

Até 30 de junho de 2026, os pagamentos de juros e de principal somaram R\$1,08 milhão e R\$1,48 milhão, respectivamente.

Anualmente, como garantidora, a Companhia tem como compromisso contratual apresentar o indicador financeiro Dívida Líquida Consolidada/LAJIDA igual ou inferior a 3,0.

A Celesc G faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* anuais do contrato.

iv) Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID I

Em 31 de outubro de 2018, a Celesc D celebrou contrato de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), referente ao Empréstimo nº 4404/OC-BR (BR-L1491), no montante de US\$276,1 milhões. A operação possui prazo total de 300 meses, incluindo carência de até 66 meses, com amortizações semestrais pelo Sistema de Amortização Constante.

O empréstimo conta com garantia da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina e destina-se ao financiamento parcial do Programa de Investimentos em Infraestrutura Energética na área de concessão da Companhia. Os recursos foram convertidos para moeda nacional, não havendo incidência de variação cambial. A taxa de juros considera os custos do BID e pode sofrer variações em função de componente de *spread* definido periodicamente pela instituição.

A última liberação de recursos ocorreu em 30 de abril de 2024. As demonstrações financeiras do Programa estão sujeitas à auditoria do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), conforme previsto contratualmente.

23.1. Aprovação BID II

A Comissão de Financiamentos Externos – Cofiex, vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, aprovou durante reunião realizada em 27 de março de 2025, o Programa de Modernização Energética para Resiliência Climática e Sustentabilidade em Santa Catarina.

Internamente denominado como BID II, o novo programa tem início previsto para 2027 e será executado ao longo de cinco anos. Ele prevê investimentos de mais de US\$305,0 milhões. Desse total, US\$243,0 milhões serão financiados pelo BID e US\$62,6 milhões correspondem à contrapartida da Celesc D. A Companhia está na fase de realização das Missões de Preparação do Programa e aprovação do perfil do Projeto juntamente com o BID.

Notas Explicativas**23.2. Composição dos Vencimentos**

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	Consolidado					
	Nacional		Estrangeira		Total	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Ano 2027	78.989	158.308	33.607	67.213	112.596	225.521
Ano 2028	908.195	260.860	67.213	1.075.412	975.408	1.336.272
Ano 2029	89.647	-	67.213	-	156.860	-
Ano 2030+	13.505	-	940.985	-	954.490	-
Total	1.090.336	419.168	1.109.018	1.142.625	2.199.354	1.561.793

23.3. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Nacional

Descrição	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	189.725	419.168	608.893
Ingressos	392.015	749.302	1.141.317
Atualização Monetária	336	370	706
Encargos Provisionados	54.525	-	54.525
Transferências	78.504	(78.504)	-
Pagamentos de Principal	(471.187)	-	(471.187)
Pagamentos de Encargos	(56.584)	-	(56.584)
(-) Custo na Emissão de Empréstimos	7	-	7
Saldos em 30 de junho de 2026	187.341	1.090.336	1.277.677

23.4. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Estrangeiro – BID

Descrição	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	106.857	1.142.625	1.249.482
Atualização Monetária	(2.507)	-	(2.507)
Encargos Provisionados	89.300	-	89.300
Transferências	33.607	(33.607)	-
Pagamento de Encargos	(90.987)	-	(90.987)
Pagamento de Principal	(32.941)	-	(32.941)
Saldos em 30 de junho de 2026	103.329	1.109.018	1.212.347

24. DEBÊNTURES**24.1. Debêntures 2021 – Celesc D**

Debêntures 2021	Detalhes
Data de Emissão	15 de abril de 2021
Quantidade de Debêntures	550.000
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Total da Emissão	R\$550 milhões
Vencimento	29 de setembro de 2025
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória (fiança da Celesc Holding)
Juros Remuneratórios	100% da variação das taxas DI Over + spread 2,6% ao ano
Pagamento de Juros	Mensal, todo dia 15
Amortização	43 parcelas mensais consecutivas a partir de outubro de 2022
Pagamentos até 30.06.2026	R\$226,3 milhões (remuneração) e R\$550 milhões (principal)
Liquidação Antecipada Contratual	29 de setembro de 2025
Covenants Financeiros	Dívida Líquida/EBITDA da Companhia, como garantidora, ≤ 3

A Celesc D faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* anuais do contrato.

24.2. Debêntures 2023 – Celesc D

Em 15 de novembro de 2023, a Companhia realizou sua 6ª emissão de debêntures, totalizando 800.000 (oitocentas mil) debêntures, sendo 400.000 (quatrocentas mil) da 1ª série e 400.000 (quatrocentas mil)

Notas Explicativas

da 2ª série, com valor nominal unitário de R\$ 1,0 mil, perfazendo o montante total de R\$ 800,0 milhões (oitocentos milhões).

A Celesc D faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* financeiros anuais do contrato.

24.2.1. Primeira Série

Debêntures 2023	Detalhes
Série	Primeira série
Data de Emissão	15 de novembro de 2023
Quantidade de Debêntures	1ª série: 400.000 debêntures
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Total da Emissão	R\$400 milhões
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória adicional (fiança da Celesc Holding)
Prazo de Vencimento	5 anos (15 de novembro de 2028)
Juros Remuneratórios	100% das taxas DI Over + <i>spread</i> 1,65% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de 15 de maio de 2024
Amortização	Semestral, a partir de 15 de novembro de 2026
Pagamentos até 30.06.2026	R\$139,8 milhões de remuneração
Covenants Financeiros	Dívida Líquida/EBITDA da Companhia, como garantidora, $\leq 3,5$

24.2.2. Segunda Série

Debêntures 2023	Detalhes
Série	Segunda série
Data de Emissão	15 de novembro de 2023
Quantidade de Debêntures	2ª série: 400.000 debêntures
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Total da Emissão	R\$400 milhões
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória adicional (fiança da Celesc Holding)
Prazo de Vencimento	7 anos (15 de novembro de 2030)
Atualização Monetária	Variação do IPCA
Juros Remuneratórios	6,5279% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de 15 de maio de 2024
Amortização	Anual, a partir de 15 de novembro de 2028
Pagamentos até 30.06.2026	R\$68 milhões de remuneração
Covenants Financeiros	Dívida Líquida/EBITDA da Companhia, como garantidora, $\leq 3,5$

24.3. Debêntures 2024 – Celesc D

Em 15 de julho de 2024, a Companhia emitiu sua 7ª emissão de debêntures, no montante total de R\$ 1,2 bilhão (um bilhão e duzentos milhões), representada por 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) debêntures, sendo 200.000 (duzentas mil) da 1ª série e 1.000.000 (um milhão) da 2ª série.

A Celesc D faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* financeiros anuais do contrato.

24.3.1. Primeira Série (Institucional):

Debêntures 2024	Detalhes
Data de Emissão	15 de julho de 2024
Quantidade de Debêntures	1ª série: 200.000 debêntures
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Prazo de Vencimento	7 anos (15 de julho de 2031)
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória adicional (fiança da Celesc Holding)
Atualização Monetária	Não há
Juros Remuneratórios	100% das taxas DI Over + 0,95% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de 15 de janeiro de 2025
Amortização	Semestral, a partir de 15 de janeiro de 2030
Pagamentos até 30.06.2026	R\$ 40,6 milhões de remuneração
Covenants Financeiros	Dívida Líquida/EBITDA da Companhia, como garantidora, $\leq 3,5$



Notas Explicativas

24.3.2. Segunda Série (Infraestrutura/Incentivada):

Debêntures 2024	Detalhes
Data de Emissão	15 de julho de 2024
Quantidade de Debêntures	2ª série: 1.000.000 debêntures
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Prazo de Vencimento	10 anos (15 de julho de 2034)
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória adicional (fiança da Celesc Holding)
Atualização Monetária	Variação do IPCA
Juros Remuneratórios	6,9534% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de 15 de janeiro de 2025
Amortização	Semestral, a partir de 15 de janeiro de 2032
Pagamentos até 30.06.2026	R\$ 104,4 milhões de remuneração
Covenants Financeiros	Dívida Líquida/EBITDA da Companhia, como garantidora, ≤ 3,5

24.4. Debêntures 2025 – Celesc D (Primeira emissão)

Em 30 de julho de 2025, a Celesc D emitiu a 8ª debêntures totalizando R\$510,0 milhões.

A Celesc D faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* financeiros anuais do contrato.

Debêntures 2025	Detalhes
Data de Emissão	30 de julho de 2025
Quantidade de Debêntures	510.000 debêntures
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Prazo de Vencimento	6 anos (30 de julho de 2031)
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória adicional (fiança da Celesc Holding)
Atualização Monetária	Não há
Juros Remuneratórios	100% das taxas DI Over + 0,67% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de 30 de janeiro de 2026
Amortização	Semestral, a partir de 30 de janeiro de 2029
Pagamentos até 30.06.2026	R\$ 37,2 milhões de remuneração
Covenants Financeiros	Dívida Líquida/EBITDA da Companhia, como garantidora, ≤ 3,5

24.5. Debêntures 2025 – Celesc D (Segunda emissão)

Em 28 de novembro de 2025, a Celesc D emitiu a 9ª debêntures, totalizando R\$ 500,0 milhões.

A Celesc D faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* financeiros anuais do contrato.

Segunda emissão Debêntures 2025	Detalhes
Data de Emissão	28 de novembro de 2025
Quantidade de Debêntures	500.000 debêntures
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Prazo de Vencimento	1 ano e 3 Meses (28 de fevereiro de 2027)
Tipo de Debênture	Quirografária, sem preferência
Garantia	Fidejussória adicional (fiança da Celesc Holding)
Atualização Monetária	Não há
Juros Remuneratórios	100% das taxas DI Over + 0,30% ao ano
Pagamento de Juros	única parcela na Data de Vencimento final (bullet)
Amortização	única parcela na Data de Vencimento final (bullet)
Pagamentos até 30.06.2026	R\$ 0,00
Covenants financeiros	Dívida Líquida/EBITDA da Companhia, como garantidora ≤ 3,5

Notas Explicativas**24.6. Debêntures 2020 – Celesc G**

Debêntures 2020	Detalhes
Data de Emissão	10 de dezembro de 2020
Quantidade de Debêntures	37.000
Valor Nominal Unitário	R\$1.000
Total da Emissão	R\$37 milhões
Atualização Monetária	Varição do IPCA
Tipo de Debênture	Simple, não conversível em ações
Garantia	Fidejussória (fiança da Celesc G)
Prazo de Vencimento	10 anos
Juros Remuneratórios	4,30% ao ano
Pagamento de Juros	Semestral, a partir de junho de 2021
Amortização	Semestral, a partir de dezembro de 2023
Pagamentos até 30.06.2026	R\$9,52 milhões (remuneração) e R\$19,31 milhões (principal)
Covenants Financeiros	Dívida Líquida/EBITDA da empresa, como emissora, ≤ 3,5

A Celesc G faz o acompanhamento contínuo dos índices relacionados aos *covenants* anuais do contrato.

24.7. Movimentação das Debêntures

	Consolidado
Descrição	Total
Saldo em 31.12.2025	3.147.371
Encargos Provisionados	221.650
Pagamentos Encargos	(135.705)
Pagamento Principal	(3.428)
Custos na Emissão de Debêntures	3.217
Marcação a Mercado (VJR)	(42.028)
Saldo em 30.06.2026	3.191.077
Circulante	790.117
Não Circulante	2.400.960

24.8. Custos na Captação de Debêntures a Apropriar

		Consolidado
Descrição	30.06.2026	31.12.2025
Ano 2026	3.271	6.487
Ano 2027	6.044	6.043
Ano 2028+	28.382	28.383
Total	37.697	40.913

24.9. Conciliação de Passivos Resultantes das Atividades de Financiamento

						Controladora
Descrição	31.12.2025	Pagamentos	Total das Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros (i)	Variações que não Afetam o Caixa (ii)	30.06.2026
Dividendos e JCP a Pagar	261.382	(155.993)	(155.993)	-	263.849	369.238
Passivo de Arrendamento	190	(112)	(112)	(7)	7	78
Total	261.572	(156.105)	(156.105)	(7)	263.856	369.316

								Consolidado
Descrição	31.12.2025	Ingressos de Recursos	Pagamentos do Principal	Total das Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros (i)	Ajuste a Valor de Mercado	Variações que não Afetam o Caixa (ii)	30.06.2026
Instrumentos Financeiros	90.607	-	(52.730)	(52.730)	-	36.548	5.682	80.107
Derivativos								
Empréstimos e Financiamentos	1.858.375	1.141.317	(504.128)	637.189	(147.571)		142.031	2.490.024
Debêntures	3.147.371	-	(3.428)	(3.428)	(135.705)	(42.028)	224.867	3.191.077
Dividendos/JCP	261.382	-	(155.993)	(155.993)	-		263.849	369.238
Passivo de Arrendamento	13.113	-	(3.112)	(3.112)	(706)		7.199	16.494
Total	5.370.848	1.141.317	(719.391)	421.926	(283.982)	(5.480)	643.628	6.146.940

Notas Explicativas

- (i) Os juros pagos são classificados no fluxo das Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa.
- (ii) Os juros e variações monetárias provisionados de Empréstimos e Financiamentos totalizaram R\$142,0 milhões. As debêntures totalizaram R\$224,9 milhões, sendo R\$3,2 milhões desse total referentes às custas com debêntures incorridas no primeiro semestre de 2026.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção econômica contra a volatilidade das taxas de juros, sendo os contratos inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data da contratação e, posteriormente, mensurados ao valor justo. O principal instrumento utilizado para essa finalidade é o *swap*.

No âmbito da gestão de riscos financeiros, a Celesc D contratou operações de *swap* relacionadas à 6ª e à 7ª emissões de debêntures, com o objetivo de converter a exposição da dívida indexada ao IPCA para CDI. Essa estratégia visa mitigar o risco de descasamento entre os fluxos de caixa das obrigações financeiras e das aplicações da Companhia, majoritariamente atreladas ao CDI, além de reduzir a volatilidade associada ao IPCA.

Em 15 de outubro de 2024, foram formalizadas as operações de *swap*, sendo a da 6ª emissão contratada com o Banco Safra e a da 7ª emissão com a XP Investimentos. Embora tais instrumentos contribuam para maior previsibilidade dos fluxos de caixa, permanecem sujeitos a riscos de mercado decorrentes de variações nas condições macroeconômicas.

A efetividade das operações de *hedge* é avaliada prospectivamente com base na análise dos termos críticos do item protegido e do instrumento de *hedge*, visando assegurar adequada correlação entre as variações dos fluxos de caixa.

Os contratos em aberto em 30 de junho de 2026 são os seguintes:

						Consolidado
Contraparte	Data do contrato	Data de Vencimento	Categoria	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
XP	15.10.2024	17.07.2034	Hedge de valor justo	IPCA	CDI	1.020.619
Safra	15.10.2024	18.11.2030	Hedge de valor justo	IPCA	CDI	427.805
Total						1.448.424

A movimentação dos instrumentos financeiros derivativos é como segue:

		Consolidado
Descrição		Total
Saldo em 31.12.2024		70.230
Marcação a Mercado no Resultado		21.616
Amortização		(70.497)
Saldo em 31.12.2025		21.349
Marcação a Mercado no Resultado		36.548
Amortização		(52.730)
Saldo em 30.06.2026		5.167

Os valores da ponta ativa e da ponta passiva do instrumento financeiro (*swap*) em 30 de junho de 2026, estão dispostos a seguir:

			Consolidado
Contraparte	Valor justo Ponta Ativa	Valor Justo Ponta Passiva	Resultado Financeiro
XP	1.062.163	1.079.328	(17.165)
Safra	433.059	421.061	11.998
Total	1.495.222	1.500.389	(5.167)

As operações de *swap* contratadas pela Companhia qualificam-se para a aplicação da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), sendo classificadas como hedge de valor justo para conversão de taxas de juros. Tais instrumentos são reconhecidos como ativos financeiros quando apresentam valor justo positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

Notas Explicativas

A mensuração do valor justo dos *swaps* é realizada por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando a Estrutura Temporal da Taxa de Juros (ETTJ) divulgada pela ANBIMA na data-base de 30 de junho de 2026.

As variações no valor justo dos derivativos designados como *hedge* de valor justo são reconhecidas no resultado do período, em conjunto com as variações no valor justo do item protegido atribuíveis ao risco objeto da proteção. Caso a relação de *hedge* deixe de atender aos critérios para aplicação da contabilidade de *hedge*, os ajustes no valor contábil do item protegido passam a ser amortizados no resultado ao longo do prazo remanescente da operação pelo método da taxa efetiva de juros.

26. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Provisões e Encargos Sociais da Folha	2.142	1.851	162.315	157.050
Plano de Desligamento Incentivado – PDI	-	-	50.991	9.393
Consignação em Favor de Terceiros	-	-	5.854	13.023
Provisão Participação nos Lucros e Resultados – PLR	-	-	21.950	31.498
Folha de Pagamento Líquida	415	437	17.002	20.782
Total	2.557	2.288	258.112	231.746
Circulante	2.557	2.288	236.473	228.829
Não Circulante	-	-	21.639	2.917

26.1. Plano de Desligamento Incentivado – PDI

O Plano de Desligamento Incentivado (PDI) integra a estratégia da Companhia voltada à adequação da estrutura de custos, otimização de processos e melhoria de indicadores operacionais.

O regulamento do PDI foi aprovado em 22 de fevereiro de 2016, tendo sua primeira implementação em dezembro do mesmo ano. Nos anos subsequentes, foram realizadas novas edições do programa, mantendo-se critérios e regulamentos semelhantes, com ajustes pontuais nos requisitos de elegibilidade.

A edição mais recente do programa (PDI 2026) foi aprovada em janeiro de 2026, cujo objetivo foi oferecer aos empregados elegíveis a possibilidade de desligamento voluntário, mediante a concessão de um pacote de benefícios. As principais premissas do Plano são as seguintes: o público-alvo do PDI é composto por empregados admitidos até 31 de dezembro de 1995 ou que possuam 30 anuênios ou mais, bem como por empregados no cargo de eletricitista admitidos até 31 de dezembro de 2000 ou que possuam 25 anuênios ou mais, totalizando 138 adesões. O período para manifestação de interesse pelos empregados elegíveis ocorreu de 23.1.2026 a 30.1.2026, com desligamento em 28.2.2026. As despesas com as saídas totalizaram o montante de R\$83,2 milhões reconhecidos em fevereiro de 2026.

Os valores provisionados para pagamento das parcelas a vencer estão registrados na rubrica Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias no Passivo, cujos saldos estão demonstrados a seguir:

Descrição	Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025
Circulante	29.352	6.476
Não Circulante	21.639	2.917
Total	50.991	9.393

Notas Explicativas

27. TRIBUTOS

As composições dos tributos a pagar por ente federativo estão demonstradas a seguir:

27.1. Tributos Federais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
IRRF S/ JCP	15.555	-	15.555	-
PIS e COFINS	8.478	14.814	66.532	76.837
Autorreg. Tributária Lei 14.740-23	-	-	16.065	19.473
Outros	26	62	3.843	3.960
Total a pagar	24.059	14.876	101.995	100.270
(-) Tributos a recuperar (NE 10.1)	(327)	-	(392.994)	(404.083)
Total	23.732	14.876	(290.999)	(303.813)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
IRPJ e CSLL	-	3.958	178.250	21.615
Total a pagar	-	3.958	178.250	21.615
(-) IRPJ e CSLL recuperar (NE 10.2)	(54.356)	(55.117)	(322.605)	(144.088)
Total	(54.356)	(51.159)	(144.355)	(122.473)

27.2. Tributos Estaduais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
ICMS	-	-	230.800	241.836
Total a Recolher	-	-	230.800	241.836
(-) Tributos a recuperar (NE 10.2)	-	-	(108.030)	(103.254)
Total	-	-	122.770	138.582

27.3. Tributos Municipais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
ISS	123	114	2.345	3.706
IPTU	-	-	29	7
Total a Recolher	123	114	2.374	3.713
(-) Tributos a recuperar (NE 10.2)	-	-	(741)	(741)
Total	123	114	1.633	2.972

28. TAXAS REGULAMENTARES

Descrição	31.12.2025	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos	30.06.2026
Programa Eficiência Energética – PEE	78.054	30.019	4.914	(12.294)	100.693
Pesquisa & Desenvolvimento – P&D	25.660	29.565	1.276	(25.479)	31.022
Conta de Desenvolvimento Energético–CDE	27.778	1.685.188	-	(1.685.188)	27.778
Taxa de Fiscalização ANEEL	1.004	6.028	-	(6.027)	1.005
Comp. Fin. Utilização Recursos Hídricos – CFURH	430	986	-	(1.104)	312
Conta Centr. Recursos Bandeira Tarifária – CCRBT	20.313	4.898	-	(25.211)	-
Total	153.239	1.756.684	6.190	(1.755.303)	160.810
Circulante	71.723	-	-	-	56.160
Não Circulante	81.516	-	-	-	104.650

28.1. Programa de Eficiência Energética – PEE e Pesquisa & Desenvolvimento – P&D

A Lei nº 9.991/2000 estabelece a obrigatoriedade de empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica aplicarem anualmente parte de sua Receita Operacional Líquida (ROL) em programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética (PEE). A Lei nº 14.514/2022 alterou a Lei nº 9.991/2000 para redefinir, de forma temporária, a destinação dos recursos que as empresas do setor elétrico devem aplicar em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética (PEE). A Lei nº 15.103/2025 alterou dispositivos da Lei nº 9.991/2000 para ajustar a destinação e os percentuais dos recursos obrigatórios aplicados pelas empresas do setor elétrico em

Notas Explicativas

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética (PEE).

Em 14 de outubro de 2025, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 1.135/2025, que alterou o Submódulo 5.6 dos Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET), atualizando os percentuais e prazos de aplicação de recursos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética (PEE), conforme disposições da Lei nº 9.991/2000.

A partir de 1º de janeiro de 2026, os percentuais da ROL destinados a P&D e PEE passaram a ser fixos, substituindo as faixas anteriormente vigentes. No segmento de distribuição, os percentuais foram definidos em 0,20% para P&D e 0,40% para PEE. No segmento de geração, o percentual de P&D foi fixado em 0,40%.

29. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia possui a Política de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sob a ótica do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, contemplando o reconhecimento de perdas para todas as estimativas prováveis de desembolso e as atualizações dos litígios pela aplicação de índice de correção do processo.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia apresentava os seguintes passivos e seus correspondentes depósitos judiciais relacionados às contingências:

29.1. Contingências Prováveis

							Controladora
Descrição	31.12.2025	Novas Provisões	Ajustes das Provisões	Pagamentos	Reversões	Atualização Financeira	30.06.2026
Tributária	1.333	28	-	-	-	19	1.380
Cíveis	16	3.071	-	(3.071)	(16)	-	-
Regulatórias	7.534	-	-	-	-	135	7.669
Total	8.883	3.099	-	(3.071)	(16)	154	9.049

							Consolidado
Descrição	31.12.2025	Novas Provisões	Ajustes das Provisões	Pagamentos	Reversões	Atualização Financeira	30.06.2026
Tributária	19.851	3.035	99	(1.016)	(183)	641	22.427
Trabalhistas	71.132	2.974	3.054	(14.194)	(2.559)	1.755	62.162
Cíveis	140.032	31.520	4.442	(49.773)	(6.261)	1.855	121.815
Regulatórias	73.290	-	681	-	(476)	2.177	75.672
Ambientais	3.177	35	9	(28)	(1.461)	(210)	1.522
Total	307.482	37.564	8.285	(65.011)	(10.940)	6.218	283.598

A natureza das contingências prováveis pode ser sumariada como segue:

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributária na esfera federal, relativas ao recolhimento de COFINS e Contribuição Previdenciária, e na esfera municipal, associadas às notificações fiscais expedidas pela Prefeitura de Florianópolis para exigência de ISS.

Na Companhia o processo mais relevante na esfera federal se refere a débitos inscritos em dívida ativa e objeto da Execução Fiscal nº 5012874-76.2021.4.04.7200, originários de PIS, IRPJ, IRRF, COFINS e CSLL, os quais foram excluídos de programa de parcelamento extraordinário e está em fase de levantamento de depósito. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) requereu o levantamento do valor depositado.

ii) Contingências Trabalhistas

Na Celesc D, o processo mais relevante diz respeito ao objeto de diferença salarial da categoria dos engenheiros no valor provisionado de R\$26,7 milhões. Além disso, há processos referentes a incorporação da gratificação de função no valor de R\$6,9 milhões; horas extras no valor de R\$7,26 milhões; acidente de trabalho no valor de R\$7 milhões.

Notas Explicativas

Ainda na Celesc D, há um processo judicial referente à reintegração de empregada que teve rescisão contratual ocorrida em 2011 em razão de aposentadoria, conforme Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho. Posteriormente, o Tribunal Superior do Trabalho determinou a reintegração da empregada, considerando que a aposentadoria ocorreu antes da vigência da Emenda Constitucional nº 103/2019. O valor da provisão está atualizado em R\$3,5 milhões, já garantidos em juízo, no mês de junho de 2026.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas as ações cíveis em geral, tendo como objeto, em síntese, ressarcimento de danos (materiais e/ou morais) decorrente de: suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, inscrições dos nomes dos consumidores junto aos órgãos de proteção de crédito, danos elétricos, produção de aves, acidentes envolvendo terceiros.

Adicionalmente, a Celesc D possui outras demandas judiciais e administrativas para as quais foram constituídas provisões, destacando-se: perdas de produção de fumicultores (R\$9,35 milhões), ações de ressarcimento de seguradoras (R\$3,4 milhões), reclassificação tarifária (R\$3,6 milhões), revisão de contratos licitatórios para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro (R\$8,8 milhões), processos relacionados à interrupção do fornecimento de energia ocorrida em 2003 (R\$18,54 milhões), portarias do antigo DNAEE (R\$8,2 milhões), incidência de CDI-Over (R\$5,8 milhões), ressarcimento por servidão (R\$12,7 milhões) e ações relativas à cobrança indevida de valores no faturamento de consumidores (R\$10,3 milhões).

Foram provisionados, neste trimestre na controladora R\$3,1 milhões referentes a honorários advocatícios. No consolidado, durante o semestre, o foram provisionados R\$28,4 milhões provenientes de reparação de danos, acidente de trânsito, danos materiais, queima de equipamento, honorários advocatícios, inexigibilidade ou inexistência de débito, lucro cessante e ações repetitivas (fumicultores e seguradoras).

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas às notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos decorrentes de eventos já ocorridos, cuja liquidação poderá resultar em entrega de recursos pelas transgressões contratuais ou regulatórias do setor elétrico.

Também constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Celesc D discute, com outros agentes setoriais (concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME), matérias atinentes à aplicação da regulação setorial.

Referem-se a processos administrativos instaurados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) por meio de Autos de Infração decorrentes de supostas transgressões contratuais ou regulatórias. Tais contingências compreendem litígios inicialmente discutidos na esfera administrativa e que, atualmente, encontram-se em fase de discussão judicial.

Tais processos encontram-se com a exigibilidade suspensa ou garantidos mediante depósitos judiciais ou seguros-garantia. A existência dessas garantias não altera o critério de reconhecimento de provisões, que permanece baseado na reavaliação periódica do risco de perda.

Trata-se de processos relativos a discussões judiciais referentes ao pagamento de indenizações de ordem material e moral em virtude de acidente ambiental ocorrido na área de concessão da Celesc D.



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Notas Explicativas

29.2. Depósitos Judiciais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Tributária	41.164	39.162	50.158	49.131
Trabalhistas	5.266	5.244	25.380	21.767
Cíveis	4.833	3.477	38.002	51.442
Regulatórias	40.654	40.103	279.122	269.107
Ambientais	-	-	1.227	1.179
Saldo	91.917	87.986	393.889	392.626

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Saldo em 31.12.2025		87.986		392.626
Constituição		4.533		46.837
Atualização Financeira		2.620		14.837
Baixas		(3.222)		(60.411)
Saldo em 30.06.2026		91.917		393.889

Na Controladora, o depósito judicial mais relevante refere-se à Execução Fiscal nº 5000685-32.2022.4.04.7200, constituído como garantia do crédito tributário. A Companhia opôs Embargos à Execução Fiscal, alegando a inexigibilidade do débito em razão da existência de crédito passível de compensação. Os embargos foram julgados improcedentes e o recurso interposto aguarda julgamento pelo Tribunal.

Na Celesc D, destacam-se dois depósitos judiciais relacionados ao reequilíbrio econômico-financeiro de contrato de leitura, impressão e entrega simultânea de faturas.

29.3. Contingências Possíveis

A Companhia também tem ações de natureza tributária, trabalhista, cível, regulatória e ambiental, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Tributárias (i)	58.300	57.900	316.005	315.215
Trabalhistas (ii)	902	800	31.245	28.370
Cíveis (iii)	28.219	27.843	464.672	458.341
Regulatórias (iv)	-	-	376.829	351.363
Ambientais (v)	-	-	11.230	5.975
Total	87.421	86.543	1.199.981	1.159.264

A natureza das contingências possíveis pode ser sumariada como segue:

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal, relativas a recolhimento de PIS/COFINS, e IRPJ/CSLL sobre receitas reconhecidas em ativos financeiros setoriais (CVA), oferecidas à tributação no período de apuração em que foram verificadas as diferenças positivas e registradas na escrituração contábil.

Na Controladora há a Execução Fiscal nº 5001246-22.2023.4.04.7200 no valor de R\$25,8 milhões e a Execução Fiscal nº 5005443-54.2022.4.04.7200 no valor de R\$28,0 milhões, proposta pela União, que objetiva a cobrança de tributos diversos. A Companhia apresentou Embargos à Execução, com a apresentação de seguro-garantia judicial, efetuou o pagamento parcial do valor executado e após a realização de perícia contábil, o processo aguarda sentença.

Há, ainda, o registro de contingência tributária, na Celesc D, referente à Execução Fiscal nº 5010816-95.2024.4.04.7200, no valor de R\$246,1 milhões.

Notas Explicativas

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidentes, processos licitatórios e outras.

Como valores mais relevantes temos o registro dos objetos envolvendo danos na perda de produções de fumicultores em torno de R\$74,6 milhões, tem-se R\$5,4 milhões relacionados a forma de correção de parcelamentos concedidos pela Celesc D, R\$76,8 milhões de danos morais/materiais e ações de ressarcimento para seguradoras em torno de R\$45,6 milhões.

iv) Contingências Regulatórias

Referem-se a processos administrativos punitivos instaurados por órgãos reguladores e fiscalizadores, notadamente ANEEL e CCEE, que podem resultar na aplicação de multas por supostas transgressões contratuais ou regulatórias. Atualmente, a Companhia contesta tais penalidades na esfera judicial.

Adicionalmente, compõem este grupo as ações judiciais em que a Companhia discute a aplicação da regulação setorial junto a outros agentes institucionais e setoriais (como ONS, EPE, MME e demais concessionárias).

A Celesc D, por intermédio da ABRADÉE, é parte em Mandado de Segurança Coletivo visando afastar dispositivos da Resolução Normativa ANEEL nº 888/2020, posteriormente consolidada na REN nº 1.000/2021, que limitam ou impedem a cobrança pelo serviço de arrecadação da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP.

Atualmente, encontra-se vigente decisão liminar que suspende os efeitos das referidas normas, permitindo a manutenção da cobrança acima do limite de 1% previsto. Caso a liminar seja cassada, poderá haver obrigação de limitar a cobrança e/ou restituir aos municípios valores recebidos acima do percentual autorizado, independentemente de parte desses valores ter sido revertida à modicidade tarifária.

v) Contingências Ambientais

Estão relacionadas a contingências ambientais administrativas e judiciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, constituídas em sua maioria por questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes.

30. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, as obrigações atuariais dos planos de benefício a empregados são mensuradas com base em premissas atuariais e financeiras que refletem as melhores estimativas de mercado na data do encerramento das demonstrações financeiras.

As informações referentes aos planos encontram-se divulgadas na Nota Explicativa nº 29 das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas de 31 de dezembro de 2025.

Notas Explicativas

Obrigações Registradas	30.06.2026	31.12.2025
Planos Previdenciários	381.196	385.504
Plano Misto e Plano Transitório	381.196	385.504
Planos Assistenciais	1.345.469	1.347.870
Plano Celos Saúde	1.289.245	1.292.218
Outros Benefícios	56.224	55.652
Total	1.726.665	1.733.374
Circulante	153.963	153.963
Não Circulante	1.572.702	1.579.411

A Celesc D é Patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a administração de planos de benefícios previdenciários para os seus participantes, representados basicamente pelos empregados da Celesc D.

31. PIS/COFINS A RESTITUIR A CONSUMIDORES

31.1. Processo 5006834-93.2012.4.04.7200 – 1ª ação judicial de Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS

Em 1º de abril de 2019, a Celesc D obteve decisão judicial favorável, que garantiu o direito de recuperação de valores pagos a maior de PIS/COFINS, decorrentes da inclusão indevida do ICMS na base de cálculo, referente ao período de abril de 2007 a dezembro de 2014. Os valores foram registrados contabilmente como Ativo – Tributos a Recuperar e Passivo – PIS/COFINS a Restituir aos Consumidores, considerando que a devolução ocorreria via mecanismos tarifários a serem definidos pela ANEEL.

Em 2021, a Companhia realizou devoluções provisórias aos consumidores no montante de R\$795,0 milhões. No Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2022, após a publicação da Lei nº 14.385/2022, foram repassados R\$806,3 milhões, resultando em redução de 8,32% na tarifa.

A metodologia de atualização utilizada pela ANEEL divergiu da regra tributária aplicada pela Companhia, que considerou a legislação vigente para atualização dos valores, chegando a R\$1.573,4 milhões. A diferença de R\$27,9 milhões foi registrada como Outros Passivos – PIS/COFINS a Restituir aos Consumidores em contrapartida ao Passivo Financeiro – CVA, ambos no passivo circulante, considerando que a Companhia entendia os valores como indevidamente atualizados e descontados no RTA de 2022.

Em 22 de julho de 2025, por meio do Despacho nº 2.203, a ANEEL validou sua metodologia de atualização, determinando que os valores de PIS/COFINS a serem devolvidos aos consumidores deveriam ser corrigidos com base em juros compostos, conforme os Submódulos 4.4 e 4.4A do PRORET, e não pela metodologia da Receita Federal.

31.2. Processo 5006834-93.2012.4.04.7200 – 2ª ação judicial de Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/COFINS

Em relação à segunda ação judicial sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, o pedido de habilitação indicou crédito atualizado de R\$1,08 bilhão. A Celesc D iniciou os processos de compensação tributária dessa ação em fevereiro de 2023.

Conforme a Lei nº 14.385/2022, parte dos valores foi considerada para devolução aos consumidores no Reajuste Tarifário Anual (RTA) de agosto de 2023, resultando em repasse de R\$ 807,6 milhões e efeito redutor de 7,02% na tarifa. Houve divergência, novamente, na atualização financeira dos créditos entre a Companhia e a ANEEL, levando ao registro de R\$25,5 milhões em Outros Passivos – PIS/COFINS a Restituir aos Consumidores.

Com a publicação do Despacho nº 2.203/2025, que consolidou a metodologia de atualização da ANEEL, a Companhia reconheceu em junho de 2025 a diferença de atualização financeira das duas ações como despesa financeira, no montante de R\$53,4 milhões.

A Companhia seguirá avaliando os impactos da referida decisão, inclusive em relação às demais obrigações operacionais correlatas, com o suporte de seus assessores legais.

Notas Explicativas**31.3. Decisão do STF na ADI 7324**

Em 14 de agosto de 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7324 (ADI 7324), na qual se discutia a constitucionalidade da Lei nº 14.385/2022. Essa lei atribui à ANEEL a competência para definir o procedimento de repasse, aos consumidores finais, dos valores pagos a mais pelas distribuidoras em virtude da inclusão indevida do ICMS na base de cálculo das contribuições ao PIS/COFINS. O respectivo acórdão foi publicado em 10 de dezembro de 2025.

No Acórdão, o STF determinou a observância de prazo de 10 anos, contados a partir da efetiva restituição do indébito às distribuidoras ou da homologação definitiva da compensação por elas realizada; a possibilidade de dedução dos tributos incidentes sobre a restituição, bem como dos honorários específicos despendidos pelas concessionárias, com o objetivo de viabilizar a repetição do indébito; e que o recebimento em boa-fé de valores pagos a maior pelo usuário consumidor não será objeto de repetição.

Apesar da publicação do Acórdão, permanecem questões pendentes a serem dirimidas pelo STF, especialmente contradições relativas ao julgamento dos Ministros e à aplicação do prazo prescricional. Em razão disso, a ABRADÉE apresentou recurso de embargos de declaração, que poderá ainda suscitar decisões adicionais no âmbito da ADI 7324.

Diante do exposto, a Companhia entende que não existem elementos suficientes para alterar os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. A Celesc D permanece acompanhando os desdobramentos da medida judicial.

32. OUTROS PASSIVOS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Cosip	-	-	69.969	66.304
Créditos a Compensar com Consumidor (i)	-	-	19.929	9.553
Faturas de Energia Pagas em Duplicidade	-	-	14.553	12.304
Partes Relacionadas/Celos	97	-	13.335	25
Partes Relacionadas/Governo de SC	-	-	1.306	178
Contrato Convênios	-	-	13.132	14.248
Energia injetada GD	-	-	50.585	56.766
Créditos de ICMS em Processo de Pagamento	-	-	7.303	10.581
Bônus Escassez Hídrica	-	-	800	824
Penalidade DIC/FIC	-	-	818	794
Acionistas	205	205	205	205
Cauções em Garantia	131	106	244	194
Obrigações com Empregados	-	50	173	102
Contrato Cobrança Serviços Terceiros	278	139	278	139
Empregados à Disposição	1.019	2.781	-	-
Outros	166	320	8.128	4.156
Total	1.896	3.601	200.758	176.373
Circulante	1.896	3.601	194.764	176.373
Não Circulante	-	-	5.994	-

(i) O aumento no saldo na Créditos a Compensar com Consumidor é decorrente do reprocessamento da arrecadação das faturas.

33. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**33.1. Capital Social**

O Capital Social Autorizado e Integralizado no Estatuto Social da Companhia é de R\$2,6 bilhões, representado por 38.571.591 ações nominativas sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais sem direito a voto.

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de acionistas, ocorrida em 30 de abril de 2026, aprovou a proposta para aumento do capital social integralizado da Companhia em R\$120,0 milhões, com a utilização de parte da reserva de retenção de lucros de exercícios anteriores, ratificando a deliberação do Conselho de Administração em reunião do dia 19 de março de 2026.



Notas Explicativas

As ações preferenciais receberão, com prioridade, o pagamento do dividendo mínimo, não cumulativo, de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, calculado proporcionalmente à sua participação no capital social, pagando-se, em seguida às ordinárias, respeitado o mesmo critério de proporcionalidade destas espécies e classes de ações no capital social.

Às ações preferenciais é assegurado o direito de receber, prioritariamente, o reembolso de capital, no caso de dissolução da Companhia, sem prêmio.

33.2. Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de Retenção de Lucros se refere à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia, conforme Orçamento de Capital proposto e aprovado pelos administradores, deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas.

O saldo da reserva de retenção de lucros, com a destinação feita pelo resultado apurado no exercício de 2025, ultrapassou seu limite legal estabelecido no artigo 199 da Lei nº 6.404/76. Em conformidade com a própria legislação, a Companhia submeteu uma proposta de integralização do capital social com parte dessa reserva para ser apreciada pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 30 de abril de 2026. A proposta foi aprovada, regularizando a desconformidade mencionada.

33.3. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O valor do provento referente ao primeiro semestre de 2026, por tipo de ação, está demonstrado a seguir:

Período	Tipo		Valor do Provento por Ação*	Total Distribuído por Tipo de Provento	Valor Total
30.06.2026	DIV	ON	0,000000000		
		PN	0,000000000	-	
	JCP	ON	5,758898580	235.401	235.401
		PN	6,334788437		
			IR	(23.204)	
			JCP líquido de IR	212.197	

*Expresso em R\$.

O valor do provento referente ao primeiro semestre de 2025, por tipo de ação, está demonstrado a seguir:

Período	Tipo		Valor do Provento por Ação*	Total Distribuído por Tipo de Provento	Valor Total
30.06.2025	DIV	ON	0,000000000		
		PN	0,000000000	-	
	JCP	ON	2,906276303	118.797	118.797
		PN	3,196903933		
			IR	(10.032)	
			JCP líquido de IR	108.765	

*Expresso em R\$.

33.4. Composição do Resultado Básico e Diluído

O cálculo do resultado por ação básico e diluído em 30 de junho de 2026 e de 2025 foi baseado no lucro líquido do exercício e no número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados.

Os dividendos serão distribuídos obedecida a seguinte ordem:

- o dividendo anual mínimo assegurado às ações preferenciais;
- o dividendo às ações ordinárias, até um percentual igual àquele assegurado às ações preferenciais.

Notas Explicativas

Uma vez distribuídos os dividendos previstos, as ações preferenciais concorrerão em igualdade com ações ordinárias na eventual distribuição de dividendos adicionais. As ações preferenciais recebem pelo menos 10% a mais do que o atribuído a cada ação ordinária no recebimento de dividendo.

Em 30 de junho de 2026 e de 2025, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações e não havia instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

Descrição	30.06.2026	30.06.2025
Média Ponderada de Ações (milhares)		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	15.527	15.527
Ações Preferenciais Nominativas – PN	23.044	23.044
Resultado Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	207.694	152.390
Ações Preferenciais Nominativas – PN	339.072	248.784
Total do Lucro Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia	546.766	401.174
Lucro por Ação Diluído		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	13,3762	9,8144
Ações Preferenciais Nominativas – PN	14,7138	10,7958

33.5. Juros sobre Capital Próprio

A Companhia optou, em 30 de junho 2026, por deliberar Juros sobre Capital Próprio intermediários, de forma trimestral, cujas aprovações estão demonstradas na tabela a seguir:

Descrição	Aprovação no Conselho de Administração	Valor Bruto	Consolidado
			Valor Líquido de Imposto de Renda
1º Trimestre	19.03.2026	77.617	69.969
2º Trimestre	22.06.2026	157.784	142.228
Total		235.401	212.197

Os Juros sobre Capital Próprio deliberados tiveram incidência de imposto de renda, conforme legislação aplicável, não sofreram atualização monetária, serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios e deverão ser pagos em duas parcelas, de acordo com a Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, sendo a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de 2027.

33.6. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O efeito desse grupo no Patrimônio Líquido é de R\$1,23 bilhão, em 30 de junho de 2026, e R\$1,23 bilhão, em 31 de dezembro de 2025, composto da seguinte forma:

Descrição	30.06.2026	Consolidado
		31.12.2025
Custo Atribuído – Celesc G (a)	11.509	11.782
Ajuste Benefícios a Empregados – Celesc D (b)	(1.106.177)	(1.106.177)
Ajuste Valor Justo Outros Resultados Abrangentes (c)	(137.261)	(137.261)
Total	(1.231.929)	(1.231.656)

a) O custo atribuído, mensurado ao valor justo na data da adoção inicial dos CPCs em 2009, foi reconhecido no ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, em contrapartida ao ativo imobilizado. A sua realização é registrada em contrapartida à conta lucros acumulados na medida em que a depreciação do valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

b) Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes – ajuste de avaliação patrimonial.

c) Ajuste a valor justo do investimento temporário na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan, avaliado por meio de outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas**34. RECEITAS E DESPESAS****34.1. Receita Operacional Líquida Consolidada****34.1.1. Conciliação da Receita Operacional Líquida com a Receita Operacional Bruta**

- Fornecimento de Energia Elétrica – Destina-se à contabilização da receita faturada e não faturada correspondente ao fornecimento de energia elétrica, assim como dos ajustes e adicionais específicos.
- Suprimento de Energia Elétrica – Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica ao revendedor, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e comercializado no Ambiente de Contratação Livre – ACL, bem como dos ajustes e adicionais específicos. A Celesc G, além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia a consumidores livres no mercado livre – ACL.
- Disponibilização da Rede Elétrica – São contabilizadas as receitas derivadas da disponibilização do sistema de distribuição pela Celesc D por meio de suas atividades.
- Energia de Curto Prazo – É um segmento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, no qual são contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas para posterior liquidação financeira no Mercado de Curto Prazo e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.
- Receita de Construção – Refere-se à contabilização da receita de construção de infraestrutura proveniente dos ativos de contratos de concessão da Celesc D, a qual é reconhecida tomando como base a proporção do plano de investimento da concessionária. No resultado, ele é anulado pelo custo de construção, não havendo margem de construção.
- Doações e Subvenções - São reconhecidas conforme a essência dos contratos e/ou convênios aplicáveis. O valor repassado pela Eletrobras é referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os montantes da receita contabilizada, no primeiro semestre de 2026, foram de R\$307,9 milhões como Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013), R\$30,0 milhões como Programa de Baixa Renda, R\$27,1 milhões como fornecimento de Bandeiras CCRBT, e R\$61,1 milhões, como diferença de reembolso CDE (efeito positivo). No primeiro semestre de 2025, esses montantes foram de R\$296,8 milhões, R\$21,8 milhões, R\$25,6 milhões e R\$26,0 milhões, respectivamente.
- Outras Receitas Operacionais – Proveniente da atualização do ativo financeiro indenizável pelo IPCA.

Notas Explicativas

Descrição	Consolidado			
	Trimestre	Acumulado do	Trimestre	Acumulado do
	Atual	Período	Atual	Período
	01.04.2026	01.01.2026	01.04.2025	01.01.2025
	a	a	a	a
	30.06.2026	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2025
Receita Operacional Bruta – ROB	4.910.400	10.461.560	4.448.078	9.079.034
Fornecimento de Energia Elétrica (NE 34.1.2)	1.714.186	3.658.297	1.694.143	3.655.458
Fornecimento não faturado (NE 34.1.2)	41.305	59.351	(112.175)	(56.916)
Suprimento de Energia Elétrica (NE 34.1.2)	63.472	130.693	68.374	123.948
Suprimento não faturado (NE 34.1.2)	(1.259)	(486)	(28)	(1.951)
Disponibilização da Rede Elétrica	2.253.513	4.797.508	1.894.112	3.995.087
Valo Justo do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	19.944	34.911	8.109	21.941
Receita Financeira	24.111	50.327	20.759	46.807
Renda de Prestação de Serviços	156	320	10	14
Energia Elétrica de Curto Prazo	92.943	273.565	84.528	222.129
Receita de Ativo/(Passivo) Financeiro Setorial	256.563	449.963	337.257	185.768
Outras Receitas Operacionais	1.758	3.651	478	978
Doações e Subvenções	214.437	426.128	183.645	378.492
Receita de Construção	226.594	571.859	268.692	507.041
Arrendamentos e Aluguéis UFV	2.677	5.473	174	238
Deduções da Receita Operacional Bruta	(1.910.767)	(3.963.180)	(1.548.536)	(3.201.961)
ICMS	(659.430)	(1.409.703)	(577.360)	(1.251.397)
PIS	(67.430)	(142.329)	(59.834)	(120.898)
COFINS	(310.589)	(655.577)	(275.598)	(556.863)
ISS	(8)	(16)	(1)	(1)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(842.594)	(1.685.188)	(606.505)	(1.213.010)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(13.812)	(29.565)	(13.206)	(26.898)
Programa Eficiência Energética – PEE	(13.478)	(28.890)	(12.885)	(26.256)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(3.014)	(6.028)	(2.799)	(5.598)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	(413)	(986)	(348)	(1.040)
Outros Encargos	1	(4.898)	-	-
Receita Operacional Líquida – ROL	2.999.633	6.498.380	2.899.542	5.877.073

34.1.2. Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica por Tipo de Consumidor

Descrição	Consolidado					
	Número de Consumidores		MWh		Receita Bruta	
	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Residencial	2.879.397	2.805.913	4.499.145	4.350.289	2.005.359	1.862.837
Industrial	140.755	141.842	6.076.758	5.982.636	419.632	416.160
Comercial	346.595	338.766	2.843.179	2.882.800	820.411	867.317
Rural	198.901	206.007	490.696	536.402	196.023	209.479
Poder Público	27.965	27.126	282.452	274.463	128.996	113.371
Iluminação Pública	2.114	1.504	289.827	297.673	83.559	63.521
Serviço Público	4.988	4.544	243.652	244.089	63.668	65.857
Total do Fornecimento	3.600.715	3.525.702	14.725.709	14.568.352	3.717.648	3.598.542
Suprimento de Energia	172	181	1.277.898	1.490.613	130.207	121.997
Total*	3.600.887	3.525.883	16.003.607	16.058.965	3.847.855	3.720.539

* Excluído o consumo próprio.

Notas Explicativas**34.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas**

Descrição	Consolidado			
	Trimestre Atual	Acumulado do Período	Trimestre Atual	Acumulado do Período
	01.04.2026 a 30.06.2026	01.01.2026 a 30.06.2026	01.04.2025 a 30.06.2025	01.01.2025 a 30.06.2025
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda (a)	1.375.445	3.044.348	1.355.047	2.754.645
Encargos de Uso da Rede Elétrica (b)	554.005	1.122.777	508.570	992.517
Ganho Alienação Bens e Direitos Mant. Venda	94	94	(7.569)	(7.569)
Pessoal (c)	207.539	489.108	198.440	392.647
Administradores	6.167	8.948	4.802	7.533
Despesa Atuarial	31.480	62.961	36.564	73.127
Entidade de Previdência Privada (c)	8.950	18.606	8.851	17.633
Material	17.586	35.561	14.392	30.036
Custo de Construção	226.594	571.859	268.692	507.041
Custos e Serviços de Terceiros	95.196	186.895	94.338	173.349
Depreciação e Amortização	104.028	206.414	94.433	185.632
Provisões Líquidas	58.809	112.829	56.179	118.502
Doações, Contribuições e Subvenções	-	25	-	20
Arrendamento e Aluguéis	2.645	4.847	1.638	4.122
Compartilhamento de Infraestrutura (d)	(84.365)	(162.569)	(73.551)	(148.764)
Taxa Arrecadação de Convênio (e)	(4.601)	(24.278)	(24.103)	(35.387)
Outras (Receitas)/Despesas	(28.690)	(27.750)	27.065	34.196
Total	2.570.882	5.650.675	2.563.788	5.099.280

a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Descrição	Consolidado			
	Trimestre Atual	Acumulado do Período	Trimestre Atual	Acumulado do Período
	01.04.2026 a 30.06.2026	01.01.2026 a 30.06.2026	01.04.2025 a 30.06.2025	01.01.2025 a 30.06.2025
Compra de Energia Nuclear - Angra 1 e 2	99	99	-	-
Compra de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR	908.732	1.913.421	833.707	1.586.261
Itaipu Binacional	206.969	378.721	240.507	421.439
Contratos Bilaterais	134.398	535.664	(7.392)	265.218
Cotas de Energia Nuclear	37.438	103.584	57.155	105.567
Cotas de Garantia Física	132.043	248.207	131.220	264.123
Energia Injetada GD	(2.563)	(6.181)	-	-
Demais Compras de Energia	19.996	24.814	146.252	210.078
Proinfa	74.255	148.511	86.747	173.494
PIS/COFINS	(135.922)	(302.492)	(133.149)	(271.535)
Total	1.375.445	3.044.348	1.355.047	2.754.645

A compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD – Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

Em termos médios, o PLD atingiu R\$295,04 no primeiro semestre de 2026, frente à média de R\$193,85 registrada no mesmo período de 2025, contribuindo para o aumento dos custos de aquisição de energia, dado que no primeiro trimestre do ano ocorre exposição ao mercado de curto prazo em razão do perfil da curva de carga apresentar maior consumo no período de verão. Esse movimento é compensado nos demais trimestres, onde a Distribuidora passa a apresentar montante contratual maior que o consumo.

Notas Explicativas**b) Encargos de Uso da Rede Elétrica**

Descrição	Consolidado			
	Trimestre Atual	Acumulado do Período	Trimestre Atual	Acumulado do Período
	01.04.2026 a 30.06.2026	01.01.2026 a 30.06.2026	01.04.2025 a 30.06.2025	01.01.2025 a 30.06.2025
Encargo de Uso do Sistema	476.760	952.638	416.498	827.596
Encargos dos Serviços do Sistema – ESS (i)	(7.196)	4.139	530	7.975
Encargos de Transporte de Itaipu (ii)	31.334	61.026	26.461	50.856
Encargo de Energia de Reserva – EER (iii)	109.576	219.417	116.918	207.255
PIS/COFINS	(56.469)	(114.443)	(51.837)	(101.165)
Total	554.005	1.122.777	508.570	992.517

(i) O ESS é um encargo setorial que representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Sua gestão fica a cargo da CCEE.

(ii) É um custo regulado pela ANEEL que cobre as despesas de transporte da energia gerada na Usina Binacional de Itaipu até as subestações das distribuidoras no Sistema Interligado Nacional (SIN).

(iii) Custeio da contratação de energia extra (reserva) para garantir a segurança e confiabilidade do SIN, funcionando como um "seguro" contra crises hídricas e alto consumo, evitando racionamentos.

c) Pessoal e Previdência Privada

Descrição	Controladora			
	Trimestre Atual	Acumulado do Período	Trimestre Atual	Acumulado do Período
	01.04.2026 a 30.06.2026	01.01.2026 a 30.06.2026	01.04.2025 a 30.06.2025	01.01.2025 a 30.06.2025
Pessoal	2.619	5.067	2.631	5.205
Remunerações	2.505	4.787	2.509	4.927
Encargos Sociais	91	183	73	146
Provisões e Indenizações	-	31	19	49
Outros	23	66	30	83
Previdência Privada – CELOS	-	-	6	12
Total	2.619	5.067	2.637	5.217

Descrição	Consolidado			
	Trimestre Atual	Acumulado do Período	Trimestre Atual	Acumulado do Período
	01.04.2026 a 30.06.2026	01.01.2026 a 30.06.2026	01.04.2025 a 30.06.2025	01.01.2025 a 30.06.2025
Pessoal	207.539	489.108	198.440	392.647
Remunerações	94.277	190.343	94.687	187.991
Encargos Sociais	35.075	74.556	34.694	71.669
Participação nos Lucros e Resultados	19.129	29.025	10.254	20.503
Benefícios Assistenciais	32.435	70.280	30.663	62.471
Provisões e Indenizações	26.579	124.786	28.081	49.877
Outros	44	118	61	136
Previdência Privada – CELOS	8.950	18.606	8.851	17.633
Total	216.489	507.714	207.291	410.280

d) Compartilhamento de Infraestrutura

Refere-se à utilização de pontos de fixação nos postes da Celesc D, realizada por terceiros, para a prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, tais como telefonia, internet, TV a cabo e outros.

e) Taxa Arrecadação de Convênio

A Celesc mantém convênios com entes públicos e privados para a arrecadação de valores de terceiros por meio das faturas de energia elétrica. Em contrapartida, recebe uma taxa de arrecadação destinada a remunerar os custos administrativos e operacionais do serviço prestado.

Notas Explicativas**34.3. Resultado Financeiro**

Descrição	Controladora		Controladora	
	Trimestre Atual	Acumulado do Período	Trimestre Atual	Acumulado do Período
	01.04.2026 a 30.06.2026	01.01.2026 a 30.06.2026	01.04.2025 a 30.06.2025	01.01.2025 a 30.06.2025
Receitas Financeiras	(3.265)	(6.547)	23	(286)
Renda de Aplicações Financeiras	2.397	4.990	3.609	6.551
Renda de Dividendos e JCP	352	352	567	567
Variações Monetárias	156	156	-	-
Juros s/ Depósitos Judiciais	1.213	2.620	1.705	3.719
Outras Receitas Financeiras	1.048	2.152	1.371	2.673
(-) PIS/COFINS s/ JCP	(8.250)	(16.443)	(6.962)	(13.299)
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(181)	(374)	(267)	(497)
Despesas Financeiras	(272)	(477)	(140)	(642)
Atualização Monetárias para Litígios	(59)	(154)	(111)	(567)
Juros de Aluguéis a Pagar (CPC 06)	(3)	(7)	(2)	(6)
Outras Despesas Financeiras	(210)	(316)	(27)	(69)
Resultado Financeiro	(3.537)	(7.024)	(117)	(928)

Descrição	Consolidado		Consolidado	
	Trimestre Atual	Acumulado do Período	Trimestre Atual	Acumulado do Período
	01.04.2026 a 30.06.2026	01.01.2026 a 30.06.2026	01.04.2025 a 30.06.2025	01.01.2025 a 30.06.2025
Receitas Financeiras	257.051	491.453	203.041	375.863
Renda de Aplicações Financeiras	9.824	20.396	21.697	45.724
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia Elétrica	61.711	105.063	39.453	78.259
Renda de Dividendos	352	352	567	567
Variações Monetárias (i)	24.018	24.393	1.825	2.449
Atualização Monetária s/ Ativos Financeiros Setoriais	53.128	91.585	17.716	34.316
Receita de Derivativos (NE 25)	20.311	80.035	63.119	79.960
Juros s/ Depósitos Judiciais	7.326	14.836	7.961	15.587
Marcação a Mercado (MTM)	71.368	139.341	46.941	111.683
Atualização Tributo Recuperar Exclusão ICMS	7.461	15.721	9.984	19.948
PIS/COFINS	18.302	30.438	5.557	10.179
Outras Receitas Financeiras	(8.250)	(16.443)	(6.962)	(13.299)
(-) PIS/COFINS s/ JCP	(8.500)	(14.264)	(4.817)	(9.510)
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira				
Despesas Financeiras	(308.590)	(641.120)	(362.853)	(616.940)
Encargos de Dívidas	(72.530)	(134.185)	(69.226)	(131.633)
Imposto s/ Operações Financeiras – IOF	(3.585)	(7.621)	(4.401)	(7.295)
Variações Monetárias	(111.157)	(219.931)	(68.764)	(148.396)
Atualização Monetárias para Litígios	(3.324)	(6.218)	(2.953)	(8.509)
Atualização P&D e Eficiência Energética	(3.474)	(6.190)	(2.476)	(4.773)
Marcação a Mercado (MTM)	(34.134)	(97.313)	(79.284)	(138.131)
Despesa com Derivativos (NE 25)	(51.457)	(116.583)	(39.736)	(50.681)
Atualização Monetária s/ Passivos Financeiros	(17.884)	(31.171)	(27.011)	(46.440)
Atualização Valor Devolver Consumidor Exclusão	(7.294)	(14.618)	(63.079)	(72.090)
ICMS PIS/COFINS				
Juros e Custas com Debêntures	(2.153)	(4.245)	(2.266)	(4.854)
Juros de Aluguéis a Pagar (CPC 06)	(414)	(706)	(292)	(469)
Outras Despesas Financeiras	(1.184)	(2.339)	(3.365)	(3.669)
Resultado Financeiro	(51.539)	(149.667)	(159.812)	(241.077)

(i) Em junho de 2026, foi reconhecido na receita de variações monetárias o montante de R\$20,9 milhões, na Celesc D, referente a atualização do crédito previdenciário decorrente da decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Recurso Especial nº 1.230.957, que reconheceu a inexigibilidade das contribuições previdenciárias incidentes sobre o terço constitucional de férias, o abono pecuniário de férias e os primeiros 15 dias de afastamento por incapacidade, abrangendo a contribuição patronal, o SAT/RAT e as contribuições destinadas a terceiros. O crédito tributário reconhecido totaliza aproximadamente R\$44,0 milhões, incluindo o valor principal e sua respectiva atualização monetária.

35. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são as atividades de negócios que geram receitas e incorrem em despesas. Os resultados operacionais são mensalmente revistos pela Administração da Companhia e das controladas,

Notas Explicativas

responsáveis pela alocação de recursos, pela Avaliação de Desempenho e aderência ao plano diretor do Grupo.

O acompanhamento do desempenho de cada segmento tem como base as informações derivadas dos registros contábeis.

Até 30 de junho de 2026, as vendas foram realizadas exclusivamente em território brasileiro e todos os ativos estão localizados em território nacional. Não foi identificado cliente da Companhia ou de suas controladas que seja responsável, individualmente, por mais de 10% da receita líquida total registrada.

A controladora Celesc, tem a estrutura de *Holding*, cujas atribuições são controlar e gerenciar a participação em outras empresas. Além disso, ela executa a prestação de serviço de arrecadação de convênios nas faturas de energia.

Em 30 de junho de 2026 e de 2025, as informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração, são as seguintes:

a) Distribuição de energia – A Celesc D tem como atribuição prestar serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos;

b) Geração de energia – A Celesc G tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulica e solar.

	Segmentos Reportáveis			30.06.2026	
Descrição	Celesc D	Celesc G	Controladora	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida – ROL	6.374.740	129.635	-	(5.995)	6.498.380
Custo das Vendas	(5.125.474)	(37.066)	-	5.995 (i)	(5.156.545)
Depreciação e Amortização	(169.520)	(5.493)	-	-	(175.013)
Resultado Operacional Bruto	1.079.746	87.076	-	-	1.166.822
Despesas com Vendas	(134.289)	(4)	-	-	(134.293)
Despesas Gerais e Administrativas	(315.301)	(13.871)	(18.494)	-	(347.666)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	158.044	(763)	5.561	-	162.842
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	2.310	566.723	(542.637) (ii)	26.396
Resultado das Atividades	788.200	74.748	553.790	(542.637)	874.101
Receitas Financeiras	495.440	11.293	(6.547)	(8.733) (iii)	491.453
Despesas Financeiras	(645.969)	(3.407)	(477)	8.733 (iii)	(641.120)
Resultado Financeiro Líquido	(150.529)	7.886	(7.024)	-	(149.667)
Lucro Antes IRPJ e CSLL	637.671	82.634	546.766	(542.637)	724.434
IRPJ e CSLL	(150.376)	(27.292)	-	-	(177.668)
Lucro Líquido do Período	487.295	55.342	546.766	(542.637)	546.766
Total dos Ativos	13.538.346	1.054.461	4.636.091		
Total dos Passivos	10.540.077	230.274	407.913		



Notas Explicativas

	Segmentos Reportáveis			30.06.2025	
Descrição	Celesc D	Celesc G	Controladora	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida – ROL	5.773.039	109.641	-	(5.607)	5.877.073
Custo das Vendas	(4.558.358)	(34.795)	-	5.607 (i)	(4.587.546)
Depreciação e Amortização	(152.687)	(2.512)	-	-	(155.199)
Resultado Operacional Bruto	1.061.994	72.334	-	-	1.134.328
Despesas com Vendas	(183.671)	(752)	-	-	(184.423)
Despesas Gerais e Administrativas	(308.731)	(13.630)	(17.431)	-	(339.792)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	153.193	7.272	7.215	-	167.680
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	4.458	413.246	(387.710) (ii)	29.994
Resultado das Atividades	722.785	69.682	403.030	(387.710)	807.787
Receitas Financeiras	369.866	8.027	(286)	(1.744) (iii)	375.863
Despesas Financeiras	(612.623)	(5.419)	(642)	1.744 (iii)	(616.940)
Resultado Financeiro, Líquido	(242.757)	2.608	(928)	-	(241.077)
Lucro Antes IRPJ e CSLL	480.028	72.290	402.102	(387.710)	566.710
IRPJ e CSLL	(141.562)	(23.046)	(928)	-	(165.536)
Lucro Líquido do Período	338.466	49.244	401.174	(387.710)	401.174
Total dos Ativos	11.581.262	1.011.362	4.158.687		
Total dos Passivos	8.977.438	199.111	282.223		

(i) Transações de compra e venda de energia entre a Celesc D e a Celesc G.

(ii) Equivalência patrimonial das subsidiárias integrais Celesc D e Celesc G.

(iii) Juros referentes ao contrato de mútuo celebrado entre a Celesc D e a Celesc G.

36. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DAS SUBSIDIÁRIAS

36.1. Celesc D

36.1.1. Balanço Patrimonial – Ativo

Ativo	30.06.2026	31.12.2025
Circulante	4.526.262	3.607.408
Caixa e Equivalentes de Caixa	393.115	309.869
Contas a Receber de Clientes	2.657.593	2.704.084
IRPJ e CSLL a Recuperar	268.966	105.855
Demais Tributos a Recuperar	243.286	205.220
Ativo Financeiro Setorial	579.742	-
Outros	383.560	282.380
Não Circulante	9.012.084	8.835.481
Realizável a Longo Prazo	3.799.168	3.823.747
Contas a Receber de Clientes	15.913	21.672
Tributos Diferidos	563.894	560.035
Tributos a Recuperar	256.978	301.537
Depósitos Judiciais	301.579	304.087
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	1.477.650	1.234.686
Ativo Financeiro Setorial	108.435	273.140
Ativo de Contrato	974.916	1.037.521
Instrumentos Financeiros Derivativos	74.940	69.258
Outros	24.863	21.811
Imobilizado	15.423	12.094
Intangível	5.197.493	4.999.640
Total do Ativo	13.538.346	12.442.889

Perdas Estimadas sobre Crédito de Liquidação Duvidosa - A PECLD sobre o total do contas a receber teve um aumento de 5,7%.

Ativo de Direito de Uso (Arrendamentos) – O aumento é decorrente da renovação do contrato de aluguel da frota em maio.

Ativo de contrato – Correspondem aos ativos de infraestrutura em curso, contabilizado ao custo e acrescido de encargos financeiros dos empréstimos vinculados. Foram aplicados em alta tensão: R\$70,8 milhões em linhas de distribuição; R\$66,9 milhões em subestações; R\$46,2 milhões no sistema de medição; investimentos em benfeitorias em terrenos e obras civis associadas à infraestrutura da rede; R\$43,8 milhões investidos em Tecnologia da Informação; R\$3,7 milhões destinados à aquisição de máquinas e equipamentos; R\$2,7 milhões aplicados na compra de novos veículos.

Ativo Financeiro Ind. Concessão e Ativo Intangível - Quando da conclusão da construção da infraestrutura

Notas Explicativas

e entrada em operação do ativo, os referidos ativos de contrato são bifurcados como Ativo Financeiro Indenizável e Intangível. O valor é decorrente dos investimentos realizados. Os bens bifurcados para ativo financeiro foram 6,0% inferiores a 2025, uma redução de R\$62,6 milhões. No Intangível o incremento foi de R\$197,9 milhões, correspondendo a 4,0% de aumento em relação a 2025.

Outros – Correspondem a diversos créditos e adiantamentos. Principalmente, ICMS Substituição Tributária – ST; reembolso CDE; Compartilhamento de Infraestrutura; Adiantamento do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA; despesas antecipadas de salário (R\$636,4 mil), férias (R\$1,6 milhão) e vale-alimentação (R\$8,0 milhões); Outros Créditos (multa contratual com fornecedores e danos causados por terceiros ao patrimônio da Companhia). No longo prazo, o valor de R\$24,0 milhões se refere a alienação de bens da distribuidora.

36.1.2. Balanço Patrimonial – Passivo

Passivo	30.06.2026	31.12.2025
Circulante	3.764.843	3.030.649
Fornecedores	986.303	997.854
Empréstimos Moeda Nacional	184.992	187.463
Empréstimos Moeda Estrangeira	103.329	106.857
Debêntures	783.332	170.095
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	233.916	226.541
IRPJ e CSLL a Recolher	156.148	17.657
Demais Tributos a Recolher	309.346	325.947
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	267.253	251.625
Taxas Regulamentares	55.656	71.023
Mútuos	121.911	113.334
Passivo de Arrendamento	5.975	2.673
Benefícios a Empregados	153.963	153.963
Passivos Financeiro Setorial	-	80.584
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	128.853	58.483
Instrumentos Financeiros Derivativos	80.107	90.607
Outros	193.759	175.943
Não Circulante	6.775.234	6.744.037
Empréstimos Moeda Nacional	1.071.118	399.583
Empréstimos Moeda Estrangeira	1.109.018	1.142.625
Debêntures	2.377.405	2.944.709
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	21.639	2.917
Taxas Regulamentares	104.125	81.217
Tributos a Recolher	15.123	15.123
Passivo de Arrendamento	10.441	10.250
Provisão para Contingências	274.498	298.548
Benefícios a Empregados	1.572.702	1.579.411
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	213.171	269.654
Outros	5.994	-
Patrimônio Líquido	2.998.269	2.668.203
Capital Social (i)	2.098.951	2.084.737
Reservas de Lucro	1.689.643	1.689.643
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(1.106.177)	(1.106.177)
Lucros Acumulados	315.852	-
Total do Passivo	13.538.346	12.442.889

Empréstimo (BID) - Atualização financeira da dívida.

Tributos a recolher (longo prazo) – O IR/CS são apurados por estimativas mensais e compensados com os tributos a recuperar apenas em dezembro.

Dividendos e JCP a pagar - Destinação de JCP (líquido de IR) em 2026 – R\$141,5 milhões.

Taxas Regulamentares – No curto prazo, a redução é relacionada ao Repasse à CCRBT (encargo da conta bandeira) que estava provisionado em dezembro/2025 e pago em janeiro/2026. No longo prazo, o aumento está relacionado a contabilização e atualização financeira do Programa de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Procel e a contabilização de R\$12,0 milhões de contrato de desempenho.

Contrato de mútuo – Contrato celebrado com a Celesc G no valor de R\$103,0 milhões + atualização de R\$19,0 despesa Financeira.

Notas Explicativas

PIS/COFINS a restituir a consumidores – Transferência de R\$70,4 milhões de Longo Prazo para Curto Prazo.

Outros Passivos - A variação do saldo é decorrente, principalmente dos contratos de Cosip (R\$70,0 milhões), cobrança de terceiros (R\$13,0 milhões), repasse à Celos (R\$13,2 milhões) e GD Injetada (R\$50,5 milhões).

Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias – Refere-se aos empregados desligados no Programa de Demissão Incentivada (PDI).

36.1.3. Demonstração de Resultados

Descrição	30.06.2026	30.06.2025
Receita Operacional Líquida – ROL	6.374.740	5.773.039
Receita Líquida de Vendas de Energia Elétrica	6.374.740	5.773.039
Custos de Vendas	(5.294.994)	(4.711.045)
Custo de Operação	(5.294.994)	(4.711.045)
Lucro Bruto	1.079.746	1.061.994
Despesas Operacionais	(291.546)	(339.209)
Despesas com Vendas	(54.910)	(56.392)
Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber	(79.379)	(127.279)
Despesas Gerais e Administrativas	(315.301)	(308.731)
Outras Receitas	197.849	176.194
Outras Despesas	(39.805)	(23.001)
Resultado antes do Resultado Financeiro	788.200	722.785
Resultado Financeiro	(150.529)	(242.757)
Receitas Financeiras	495.440	369.866
Despesas Financeiras	(645.969)	(612.623)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	637.671	480.028
IRPJ e CSLL	(150.376)	(141.562)
Corrente	(154.235)	(67.367)
Diferido	3.859	(74.195)
Lucro Líquido do Período	487.295	338.466

36.1.4. Receita Operacional

Descrição	30.06.2026	30.06.2025
Receita Operacional Bruta – ROB	10.324.535	8.963.375
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	3.639.208	3.638.852
Fornecimento Não Faturado (a)	56.784	(56.490)
Suprimento de Energia Elétrica (a)	75.702	74.067
Ativos e (Passivos) Financeiros Setoriais	449.963	185.768
Disponibilização da Rede Elétrica	4.800.739	3.997.674
Energia de Curto Prazo	265.590	215.052
Doações e Subvenções	426.128	378.492
Receita de Construção	571.859	507.041
Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	34.911	21.941
Outras Receitas Operacionais	3.651	978
Deduções da Receita Operacional Bruta	(3.949.795)	(3.190.336)
ICMS	(1.409.703)	(1.251.397)
PIS	(140.292)	(119.171)
COFINS	(646.192)	(548.906)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.685.188)	(1.213.010)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(28.890)	(26.256)
Programa Eficiência Energética – PEE	(28.890)	(26.256)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(5.742)	(5.340)
Outros Encargos	(4.898)	-
Receita Operacional Líquida – ROL	6.374.740	5.773.039

Fornecimento de energia – Apesar do reajuste tarifário de 13,53%, vigente a partir de agosto de 2025, a receita de fornecimento de energia apresentou crescimento de apenas 3,2% no período, refletindo, principalmente, a redução de 2,7% no consumo cativo.

O mercado cativo sem residencial (industrial, comercial, rural, suprimento e demais classes) tem tendência de queda histórica pela migração desses consumidores para o mercado livre. O mercado residencial depende do crescimento populacional e do clima. Em 2026, o verão teve temperaturas mais amenas em relação a 2025.

Notas Explicativas

A retração observada em 2026 reflete, majoritariamente, um efeito base elevado, decorrente do pico histórico registrado em 2025, especialmente no segmento residencial. Dessa forma, o movimento recente deve ser interpretado como uma normalização do consumo, e não como uma mudança estrutural de tendência.

Receita do suprimento de energia – Aumento de 28,6% na venda da energia como supridora.

Disponibilidade da rede – O aumento de 20,1% nesta conta está relacionado, principalmente, ao aumento de 2,7% do mercado de consumidores livres na sua área de concessão e ao reajuste tarifário de agosto de 2025. O mercado livre apresenta tendência histórica de crescimento, com o crescimento orgânico das unidades que já são livres e especialmente devido à migração de consumidores.

Energia de curto prazo – O acréscimo de 23,5% é decorrente do aumento no PLD.

No primeiro semestre de 2025, o PLD variou entre R\$59,21 e R\$332,56, enquanto, no mesmo período de 2026, os preços oscilaram entre R\$193,64 e R\$425,57.

Ativo (Passivo) Financeiro (constituição) – São os valores a serem descontados/devolvidos na tarifa do/ao consumidor no Reajuste Tarifário Anual - RTA

Receita de construção - Registrou crescimento de 12,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, refletindo a continuidade do plano de investimentos da companhia voltado à expansão do sistema elétrico, conforme previsto em seu orçamento de capital. O aumento foi concentrado principalmente no primeiro trimestre, em razão da antecipação de investimentos realizados até fevereiro, os quais serão considerados no 5º Ciclo da Revisão Tarifária Periódica (RTP), previsto para ocorrer em agosto.

Outras receitas operacionais – O aumento de 59,1% na receita de VNR é proveniente da atualização, pelo IPCA, do ativo financeiro indenizável. O ativo financeiro indenizável (no ativo) cresceu em torno de 19,7%, considerando fechamento de obras/bifurcação/atualização financeira.

a) Receita de Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica por Tipo de Consumidor

A composição da Receita Bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores		MWh		Receita Bruta	
	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Residencial	2.879.397	2.805.913	4.499.145	4.350.289	2.005.359	1.862.837
Industrial	140.704	141.818	5.994.241	5.916.356	400.768	404.870
Comercial	346.565	338.758	2.831.386	2.859.319	817.619	862.427
Rural	198.901	206.007	490.696	536.402	196.023	209.479
Poder Público	27.965	27.126	282.452	274.463	128.996	113.371
Iluminação Pública	2.114	1.504	289.827	297.673	83.559	63.521
Serviço Público	4.988	4.544	243.652	244.089	63.668	65.857
Total do Fornecimento	3.600.634	3.525.670	14.631.399	14.478.591	3.695.992	3.582.362
Suprimento de Energia	76	89	952.800	1.179.752	75.702	74.067
Total	3.600.710	3.525.759	15.584.199	15.658.343	3.771.694	3.656.429



Notas Explicativas

36.1.5. Custos e Despesas Operacionais

30.06.2026						
Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Perdas Estimadas em Liquidação de Crédito	Outras Despesas ou Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	3.019.681	-	-	-	-	3.019.681
Encargo de Uso da Rede Elétrica	1.122.777	-	-	-	-	1.122.777
Pessoal (i)	271.116	186.021	14.448	-	887	472.472
Despesa Atuarial	-	62.961	-	-	-	62.961
Entidade Previdência Privada	10.765	7.314	527	-	-	18.606
Material	23.683	4.764	-	-	6.248	34.695
Custo de Construção	571.859	-	-	-	-	571.859
Serviços de Terceiros	88.848	53.196	35.133	-	289	177.466
Depreciação e Amortização	169.520	29.905	50	-	-	199.475
Provisões Líquidas	-	-	-	79.379	30.366	109.745
Recuperação de Despesas	(5.179)	(42.543)	(5.994)	-	-	(53.716)
Taxa de Arrecadação de Convênios	-	-	-	-	(27.349)	(27.349)
Compartilhamento Infraestrutura	-	-	-	-	(162.569)	(162.569)
Outros	21.924	13.683	10.746	-	(5.916)	40.437
Total	5.294.994	315.301	54.910	79.379	(158.044)	5.586.540

(i) Pessoal - Esse aumento se refere a contabilização do novo Plano de Desligamento Incentivado (PDI), no montante de R\$83,2 milhões reconhecidos em fevereiro de 2026.

30.06.2025						
Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Perdas Estimadas em Liquidação de Crédito	Outras Despesas ou Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/Revenda	2.733.355	-	-	-	-	2.733.355
Encargo de Uso da Rede Elétrica	992.517	-	-	-	-	992.517
Pessoal	213.066	147.225	15.030	-	901	376.222
Despesa Atuarial	-	73.127	-	-	-	73.127
Entidade Previdência Privada	10.082	6.981	558	-	-	17.621
Material	17.608	4.189	-	-	7.673	29.470
Custo de Construção	507.041	-	-	-	-	507.041
Serviços de Terceiros	76.719	52.283	32.523	-	308	161.833
Depreciação e Amortização	152.687	28.992	51	-	-	181.730
Provisões Líquidas	-	-	-	127.279	11.855	139.134
Recuperação de Despesas	(9.958)	(17.809)	(3.909)	-	-	(31.676)
Taxa de Arrecadação de Convênios	-	-	-	-	(23.525)	(23.525)
Compartilhamento de Infraestrutura	-	-	-	-	(148.764)	(148.764)
Outros	17.928	13.743	12.139	-	(1.641)	42.169
Total	4.711.045	308.731	56.392	127.279	(153.193)	5.050.254

36.1.6. Resultado Financeiro

O resultado foi deficitário em R\$150,5 milhões, decorrente, principalmente, do aumento dos encargos das dívidas e juros de debêntures.

O desempenho foi impactado, principalmente, pelo aumento das despesas com juros sobre debêntures, que totalizaram R\$219,8 milhões no primeiro semestre de 2026, em comparação aos R\$148,4 milhões apurados no mesmo período do exercício anterior.

Atualização de ativo e passivo financeiro setoriais: Atualização é pela Selic. As variações ocorrem, dependendo dos valores constituídos serem Ativos (receita) ou Passivos (despesa) Financeiros. Verificou-se um aumento líquido de R\$72,5 milhões na atualização monetária dos Ativos e Passivos Financeiros Setoriais (CVA) no primeiro semestre de 2026. Essa rubrica passou de um efeito líquido negativo de R\$12,1 milhões no primeiro semestre de 2025 para um efeito financeiro líquido positivo de R\$60,4 milhões no mesmo período de 2026.

Encargos de dívidas: os encargos dos empréstimos em moeda nacional, do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e das debêntures, são atualizados pelo CDI. No primeiro semestre de 2026, o CDI acumulado foi de 6,79%, sendo que no mesmo período de 2025 foi 6,36%.

Notas Explicativas

Atualização Tributária de Crédito Recuperável da Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS: referente à atualização financeira da 2ª ação judicial, da qual a Celesc D iniciou os processos de compensações tributárias em fevereiro de 2023.

Instrumentos Financeiros Derivativos –

Marcação a Mercado (MTM): é o resultado positivo obtido quando o valor justo (preço de mercado) do ativo financeiro (item protegido por hedge) é maior em relação ao valor registrado contabilmente.

Receita com Derivativos: ocorre quando a variação do derivativo é positiva, ajustando o valor do item protegido por um ganho no resultado.

Despesas com Derivativos: quando o derivativo perde valor, o item protegido é ajustado para refletir essa desvalorização, o que resulta em uma perda reconhecida no resultado.

Os efeitos da marcação a mercado dos instrumentos derivativos resultaram em receita financeira de R\$219,4 milhões (R\$80,0 milhões em receitas com derivativos e R\$139,4 milhões marcação a mercado) e despesa financeira de R\$213,9 milhões (R\$116,6 milhões em despesas com derivativos e R\$97,3 milhões em marcação a mercado), gerando impacto líquido positivo de R\$5,5 milhões no resultado financeiro do período. No primeiro semestre de 2025, o efeito líquido dessas operações havia sido positivo em R\$2,8 milhões.

Descrição	30.06.2026	30.06.2025
Receitas Financeiras	495.440	369.866
Renda de Aplicações Financeiras	12.546	32.597
Variações Monetárias	24.393	2.449
Atualização Monetária s/ Ativos Regulatórios	91.585	34.316
Juros e Acréscimos Moratórios s/ Energia Vendida	104.960	78.249
Atualização Trib. Recup. Exc. ICMS PIS/COFINS	15.721	19.917
Juros Depósitos Judiciais	12.200	11.853
Receita com Derivativos	80.035	79.960
Marcação a Mercado (MTM)	139.341	111.683
Outras Receitas Financeiras	27.997	7.464
(-) Tributos s/ Receita Financeira	(13.338)	(8.622)
Despesas Financeiras	(645.969)	(612.623)
Encargos de Dívidas	(134.341)	(129.700)
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras	(7.621)	(7.295)
Encargos de Mútuo	(8.577)	(3.677)
Atualização P&D e Eficiência Energética	(6.165)	(4.749)
Custo na Emissão de Debêntures	(2.338)	(2.794)
Variações Monetária Debêntures	(219.809)	(148.379)
Outras Variações Monetárias	(122)	(17)
Atualização Monetária s/ Ativos Regulatórios	(31.171)	(46.440)
Juros de Arrendamentos	(699)	(463)
Atualização Valor Devolver Consumidor Exclusão ICMS PIS/COFINS	(14.618)	(72.090)
Atualização Monetária Litígios	(6.064)	(7.942)
Despesas com Derivativos	(116.583)	(50.681)
Marcação a Mercado (MTM)	(97.313)	(138.131)
Outras Despesas Financeiras	(548)	(265)
Resultado Financeiro	(150.529)	(242.757)

Notas Explicativas**36.2. Celesc G****36.2.1. Balanço Patrimonial – Ativo**

Ativo	30.06.2026	31.12.2025
Circulante	145.917	124.397
Caixa e Equivalentes de Caixa	41.818	31.236
Contas a Receber de Clientes	20.485	19.818
IRPJ e CSLL a Recuperar	14.318	5.015
Demais Tributos a Recuperar	814	774
Despesas Antecipadas	264	1.059
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	47.371	45.542
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	20.757	19.956
Outros	90	997
Não Circulante	908.544	903.429
Realizável a Longo Prazo	631.540	610.209
Mútuo	121.911	113.334
Depósitos Judiciais	393	553
Demais Tributos a Recuperar	360	547
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	2.421	2.421
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	348.076	339.113
Ativo Financeiro – Indenização Projeto Básico Usina Pery	158.379	154.241
Investimentos	32.988	45.670
Imobilizado	203.611	206.291
Intangível	40.405	41.259
Total do Ativo	1.054.461	1.027.826

Caixa e Equivalente de Caixa – O aumento é decorrente do faturamento no semestre.

Despesas Antecipadas – Prêmios de seguros.

Outros Créditos – Alienação dos créditos de CIAP para a Celesc D.

Contas a Receber – Mútuo com a Celesc D – Valor a receber de R\$103,0 milhões + Receita Financeira.

Investimentos - Redução decorrente da venda da participação na Rondinha (R\$14 milhões).

Imobilizado – No primeiro semestre de 2026, foram realizados investimentos em ativos imobilizados e serviços correlatos às usinas fotovoltaicas e hidrelétricas. A redução é a depreciação no período.

36.2.2. Balanço Patrimonial – Passivo

Passivo	30.06.2026	31.12.2025
Circulante	69.306	87.626
Fornecedores	4.952	3.975
Empréstimos	2.349	2.262
Debêntures	6.785	6.561
IRPJ e CSLL a Recolher	22.102	-
Demais Tributos a Recolher	1.553	11.658
Taxas Regulamentares	504	700
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	28.492	56.984
Outros	2.569	5.486
Não Circulante	160.968	157.141
Empréstimos e Financiamentos	19.218	19.585
Debêntures	23.555	26.006
Tributos Diferidos	117.619	111.200
Taxas Regulamentares	525	299
Provisões para Contingências	51	51
Patrimônio Líquido	824.187	783.059
Capital Social	450.000	450.000
Reservas de Lucro	307.063	321.277
Ajuste de Avaliação Patrimonial	11.509	11.782
Lucros Acumulados	55.615	-
Total do Passivo	1.054.461	1.027.826

Fornecedores – Relacionado a compra de energia elétrica (convencional e incentivada); material para as usinas (sobressalente estações de monitoramento hidrológico, programas ambientais); serviço de conservação, topografia, manutenção das usinas.

Notas Explicativas

Empréstimos e Financiamentos – Provisionamento de encargos e atualização monetária do financiamento junto ao BNDES.

Outros – Refere-se aos empregados à disposição da Celesc D.

36.2.3. Demonstração de Resultados

Descrição	30.06.2026	30.06.2025
Receita Operacional Líquida – ROL	129.635	109.641
Receita Líquida de Vendas de Energia Elétrica	129.635	109.641
Custos de Vendas	(42.559)	(37.307)
Custo de Operação	(42.559)	(37.307)
Lucro Bruto	87.076	72.334
Despesas Operacionais	(12.328)	(2.652)
Com Vendas	(4)	(752)
Gerais e Administrativas	(13.871)	(13.630)
Outras Receitas	(92)	7.601
Outras Despesas	(671)	(329)
Participação nos lucros das investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	2.310	4.458
Resultado antes do Resultado Financeiro	74.748	69.682
Resultado Financeiro	7.886	2.608
Receitas Financeiras	11.293	8.027
Despesas Financeiras	(3.407)	(5.419)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	82.634	72.290
IRPJ e CSLL	(27.292)	(23.046)
Corrente	(20.874)	(17.129)
Diferido	(6.418)	(5.917)
Lucro Líquido do Período	55.342	49.244

A Receita Operacional Bruta (ROB) apresentou crescimento de 17,9%, impulsionado principalmente pelo aumento de 12,4% na receita de suprimento de energia e de 33,8% na receita de fornecimento de energia. Destacaram-se ainda as receitas relacionadas aos Serviços de Operação e Manutenção de Usinas Fotovoltaicas (UFV), que totalizaram R\$ 320 mil (+2.185,7%), e aos Arrendamentos e Aluguéis de UFV, que alcançaram R\$ 5,5 milhões (+2.199,6%).

Esses aumentos decorrem, principalmente, do contrato celebrado com a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED) para a utilização de usinas fotovoltaicas de geração distribuída, destinadas à compensação do consumo de energia elétrica das unidades atendidas.

Em linha com o desempenho da receita bruta, a Receita Operacional Líquida (ROL) registrou crescimento de 18,2%, passando de R\$ 109,6 milhões no primeiro semestre de 2025 para R\$ 129,6 milhões no mesmo período de 2026.

O resultado de equivalência patrimonial totalizou R\$2,3 milhões no primeiro semestre de 2026, ante R\$4,4 milhões registrados no mesmo período de 2025, representando redução de 48,2%, reflexo da alienação da participação em três investimentos.



Notas Explicativas

36.2.4. Receita Operacional

Descrição	30.06.2026	30.06.2025
Receita Operacional Bruta – ROB (a)	143.020	121.266
Fornecimento de Energia Elétrica – Industrial	16.340	11.759
Fornecimento de Energia Elétrica – Industrial – Não Faturado	2.567	(426)
Fornecimento de Energia Elétrica – Comercial	2.792	4.890
Suprimento de Energia Elétrica	57.712	52.858
Suprimento de Energia Elétrica – Não Faturado	(486)	(1.951)
Energia Elétrica de Curto Prazo	7.975	7.077
Receita Financeira Juros Bonificação de Outorga	22.318	21.637
Receita Financeira Atualização Monetária Bonificação de Outorga	12.546	10.803
Receita Financeira Juros Usina Pery	9.775	9.472
Receita Financeira Atualização Monetária Usina Pery	5.688	4.895
Renda de Prestação de Serviços	320	14
Arrendamentos e Aluguéis UFV	5.473	238
Deduções da Receita Operacional	(13.385)	(11.625)
PIS	(2.037)	(1.727)
COFINS	(9.385)	(7.957)
Taxa Fiscalização	(286)	(258)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(675)	(642)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(986)	(1.040)
ISS	(16)	(1)
Receita Operacional Líquida – ROL	129.635	109.641

Geração Própria (R\$54,5 milhões; +7,9%): Puxada pelo Curto Prazo (R\$7,0 milhões; +40,2%); Fornecimento (R\$7,0 milhões; -31,2%) e Suprimento (R\$40,4 milhões; +13,2%).

Comercialização (R\$32,4 milhões; +36,6%): Influenciada pelo Fornecimento (R\$14,7 milhões; +81,9%) e no Suprimento (R\$16,9 milhões; +10,6%).

Outros destaques são as receitas provenientes dos Serviços de Operação e Manutenção UFV (R\$320 mil) e Arrendamentos e Aluguéis UFV (R\$5,5 milhões).

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Número de Consumidores		MWh		Receita Bruta	
	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Industrial	51	24	82.517	66.280	18.907	11.333
Comercial, Serviços e Outros	30	8	11.793	23.481	2.792	4.890
Suprimento de Energia	96	92	325.098	310.861	57.226	50.907
Energia Elétrica de Curto Prazo (CCEE)	-	-	25.829	20.225	7.975	7.077
Total	177	124	445.237	420.847	86.900	74.207

36.2.5. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	30.06.2026				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas ou Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	19.539	-	-	-	19.539
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda CP	7.849	-	-	-	7.849
Encargos de Uso da Rede Elétrica	3.231	-	-	-	3.231
Pessoal	1.535	10.034	-	-	11.569
Material	197	409	-	257	863
Custos e Serviços de Terceiros	3.832	2.684	4	-	6.520
Depreciação e Amortização	5.493	348	-	-	5.841
Seguros	795	1	-	-	796
Tributos	68	278	-	-	346
Aluguéis	-	17	-	-	17
Doações	-	-	-	25	25
Ganho/Perda Alienação Bens Direitos	-	-	-	94	94
Mantidos Venda	-	-	-	-	-
Outros	20	100	-	387	507
Total	42.559	13.871	4	763	57.197

Notas Explicativas

30.06.2025					
Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas ou Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/Revenda	17.722	-	-	-	17.722
Energia Elétrica Comprada p/Revenda CP	6.545	-	-	-	6.545
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.587	-	-	-	2.587
Pessoal	1.682	8.826	712	-	11.220,00
Material	217	29	-	320	566
Custos e Serviços de Terceiros	5.213	3.432	40	-	8.685
Depreciação e Amortização	2.512	287	-	-	2.799
Seguros	782	-	-	-	782
Tributos	43	225	-	-	268
Aluguéis	-	49	-	-	49
Provisões Líquidas	-	-	-	(29)	(29)
Ganho Alienação Bens Direitos Mantidos Venda	-	-	-	(7.569)	(7.569)
Outros	4	782	-	6	792
Total	37.307	13.630	752	(7.272)	44.417

Os custos com energia aumentaram R\$3,8 milhões, influenciados principalmente pelo crescimento de 10,3% nos custos de energia comprada para revenda (convencional) e de 19,9% na energia adquirida na CCEE, em comparação ao primeiro semestre de 2025.

36.2.6. Resultado Financeiro

Descrição	30.06.2026	30.06.2025
Receitas Financeiras	11.293	8.027
Renda de Aplicação Financeira	2.860	6.576
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia	103	10
Juros Mútuo	8.577	1.744
Multas Contratuais	-	31
Juros Depósitos Judiciais	16	15
Outras Receitas Financeiras	289	42
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(552)	(391)
Despesas Financeiras	(3.407)	(5.419)
Juros Debêntures	(1.841)	(1.994)
Juros Empréstimos	(1.427)	-
IOF, Comissões e Taxas Empréstimos	(4)	-
Custos na Emissão de Debêntures	(66)	(66)
Atualização do P&D	(25)	(24)
Outras Despesas Financeiras	(44)	(3.335)
Resultado Financeiro	7.886	2.608

As receitas financeiras cresceram R\$3,3 milhões, impulsionadas sobretudo pela atualização monetária do contrato de mútuo com a Celesc D.

Nas despesas financeiras, houve redução de R\$2,0 milhões. No exercício anterior, em decorrência da alienação da participação societária na EDP Aliança Transmissão, foi realizado o estorno dos Juros sobre Capital Próprio (JCP) já creditados e ainda não recebidos, em conformidade com as cláusulas contratuais da operação de venda, o que impactou negativamente o resultado financeiro daquele período.

Adicionalmente, a partir do terceiro trimestre de 2025, passaram a ser reconhecidos os encargos financeiros relacionados ao financiamento contratado junto ao BNDES. No primeiro semestre de 2026, essas despesas totalizaram R\$1,4 milhão, referentes aos juros e à atualização financeira da operação.

37. COMPROMISSOS CONTRATUAIS

Os principais compromissos relacionados a contratos de longo prazo ainda não incorridos, já firmados com base em preços contratuais pré-determinados, portanto não reconhecidos nestas demonstrações financeiras, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

						Consolidado
						30.06.2026
Descrição	2026	2027	2028	2029	2030	2030+
Compra de energia	2.274.360	4.455.832	4.351.224	4.492.417	4.648.199	41.657.491
Encargos de conexão e transporte de energia	1.012.523	2.100.338	2.171.537	2.247.834	2.325.015	32.782.242
Total	3.286.883	6.556.170	6.522.761	6.740.251	6.973.214	74.439.733

						Consolidado
						31.12.2025
Descrição	2026	2027	2028	2029	2030	2030+
Compra de energia	4.722.756	4.549.087	4.491.702	4.638.968	4.799.849	42.459.673
Encargos de conexão e transporte de energia	1.893.040	1.957.541	2.023.901	2.095.011	2.167.657	30.481.361
Total	6.615.796	6.506.628	6.515.603	6.733.979	6.967.506	72.941.034

38. EVENTOS SUBSEQUENTES**38.1. Recebimento de Recursos de Alienação de Participação Societária**

No dia 20 de julho de 2026, a Companhia recebeu o montante de R\$153,9 milhões referente à alienação de sua participação acionária na empresa Dona Francisca Energética S.A (NE 12.1).

O valor correspondente a esse investimento, que estava classificado como Ativo não Circulante Mantido para Venda no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial Individual e Consolidado pelo custo contábil, no montante de R\$36,2 milhões foi baixado em virtude desse recebimento.

A tabela a seguir demonstra o resultado dessa operação:

Valor de Venda	153.909
Valor contábil	(36.152)
Ganho na alienação antes dos tributos	117.757

38.2. Destinação de Juros sobre Capital Próprio

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em reunião realizada no dia 23 de julho de 2026, a destinação de Juros sobre Capital Próprio a seus acionistas, no montante de R\$39,9 milhões, à razão de R\$0,977720504 por ação ordinária e R\$1,075492555 por ação preferencial.

Farão jus aos JCPs destinados os detentores de ações de emissão da Companhia em 31 de julho de 2026, sendo elas negociadas "ex-juros sobre capital próprio" a partir de 3 de agosto de 2026.

38.3. Reajuste da Receita Anual de Geração

Em 23 de julho de 2026, a ANEEL, por meio do Despacho nº 2.744, homologou as Receitas Anuais de Geração – RAGs das usinas hidrelétricas em regime de cotas para o ciclo 2026/2027, nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013. O período de vigência da nova RAG é de 1º de julho de 2026 a 30 de junho de 2027.

Na RAG a ser recebida pela UHE Pery, R\$22,0 milhões se referem à indenização da parcela de investimentos em bens reversíveis não depreciados ao final do período de sua concessão anterior.

As RAGs estabelecidas para as usinas de propriedade da Celesc G, que deverão ser cobradas mensalmente, são:

Usinas	Receita Anual (R\$/mil) Ciclo 2026/2027	Receita Mensal (R\$/mil) Ciclo 2026/2027
UHE Pery	31.792	2.649
UHE Garcia	15.312	1.276
UHE Bracinho	19.251	1.604
UHE Cedros	14.142	1.178
UHE Palmeiras	29.920	2.493
UHE Salto	10.009	834



Notas Explicativas

38.4. Autorização para Alienação de Participações Societárias

Em reunião realizada em 23 de julho de 2026, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a abertura de Procedimento Competitivo de Alienação destinado à venda das participações societárias detidas pela Celesc Geração S.A. – Celesc G, nas Sociedades de Propósito Específico (SPEs) Xavantina Energética S.A. e Garça Branca Energética S.A..

A operação contempla a alienação, em lotes independentes, da totalidade das participações detidas pela Celesc G, correspondentes a 40,0% do capital social da Xavantina Energética S.A. e 49,0% do capital social da Garça Branca Energética S.A.

A autorização representa o início do processo competitivo para eventual desinvestimento, não caracterizando, na data-base das presentes informações trimestrais, a conclusão da transação nem a transferência do controle ou dos riscos e benefícios associados aos investimentos.



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

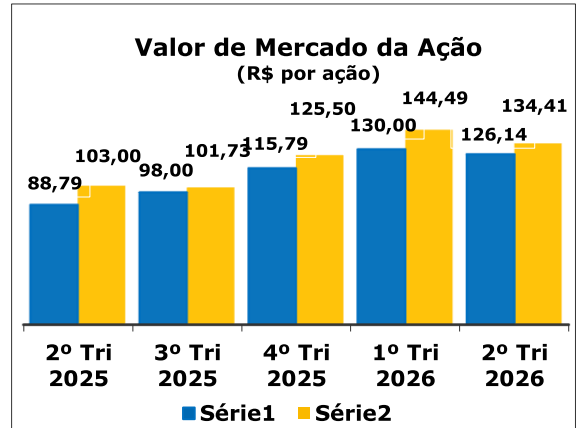
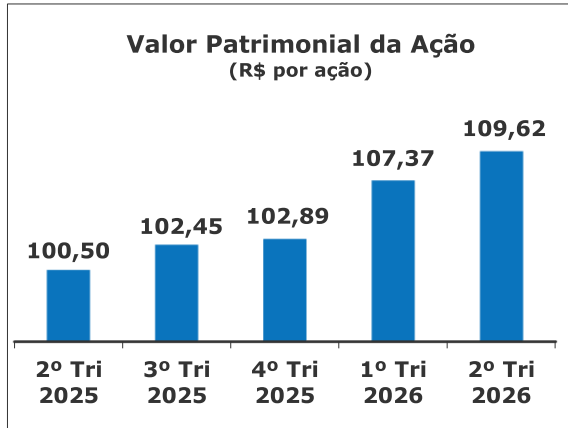
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

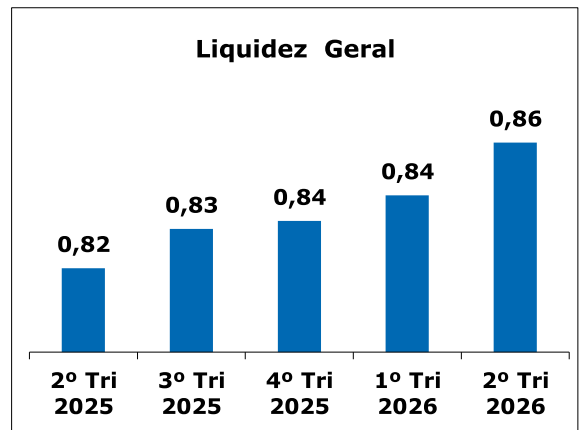
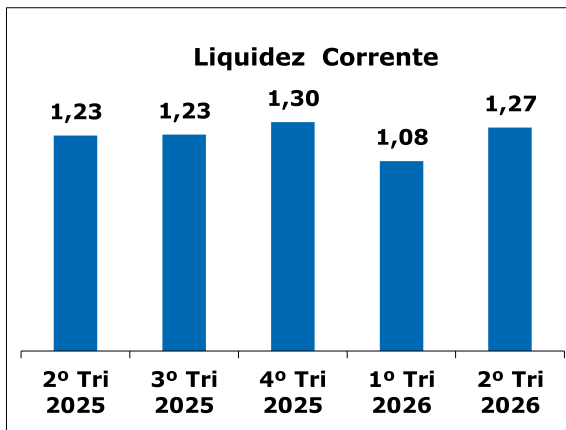
1. INDICADORES FINANCEIROS TRIMESTRAIS

(Informações não revisadas)

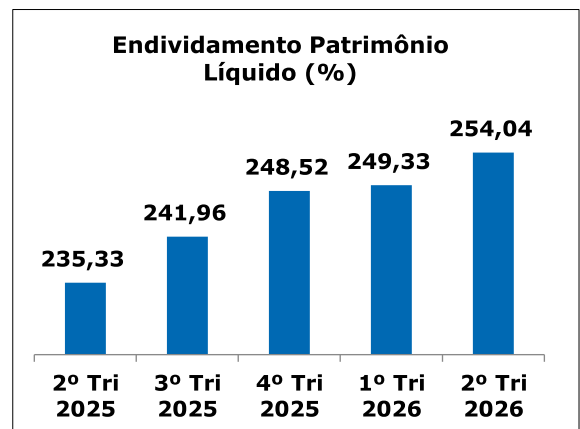
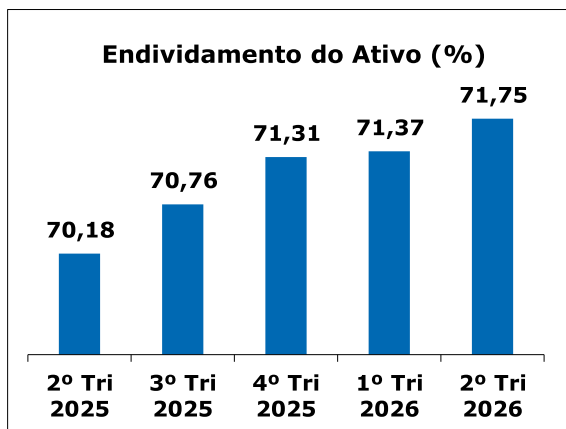
1.1. Patrimoniais



1.2. Liquidez

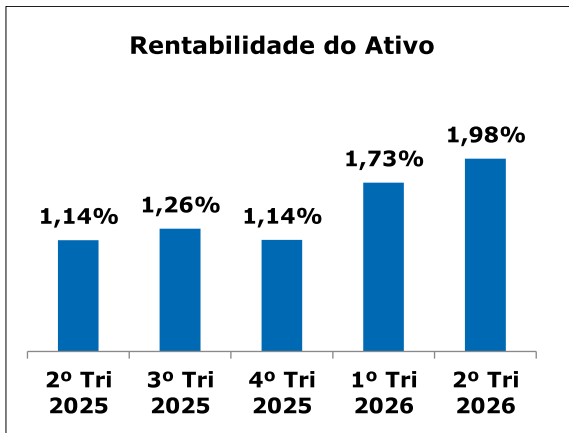
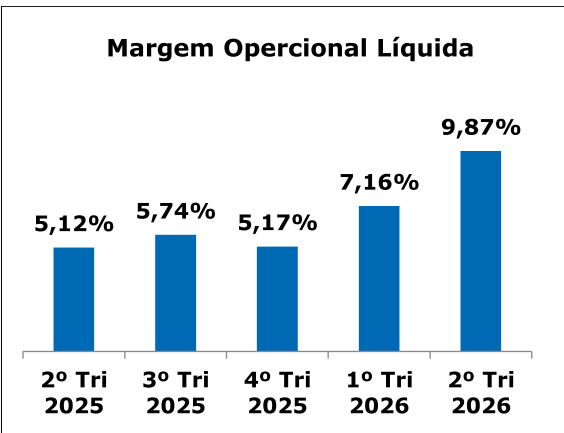
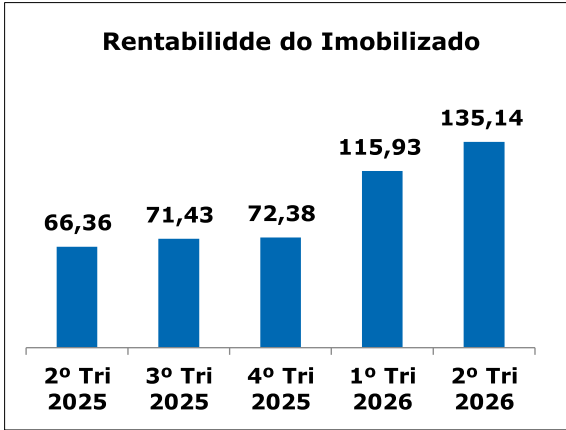
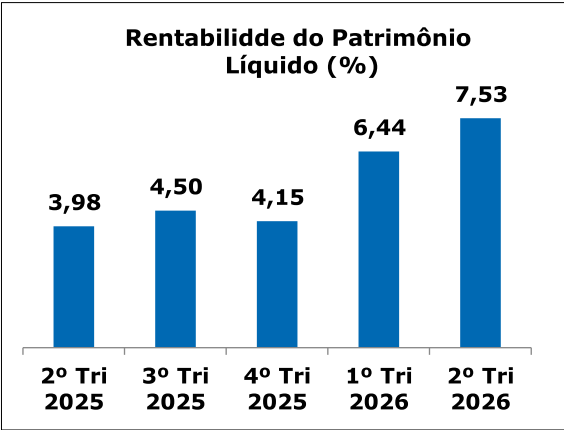


1.3. Endividamento

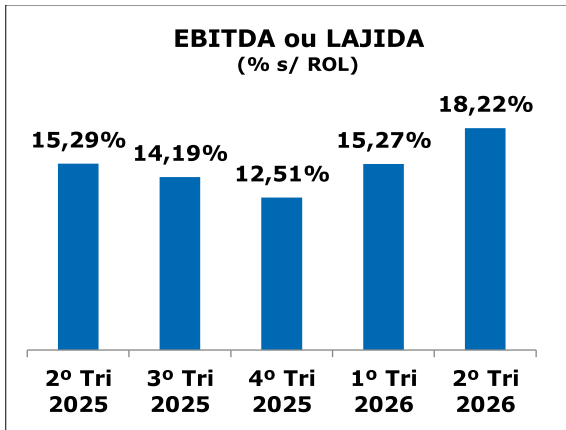
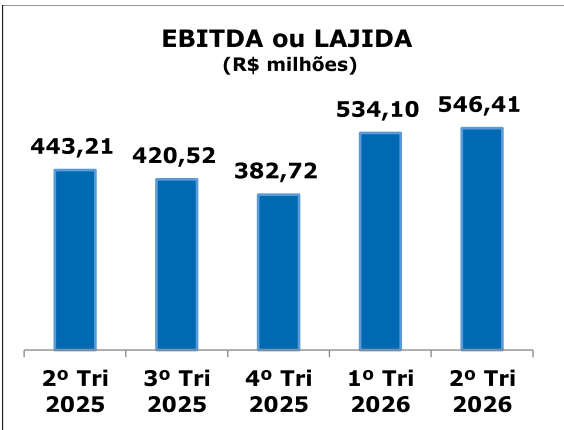


Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1.4. Rentabilidade

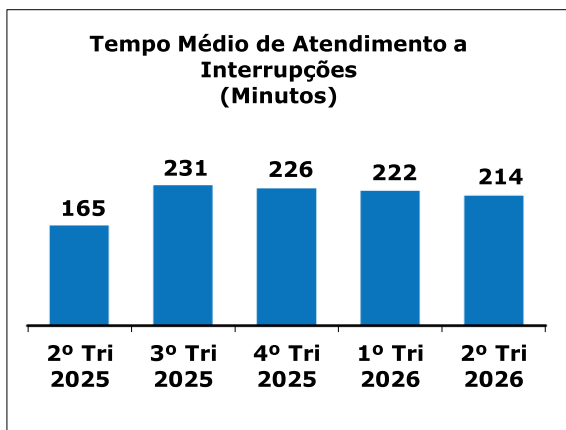
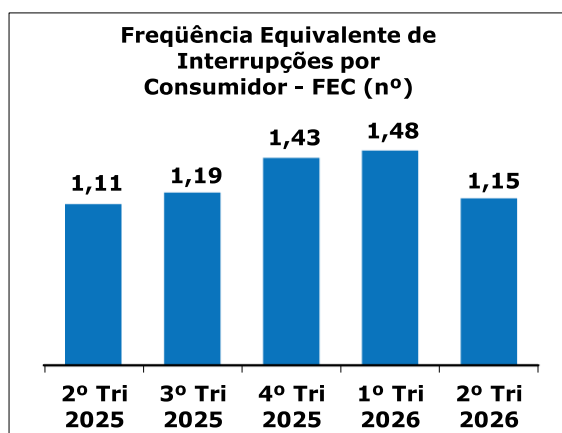
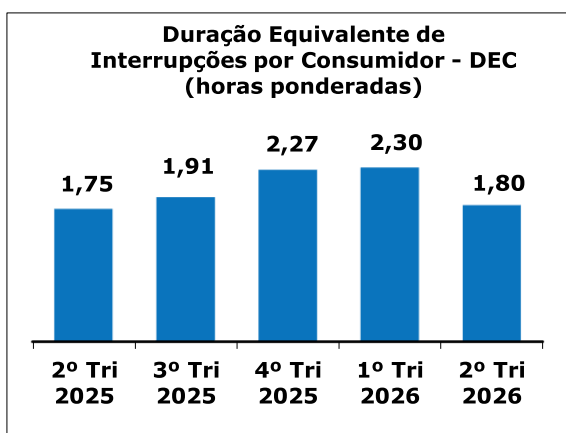
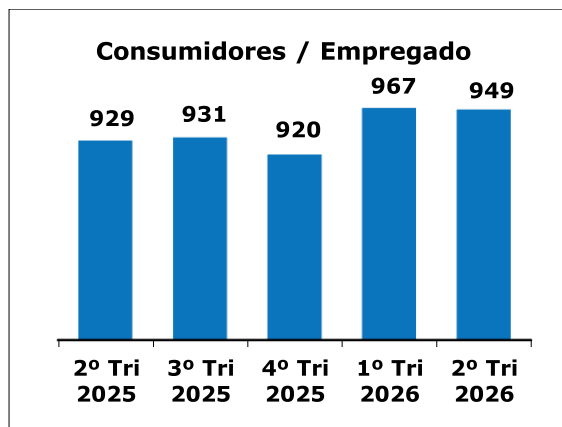
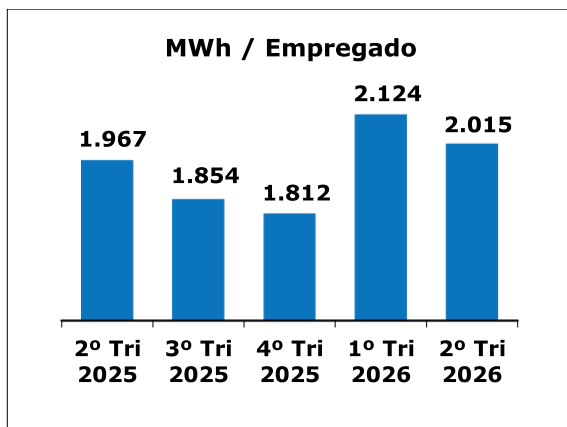


1.5. EBITDA ou LAJIDA



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1.6. Eficiência



Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000
Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Aos Administradores e Acionistas
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC S. A.
Florianópolis – SC

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Curitiba, 13 de agosto de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Samuel Viero Ricken
CRC SC-030412/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Os Diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia relativas ao 2º trimestre de 2026.

Edson Moritz Martins da Silva
Diretor Presidente

Julio Cesar Pungan
Diretor Financeiro

Cláudio Varella do Nascimento
Diretor de Engenharia e Obras

Elói Hoffelder
Diretor de Operações e Serviços

Lino Henrique Pedroni Junior
Diretor de Planejamento

Moisés Diersmann
Diretor Administrativo

Pedro Augusto Schmidt de Carvalho Júnior
Diretor Jurídico

Pilar Sabino da Silva
Diretora de Regulação

Wagner Felipe Vogel
Diretor Comercial

Rogéria Rodrigues Machado
Contadora – CRC/SC 024.797/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia relativas ao 2º trimestre de 2026.

Edson Moritz Martins da Silva
Diretor Presidente

Julio Cesar Pungan
Diretor Financeiro

Cláudio Varella do Nascimento
Diretor de Engenharia e Obras

Elói Hoffelder
Diretor de Operações e Serviços

Lino Henrique Pedroni Junior
Diretor de Planejamento

Moisés Diersmann
Diretor Administrativo

Pedro Augusto Schmidt de Carvalho Júnior
Diretor Jurídico

Pilar Sabino da Silva
Diretora de Regulação

Wagner Felipe Vogel
Diretor Comercial